



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE

ENEILA DE CASSIA MAIA FERREIRA

Contexto sócio-espacial de escolas públicas da cidade de Araguatins/TO e
implicações para os indicadores educacionais

Araguaína/TO
2022

ENEILA DE CASSIA MAIA FERREIRA

**Contexto sócio-espacial de escolas públicas do município de Araguatins/TO e
implicações para os indicadores educacionais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais como requisito parcial à obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. João de Deus Leite

Araguaína/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- F383c FERREIRA, ENEILA DE CASSIA MAIA.
Contexto sócio-espacial de escolas públicas da cidade de Araguatins/TO e implicações para os indicadores educacionais. / ENEILA DE CASSIA MAIA FERREIRA. – Araguaína, TO, 2022.
138 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2022.
Orientador: JOÃO DE DEUS LEITE
1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2. TERRITÓRIO. 3. INDICADORES. 4. EDUCAÇÃO. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


ENEILA DE CASSIA MAIA FERREIRA

CONTEXTO SÓCIO-ESPACIAL DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE
ARAGUATINS/TO E IMPLICAÇÕES PARA OS INDICADORES EDUCACIONAIS


Monografia apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE) foi avaliado para a obtenção do título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 07/03/2022


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 JOAO DE DEUS LEITE
Data: 05/07/2022 21:20:56-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. João de Deus Leite (UFNT)

Documento assinado digitalmente
 JOAO DE DEUS LEITE
Data: 05/07/2022 21:27:19-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (UNIMONTES)

Documento assinado digitalmente
 JOAO DE DEUS LEITE
Data: 05/07/2022 21:29:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Dra. Thelma Pontes Borges (UFNT)

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por todas as vitórias alcançadas em minha vida e sei que tens ainda muitos propósitos para mim. Agradeço, também, pelas pessoas que o Senhor colocou em meu caminho, algumas delas me inspiram, ajudam-me e me encorajam a ser cada dia melhor.

Ao **Prof. Dr. João de Deus Leite** agradeço por sua boniteza para comigo demonstrada em cada palavra endereçada a mim durante esses dois anos de orientação. Obrigada por todo carinho, dedicação e compromisso. Mesmo impossibilitados do contato físico, sempre se dedicou a ouvir minhas angústias e sempre incentivando a vencer os desafios. Vamos que vamos!

À **Prof. Dra. Thelma Pontes, ao Prof. Dr. Miguel Pacífico, ao Prof. Dr. Maurício Mendes, à Profa. Dra. Sabrina, ao Prof. Dr. Wallace, ao Prof. Dr. Mauro e ao Prof. Dr. Lauro**, pelas relevantes discussões que contribuíram significativamente para minha formação. Aos demais professores do PPGDire, que, mesmo não estando diretamente com a turma nas aulas, sempre, dedicam-se a fazer o melhor pelo programa.

À **Prof. Dra. Thelma Pontes (UFNT)** e ao **Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (UNIMONTES)**, pelas relevantes contribuições na banca de qualificação, pela disponibilidade e pelo compromisso.

À **UFT/UFNT** pela adesão ao programa e por possibilitar a especialização de profissionais nos mais diversos seguimentos.

À **CAPES** e ao **PROCAD/Amazônia** pela concessão de bolsa com vistas a ampliar minha formação e incentivar a produção científico-acadêmica.

Ao **Prof. Dr. Marcos Esdras Leite (UNIMONTES)**, por disponibilizar seu tempo no processo de desenvolvimento de algumas das etapas desta pesquisa.

Aos meus pais **Edlacyr e Sebastião (Laudir)** pelo amor e pela dedicação incondicional. Obrigada por estarem comigo em todos os momentos e porque sei que sempre estarão

comigo. Minha mãe, mulher guerreira, mãe dedicada, nunca mediu esforços para que os filhos alcançassem voos mais altos. Meu pai, com sua paciência, mostra-nos o caminho certo a seguir, pai amoroso e dedicado aos filhos.

Ao meu filho **João Arthur**, meu presente de Deus, meu amor incondicional. Filho amoroso, que, por muitas vezes nestes 2 anos, deitava-se a meu lado assistindo às aulas *on-line*, porque não queria ficar longe. Era um modo de estar perto fisicamente. Às vezes, por muitas noites, ficara acordado, esperando-me terminar as atividades para logo em seguida dormir do meu lado. Ele queria compartilhar o seu dia, jogar UNO, jogar dominó, jogar futebol ou até mesmo o simples fato de sentar-se ao meu lado só para saber que eu estava lá. Meu filho, meu amor, minha maior vitória.

Ao **Livaldo**, o pai escolhido de João Arthur, que dedica a meu filho o amor incondicional. Gratidão por sua dedicação a ele.

A meu dramático favorito **Guilherme Oliveira**, pela companhia cotidiana, pelas piadas, pelos risos, pelas músicas ouvidas e cantadas, pelo vinho, pela dança, pelo incentivo diário, por me ouvir nas alegrias e angústias.

Aos meus irmãos **Elaine, Erica de Cássia, Evandro e Elinne de Cássia** pelo amor, pela amizade, pela cumplicidade e pelo zelo. Por quererem cada dia o melhor de todos. Meus preciosos.

Ao **José Henrique e Luiz Otávio**, amores da ei, ei. Meus dias ficam melhores com vocês. *Ei, ei a senhola binca comigo?* Pronto! Era o suficiente para a dissertação ficar no cantinho temporariamente. Só sei amar! A meu cunhado **Alexandre** por fazer parte dessa família e nos presentear com nossos chaveirinhos José Henrique e Luiz Otávio.

Agradeço a **DRE-Araguatins, SEMEC** e aos **gestores das escolas** pela receptividade em atender as demandas solicitadas.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica
Anresc ou Prova Brasil	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
DRE	Delegacia Regional de Ensino
EAFA	Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCD	Pessoas com Deficiência
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento Escolar
PNAE	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGDIRE	Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SGE	Sistema de Gerenciamento Escolar
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFT	Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURA 1 -	Tipos de avaliações externas	20
FIGURA 2 -	Mapa do município de Araguatins	26
FIGURA 3 -	Mapa dos bairros de Araguatins	31
FIGURA 4	Percurso dos alunos até a escola	38
FIGURA 5 -	Síntese do modelo conceitual para avaliar a infraestrutura das escolas: dimensões e indicadores	42
FIGURA 6 -	Rodovia Transamazônia (1991, 1994, 2020)	49
FIGURA 7 -	Mapa Araguatins (1980) – antes construção BR-230	50
FIGURA 8 -	Mapa Araguatins (2021) - pós construção BR-230	
FIGURA 10 -	Placa de Inauguração Construção BR-230	51
FIGURA 11 -	Mapa da Rodovia Transamazônia (BR-230)	
FIGURA 12 -	Início da Construção da Rodovia Transamazônica (BR-230)	53
FIGURA 13 -	Construção da BR-230	57
FIGURA 14 -	Lancha escolar do município de Araguatins	62
FIGURA 15 -	Mapa da localização das escolas das rede estadual e municipal – zona urbana	64
FIGURA 15 -	Mapa da localização das escolas das rede estadual e municipal – zona rural	65
FIGURA 16 -	Mapa da localização das escolas das rede estadual e municipal participantes do Ideb – zona urbana	66
FIGURA 17 -	Mapa da localização das escolas das rede estadual e municipal participantes do Ideb – zona rural	66
FIGURA 18 -	Estrutura Física Esc. Mul. “PA Maringá”	77
FIGURA 19 -	Foto Frente da Esc. Mul. PA Maringá	86
FIGURA 20 -	Mosaico de Fotos Estrutura Física da Esc. Mul. PA Maringá	87
FIGURA 21 -	Foto do espaço de recreação da Esc. Mul. PA Maringá	88
FIGURA 22 -	Construção da nova escola Esc. Mul. PA Maringá	89
FIGURA 23 -	Frente, área externa, biblioteca, salas de aula	90
FIGURA 24 -	Espaço de recreação	91
FIGURA 25 -	Frente da Escola	93
FIGURA 26 -	Frente da Unidade Escolar	95
FIGURA 27 -	Mapa da Trajetória dos Aluno: Es. Mul. PA Maringá	104
FIGURA 28 -	Mapa da Trajetória dos Aluno: Esc. Est. Atanázio de Mura Seixas	105
FIGURA 29 -	Mapa da Trajetória dos Aluno: Esc. Mul. Professora Nair Duarte	106
FIGURA 30 -	Mapa da Trajetória dos Aluno: Esc. Est. Osvaldo Franco	107
FIGURA 31 -	Fluxo Escolar	115
FIGURA 32 -	Meta projetada do Ideb para os anos iniciais	118
FIGURA 33 -	Meta projetada do Ideb para os anos finais	119
FIGURA 34 -	Comparativo: Meta projetada do Ideb para os anos finais	119
FIGURA 35 -	Comparativo: Brasil, Região Norte, Tocantins e Araguatins	115

LISTA DE TABELA

TABELA 1 -	Escolas Mapeadas	41
TABELA 2 -	Articulação teórico-metodológica das análises temáticas	44
TABELA 3 -	Número de escolas x número de alunos por rede de ensino	73
TABELA 4 -	Comparativo das taxas de aprovação, reprovação e abandono entre as redes de ensino (2020)	73
TABELA 5 -	Ideb das escolas da rede estadual e rede municipal	75
TABELA 6 -	Número de alunos matriculados das escolas pesquisadas	110
TABELA 7 -	Taxa de aprendizagem e aprovação	114
TABELA 8 -	Taxa de Reprovação e Evasão escolar das escolas enfocadas das escolas enfocadas	115
TABELA 9 -	PROFICIÊNCIA das escolas pesquisadas	117
TABELA 10 -	Ideb das escolas pesquisadas	119

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	População residente/Densidade demográfica/Taxa de Urbanização	50
QUADRO 2 -	População: imigração no município de Araguatins	51
QUADRO 3 -	Relação das Escolas da Rede Estadual e Rede Municipal – zona urbana	68
QUADRO 4 -	Relação das Escolas da Rede Estadual e Rede Municipal – zona rural	68
QUADRO 5 -	Relação das Escolas da Rede Estadual e Rede Municipal participantes do Ideb – zona urbana	69
QUADRO 6 -	Relação das Escolas da Rede Estadual e Rede Municipal participantes do Ideb – zona rural	70
QUADRO 7 -	PROFICIÊNCIA das escolas do município de Araguatins	74
QUADRO 8 -	Escolas com Infraestrutura Básica	78
QUADRO 9 -	Escolas com Infraestrutura “Adequada”	79
QUADRO 10 -	Instalações Físicas das escolas pesquisadas	84
QUADRO 11 -	Equipamentos disponíveis nas escolas pesquisadas	99
QUADRO 12 -	Serviços disponíveis nas escolas pesquisadas	101

RESUMO

Nesta dissertação, estamos interessados em focar o contexto sócio-espacial de algumas escolas públicas de Araguatins, Estado do Tocantins, buscando pensar em que medida certas diferenciações sócio-espaciais próprias desse contexto podem tender para determinadas desigualdades sócio-espaciais, tendo os indicadores educacionais como observatório de reflexão. Não estamos perdendo de vista, nesse enfoque, que a escola figura como meio de consumo coletivo em que aspectos, tais como: infraestrutura, equipamentos e serviços urbano-rurais, entre outros, são relevantes para a política de acesso e de permanência dos alunos no contexto escolar. Há aí implicadas relações materiais e imateriais, produzindo urbanidades e ruralidades entorno do contexto sócio-espacial das 04 (quatro) escolas particularizadas para a análise, sendo 02 (duas) escolas pertencentes à rede municipal e 02 (duas) integrantes da rede estadual. Do conjunto total de 22 (vinte e duas) escolas das duas redes de ensino, localizadas no território de Araguatins, o recorte para essas 04 (quatro) escolas está fundamentado no caráter da regularidade de aspectos que ocorreram na situação das escolas, já que os dados de todas as escolas foram levantados e tabulados. Contudo, para esta dissertação, mobilizamos os dados atinentes a esse recorte. O aporte teórico para as incursões que tecemos, ao longo da dissertação, advém, mormente, das ponderações de David Harvey (2006, 2014, 2015) sobre a perspectiva do “desenvolvimento geográfico desigual”. O diálogo teórico, também, está estabelecido a partir do atravessamento das ponderações dos seguintes autores: Souza (2009), Andrade e Alves (2014), Santos (1999, 1988), Cavalcanti (2012), Lefebvre (1991) e Katzman (2008). É, a partir dessa perspectiva, que estamos dimensionando, teórico-analiticamente, a questão das diferenciações sócio-espaciais e das desigualdades sócio-espaciais do entorno das escolas enfocadas, de modo a rarefazer, por exemplo, o pertencimento do aluno à escola. Na esteira de Harvey (2006, 2014, 2015), em outros termos, podemos dizer que a escala do indivíduo não é coincidente com a escala da cidade e do rural, implicando, também, uma disjunção com a escala das políticas educacionais. Do ponto de vista metodológico, produzimos mapas temáticos sobre a localização das escolas, subdividindo-as em: zona rural e zona urbana. Adotamos, ainda, tabelas, quadros e mapas com vistas a apresentar os dados referentes a: (1) infraestrutura das escolas, (2) trajetória geográfica dos alunos, pensando aí ponto de partida e ponto de chegada, (3) indicadores educacionais, com foco, também, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esses dados serviram de base metodológica para organizarmos as considerações analíticas em três análises temáticas. O método qualitativo envolveu a geração de dados primários, tendo por base a disponibilização destes pelos órgãos públicos responsáveis pelas escolas em Araguatins, e de dados secundários, dadas as consultas em *sites* oficiais federais, estaduais e municipais. Esses dados foram tabulados e expostos de modo homogêneos, não abrindo possibilidade para a identificação pessoal dos atores sociais concernidos por eles. As análises mostram que as diferenciações sócio-espaciais das escolas, em suas urbanidades e ruralidades, a depender da escola enfocada, são marcadas por desigualdades sócio-espaciais, que resvalam nos indicadores educacionais. Nesse jogo de espacializações, as escalas indivíduo, urbano-rural e políticas educacionais são marcadas por fragmentações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Território. Indicadores. Educação.

ABSTRACT

In this dissertation, we are interested in focusing on the socio-spatial context of some public schools in Araguatins, Tocantins State, seeking to think about the extent to which certain socio-spatial differentiations specific to this context may tend to certain socio-spatial inequalities, with educational indicators as a reflection observatory. We are not losing sight, in this approach, that the school figures as a means of collective consumption in which aspects, such as: infrastructure, equipment and urban-rural services, among others, are revealing for the policy of access and permanence of students in the school context. There are involved material and immaterial relations, producing urbanities and ruralities surrounding the socio-spatial context of the 04 (four) private schools for analysis, being 02 (two) schools belonging to the municipal network and 02 (two) members of the state network. Of the total set of 22 (twenty-two) schools of the two educational networks, located in the territory of Araguatins, the cut-out for these four schools is based on the character of the regularity of aspects that occurred in the situation of the schools, since the data of all schools were collected and tabulated. However, for this dissertation, we mobilized the data on this clipping. The theoretical contribution to the incursions that we weave, throughout the dissertation, comes, in addition, from the considerations of David Harvey (2006, 2014, 2015) on the perspective of "unequal geographical development". The theoretical dialogue, too, is established from the crossing of the considerations of the following authors: Souza (2009), Andrade and Alves (2014), Santos (1999, 1988), Cavalcanti (2012), Lefebvre (1991) and Katzman (2008). It is, from this perspective, that we are dimensioning, theoretically-aallically, the issue of socio-spatial differentiations and socio-spatial inequalities surrounding the focused schools, in order to make, for example, the student's belonging to the school. In the wake of Harvey (2006, 2014, 2015), in other words, we can say that the scale of the individual is not coincident with the scale of the city and the rural, also implying a disjunction with the scale of educational policies. From the methodological point of view, we produce thematic maps about the location of schools, subdividing them into: rural area and urban area. We also adopted tables, tables and maps with a view to presenting data on: (1) school infrastructure, (2) geographical trajectory of students, thinking about starting point and point of arrival, (3) educational indicators, also focusing on the Basic Education Development Index (IDEB). These data served as a methodological basis for organizing analytical considerations in three thematic analyses. The qualitative method involved the generation of primary data, based on the availability of these by the public bodies responsible for schools in Araguatins, and secondary data, given the consultations on official federal, state and municipal websites. These data were tabulated and exposed homogeneously, not opening possibility for the personal identification of the social actors concerned by them. The analyses show that the socio-spatial differentiations of schools, in their urbanities and ruralities, depending on the focused school, are marked by socio-spatial inequalities, which slip into educational indicators. In this game of spatializations, the individual, urban-rural and educational policies are littered by fragmentations.

Keywords: Regional Development. Territory. Indicators. Education..

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	27
PERCURSO METODOLÓGICO: O ESPAÇO E A ESCOLA COMO (RE)PRODUÇÃO EM ARAGUATINS/TO.....	27
1.1 Da lógica dos espaços à lógica da escola em Araguatins/TO: quando a regionalização intervém.....	27
1.2 Do processo de filiação teórico-metodológico.....	37
1.3 Dos critérios de seleção das escolas enfocadas	40
1.4 Mapeamento e deslocamentos teóricos e geográficos	40
CAPÍTULO 2.....	48
PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-RURAL EM ARAGUATINS/TO: ENTRE DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL.....	48
2.1 Perspectiva teórica de David Harvey	49
CAPÍTULO 3.....	64
A UTILIZAÇÃO DO IDEB COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS-TO	64
3.1 Contexto sócio-espacial das escolas/infraestrutura urbana e rural	64
3.2 Contexto sócio-espacial das escolas	73
3.2 Indicadores Educacionais da Educação Básica (Ideb).....	75
3.4 Infraestrutura das escolas da rede municipal e rede estadual do município de Araguatins	79
3.5Comparativo escolas zona rural x zona urbana participantes do ideb	83
CAPÍTULO 4.....	85
E POR FALAR EM ESPAÇOS SEGREGADOS? A ESCOLA COMO OBSERVATÓRIO DA CONTRADIÇÃO	85
4.1 Da Infraestrutura das Escolas Participantes do Ideb.....	86
4.1.1 Das Instalações Físicas.....	87
4.1.2 Dos equipamentos	101
4.1.3 Dos Serviços (alimentação escolar, abastecimento de água, a energia elétrica, esgoto, coleta do lixo (destinação), conservação do prédio, internet, transporte escolar, recursos financeiros)	104

4.2	Trajectoria geográfica dos alunos das escolas enfocadas participantes do ideb..	108
4.3	Indicadores educacionais das escolas enfocadas participantes do ideb	118
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS.....	134

INTRODUÇÃO

Às margens do Rio Araguaia, homens, mulheres, velhos, crianças, trabalhadores braçais, pescadores construíram Araguatins/Tocantins, uma cidade que abriga muitas regiões e imigrantes, e suas culturas. Fronteira com os estados do Pará e do Maranhão, essa cidade foi palco de conflitos e de contexto de desigualdades sociais agravadas pelo difícil acesso, durante décadas. Situada no Norte do país, a seguridade social, entendida aqui como o direito à saúde, à educação e à assistência social, demorou a chegar com a qualidade necessária. Migrar para estudar ou para ter acesso a tratamentos de saúde significava sacrifícios de inúmeros cidadãos araguatinsenses, assim como das regiões circunvizinhas.

Nascida nesse contexto econômico, social, educacional e político, tomo a palavra para produzir, ressoada por muitas vozes afetivas, profissionais, acadêmicas, sociais e teóricas, para produzir uma relação teórica e analítica entre as oportunidades educacionais do ensino público no município de Araguatins/Tocantins e o seu contexto sócio-espacial. Buscamos compreender como se deram as transformações sócio-espaciais que ocorreram nos últimos dez anos no município e suas possíveis implicações de acesso e de permanência na escola dos alunos regularmente matriculados nas séries finais do ensino fundamental e médio público, bem como os contextos sociais em que eles vivem. Dada a especificidade de cada escola apresentada neste estudo, discutimos sobre as questões geográficas em relação ao campo-cidade, ao rural-urbano, já que os indicadores educacionais que nos interessam tocam nessas questões. Nessa medida, não estamos perdendo de vista que o movimento geográfico que o aluno precisa produzir para chegar à escola está intimamente relacionado à dinâmica sócio-espacial de Araguatins.

Dito de outro modo, e já pensando em nossa filiação teórica às teorizações de David Harvey (2006, 2014, 2015), pensar a relação entre indivíduo, campo-cidade e escola implica tomá-la à luz das escalas em que as interações espaciais ganham relevância. Somos marcados por escalas, já que elas evidenciam processos e configurações das relações espaciais.

O espaço geográfico pode ser compreendido como uma dimensão geradora do indivíduo no mundo, sejam no mundo material ou imaterial. Consideremos, a seguir, as palavras de Santos (1999):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados

isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1999, p.12).

Nesse sentido, o autor ressalta que os “objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados” (SANTOS, 1999, p.226).

Buscando compreender como a relação campo-cidade/rural-urbano se desenvolveram, Andrade e Alves (2014, p.2) expõem que

“o espaço rural era responsável pelas atividades agropecuárias, com a função de abastecer as cidades, enquanto isso, o espaço urbano era palco da produção industrial, do comércio e serviços”.

De acordo com que os autores expõem, essas transformações se deram principalmente nos períodos de 1998 a 2012. Nesta perspectiva, os autores ressaltam que a diferença entre o rural e o urbano está cada vez mais superado. Nesse sentido, essa diferenciação vem desaparecendo. De um lado, pessoas com renda alta se deslocam para o espaço rural, fugindo da agitação, do estresse, da violência e buscam segurança e qualidade de vida. De outro lado, o rural tem alcançado as periferias da cidade, nas quais abrigam populações de baixa renda, que, por muitas vezes, vivem de atividades agrícolas.

Souza (2009, p.2-3) sustenta que há diferença entre os conceitos de *socioespacial* e *sócio-espacial*. Consideremos, a seguir, as palavras do referido autor:

Socioespacial, sem hífen, se refere *somente ao espaço social* (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “*sócio-espacial*”, com hífen, diz *respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente* (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade).

Nesta pesquisa, vamos tomar partido pelas teorizações deste autor, no que concerne à conceitualização de contexto sócio-espacial. Isso porque essas teorizações nos ajudam a dimensionar que as oportunidades escolares se materializam no e pelo espaço rural e espaço urbano em Araguatins. Para Souza (2018), o conceito de “espaço social” está diretamente relacionado ao espaço produzido pela sociedade e que este não pode ser reduzido simplesmente à materialidade. Esse autor expõe ainda que, para compreendermos o espaço, é necessário que tenhamos interesse também pelas relações sociais; ele enfatiza, ainda, que essas relações são inseparáveis.

Para Cavalcanti (2012), o espaço urbano está diretamente relacionado ao modo de vida. Na concepção da autora, o espaço urbano é produzido para os habitantes de

diferentes grupos, culturas e condições sociais, no qual possam compartilhar a vida em comum, as necessidades e os problemas cotidianos. A autora reafirma que o lugar do indivíduo como dimensão espacial é importante, pois o lugar representa o modo de vida, de desejos, de sentidos que se contrapõe com suas necessidades.

Santos (1988) e Lefebvre (1991) destacam que a cidade se materializa nas relações sociais, e o espaço urbano são as próprias relações sociais. Na esteira de Santos (1988) e de Lefebvre (2019), Cavalcanti (1998, p.65) ressalta que a produção do espaço se refere à “vida cotidiana das pessoas que habitam e nela atuam, suas atividades e o arranjo espacial delas decorrentes”. Neste sentido, a autora destaca que essas atividades estão relacionadas ao lazer, à educação, ao trabalho e ao descanso, à circulação de pessoas e à moradia.

No que concerne ao espaço vivido pelos alunos, a autora ressalta que alguns conceitos são estruturadores do espaço geográfico. Cavalcanti (2012) destaca que são “importantes categorias de análise: natureza, lugar, paisagem, região, território, ambiente” que compõe um modo espacial de pensar e de analisar espaços específicos, entre eles estão: cidade, campo, identidade cultural, segregação espacial. Essa autora ressalta que podemos, também, relacionar o conceito de cidade [...] “com elementos do lugar: a familiaridade, a afetividade, a identidade e a construção da diferença, da diversidade, da desigualdade” (CAVALCANTI, 2012, p.49). Para ela, a cidade é motivo de preocupação na área da educação escolar. Essa preocupação está relacionada à formação da cidadania e vincula-se à orientação sobre “[...] o desenvolvimento e a consolidação de concepções e práticas da cidade como ambiente da vida coletiva” (CAVALCANTI, 2012, p.56).

Coleman (2011) ressalta que as oportunidades educacionais estão diretamente relacionadas à existência de escolas gratuitas (o que não garante acesso a todos), pois seria preciso trabalhar para o sustento das famílias, e este fato se refere tanto às famílias trabalhadoras da zona rural como aquelas da zona urbana.

O Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (Ioeb) aponta que existem dois tipos de oportunidades: as oportunidades oriundas das políticas públicas e as oportunidades educacionais. A primeira se refere ao fato de a escola está localizada perto das residências ou se há acesso e a garantia do transporte escolar. A segunda está diretamente relacionada aos fatores familiares, políticos, de gestão e o fato de haver uma mobilização por parte da família e da sociedade que oportunizem crianças, adolescentes e adultos a terem êxito escolar.

Katzman (2008) menciona que as famílias, as escolas e os bairros operam como contextos socializadores. O autor expõe ainda que a dimensão territorial engendra as oportunidades educacionais. Ele teoriza como ocorre a reprodução das desigualdades sociais por meio da organização territorial. Dessa forma, faça-se necessário espacializar as escolas públicas em Araguatins, justamente para pensarmos no modo como essa organização territorial está relacionada ao movimento geográfico que o aluno precisa percorrer para se ter acesso e permanência na escola. A seguir, vejamos o diagrama 01 em que esquematizamos as referidas considerações:

Diagrama 01 – Relação entre atores sociais e a implicação em resultados escolares



Fonte: Adaptado de Kaztman e Retamorso, 2008

Ribeiro e Koslinski (2013, p.5) expõem que a distribuição das unidades escolares nos contextos urbanos é considerada, “a partir das dimensões de infraestrutura, recursos humanos e expectativas dos professores e, de outro lado, a partir da composição do alunado”. Ou seja, de acordo com os autores, o desempenho escolar dos alunos não está relacionado somente “por processos de socialização na vizinhança, como também pelo acesso desigual a escolas de qualidade” (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2013, p.5).

O desenvolvimento desigual é explicado por Harvey (2006) pela forma que algumas classes exploram as demais. As desigualdades escolares deixam de se concentrar nas classes sociais e passam a abranger outras variáveis, como por exemplo, gênero, etnia, localização, infraestrutura, dentre outras.

As escolas do município de Araguatins tanto as da zona rural como da zona urbana, e de projetos de assentamentos, recebem alunos oriundos de diversos bairros distantes da escola, das fazendas, dos projetos de assentamentos, comunidades ribeirinhas, colônia de pescadores e da Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente Ferrer. É importante enfatizar que o transporte escolar também é disponibilizado para transportar os alunos para o município de Augustinópolis/TO, que está localizada a 34 km de distância do município de Araguatins. De acordo com o Departamento de Transportes Municipal, esse deslocamento é por causa da localização da escola militar do ensino fundamental; ela está localizada em Augustinópolis/TO. Ainda em consonância com dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Araguatins, em 2020, o município, por meio do departamento de transportes, transportou 2.699 alunos; destes, 1.733 são alunos regularmente matriculados nas escolas da rede municipal de ensino e 966 alunos são regularmente matriculados na rede estadual de ensino.

Segundo informações do Departamento de Transportes Municipal, alguns alunos não utilizam o transporte escolar. Estes se deslocam a pé ou por meio de bicicleta, mesmo a escola estando distante, em média, entre 2 km e 5 km da escola. Essa realidade está relacionada ao fato de o transporte passar muito cedo em certos locais do município, tendo em vista o itinerário a ser feito até chegar à escola. Além disso, há os casos de alunos que não são contemplados pelo transporte, pois os ônibus escolares não passam próximo às residências dos alunos.

No que diz respeito às escolas localizadas na zona rural ou nos assentamentos, há o caso de alunos que suas residências ficam distantes da escola, aproximadamente, 40 km; trata-se dos casos de alunos residentes próximos à Fazenda Tabocão/TO, Transaraguaia/TO e Canto do Barreiro. Esses alunos estudam em Araguatins, de acordo com dados do Departamento de Transportes da Prefeitura Municipal de Araguatins. Nesse sentido, percebemos que o deslocamento do aluno até a escola onde estuda está diretamente ligado à segregação sócio-espacial, ou seja, o uso do transporte escolar controla a mobilidade dos alunos que utilizam o transporte.

Os indicadores educacionais são fatores determinantes para mensurar e buscar políticas públicas eficazes para o ensino básico. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (Inep) implantou, em 1997, o Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE). Esse Plano tem como objetivo auxiliar as escolas públicas estaduais e municipais no planejamento estratégico, com foco na qualidade do

ensino ao aluno nas escolas que apresentam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) baixo. O Inep é vinculado ao MEC e seu principal objetivo é:

Promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Para gerar seus dados e estudos educacionais, o Inep realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em algumas etapas da educação básica, assim como na modalidade de educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2017, s/p)

Em seu 2º artigo, o Inep define o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) como um sistema de avaliação externa em larga escala, composto por um conjunto de instrumentos, realizado periodicamente pelo Inep desde os anos 1990, e que tem por objetivos, no âmbito da Educação Básica:

- I - Produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas Regiões e Unidades da Federação e, quando possível, para os Municípios e as Instituições Escolares, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento das séries históricas;
- II - Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no país em seus diversos níveis governamentais;
- III - Subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil;

O Saeb, inicialmente, era estruturado, conforme está representado a seguir:

Figura 1 – Tipos de avaliações externas



Fonte: adaptado do Inep (2019)

A partir de 2019, algumas mudanças ocorreram no Saeb. As avaliações: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) foram unificadas, passando a serem chamadas de Saeb, acrescida da etapa correspondente. A educação infantil foi incluída no processo de avaliação. É de responsabilidade dos professores o preenchimento dos questionários; as avaliações acontecem nas mesmas datas e em anos ímpares, e os resultados são divulgados em anos pares.

O ciclo de avaliação foi antecipado para o 2º ano do ensino fundamental, tendo em vista que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) tem como principal objetivo definir as competências e as habilidades ao longo das etapas e das modalidades de ensino. Nessa medida, o documento preceitua as aprendizagens essenciais a todos os alunos, conforme exposto no Plano Nacional de Educação (PNE).

A Portaria nº 271, de 22 de março de 2019, estabelece novas diretrizes para realização do Saeb 2019. Em seu art. 5º, a referida portaria estabelece como público-alvo do Saeb 2019:

- I - todas as escolas públicas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais alunos matriculados no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e de 3ª e 4ª série do Ensino Médio.
- II - uma amostra de escolas privadas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais alunos matriculados em turmas de 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e de 3ª e 4ª série do Ensino Médio, distribuídas nas vinte e sete Unidades da Federação.
- III - uma amostra de escolas públicas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais alunos matriculados em turmas 9º ano do Ensino Fundamental, distribuídas nas vinte e sete Unidades da Federação, para aplicação dos instrumentos descritos no inciso V do art. 11 da presente Portaria.

O ensino médio passou por uma nova reestruturação, o “Novo Saeb”, que é denominado como Enem Seriado. Nesta nova proposta, a pontuação do Ideb para o ensino médio consiste na obtenção da média alcançada nas três séries. Vale ressaltar que a média atingida pelo aluno poderá ser utilizada para o ingresso no ensino superior a partir de 2021. O documento esclarece, também, que o Enem tradicional não deixará de existir.

O recorte espacial desta pesquisa contempla as escolas da rede pública (estadual e municipal) participantes do Ideb, dos últimos 10 anos, e tem como objetivo mensurar o desempenho e a qualidade do ensino no Brasil, além de estabelecer metas de melhoria para as escolas públicas de todo país desde sua implantação em 2007, pelo Inep. Assim sendo, as escolas públicas são avaliadas a cada 02 anos por meio do Saeb, que consiste em avaliar a qualidade do ensino nas esferas federal, estadual e municipal.

Nesta pesquisa, partiremos da seguinte questão norteadora: em que medida o contexto sócio-espacial das escolas públicas, em Araguatins/TO, e as relações que ele abriga, em termos materiais e imateriais, produzem implicações para os indicadores educacionais das escolas em foco? Estamos interessados no movimento geográfico que os alunos precisam produzir para acessar e permanecer na escola, considerando que esse movimento estabelece implicações para as oportunidades educacionais. As análises levarão em consideração o percurso realizado pelos alunos até a escola onde estudam.

O Ideb está baseado em indicadores educacionais que nos interessam, tais como: aprovação, reprovação, desistência, transferência e evasão. Nessa perspectiva, analisaremos os dados secundários coletados por meio de *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Inep, do QEdu, do Censo Escolar, do Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGE), utilizado pelas escolas da rede municipal, e do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), utilizado pelas escolas da rede estadual.

Ribeiro e Koslinski (2009, p.1) nos ajudam “a pensar um possível efeito-vizinhança sobre resultados educacionais no que diz respeito a [sic] demanda e oferta de oportunidades educacionais”. Para mensurar a qualidade do ensino no país, o Ideb condensa os dados obtidos por meio do Censo Escolar, no que tange ao fluxo escolar que é representado pela taxa de aprovação e ao aprendizado, que corresponde aos resultados obtidos a partir da proficiência de Português e de Matemática até 2017. A partir de 2019, a partir da publicação da portaria nº 366/2019 e portaria nº 250/2021, em caráter de amostra, passou-se a avaliar por meio do Saeb os componentes curriculares das Ciências da Natureza e Ciências Humanas e a Creche ou pré-escola na etapa Educação Infantil. O Saeb é um dos indicadores que compõem o Ideb e é o principal levantamento de dados que mensura a qualidade do ensino no Brasil a partir das metas de qualidade estabelecidas pelo PNE. Tomemos como exemplo hipotético uma escola A, que tenha taxa de aprovação 0,8 e de desempenho escolar 7; o Ideb será 5,6, na escala 0 a 10.

Partindo da perspectiva de que o espaço urbano é uma produção material contraditória de relações humanas que nele se inscrevem, aventamos a hipótese de que o contexto sócio-espacial em que as escolas públicas, em Araguatins/TO, e as relações passíveis de materialização por ele acabam por produzir implicações para os indicadores educacionais das escolas municipais e estaduais. Pressupomos que diante do recorte da pesquisa: (1) as escolas localizadas em bairros mais afastados da região central da cidade tendem a ter (2) os indicadores educacionais mais frágeis por apresentar características sociais (local que residem, situação econômica e cultural) desfavorável em relação às

desigualdades sócio-espacial; (1) as escolas mais distantes da região central da cidade tendem a ter (2) maior índice de evasão escolar e de reprovação, em função da ineficiência do transporte escolar, do deslocamento até a escola, da alimentação e da infraestrutura; (1) as escolas localizadas em bairros mais distantes da região central da cidade tendem a ter (2) mais alunos matriculados e, por essa razão, menos vagas ocupadas em função da produção da desigualdade escolar relativa aos fenômenos relacionados à vulnerabilidade social e à desigualdade escolar, associados ao fato de esses alunos residirem em bairros mais distantes, na zona rural ou em assentamentos.

Neste contexto, entendemos que a referida pesquisa poderá trazer contribuições para os gestores, na implantação de políticas públicas, na perspectiva de apontar possíveis melhorias, no que se refere ao atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade.

O interesse em estudar a relação entre educação e contexto sócio-espacial está diretamente relacionada com minhas experiências na educação básica, onde exerci à docência no período de 1999 a 2014, ministrando a disciplina de Matemática. De 1999 a 2006, trabalhei no povoado de Macaúba, na Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas, rede estadual, nas 5ª série a 8ª série (6º ano a 9º ano) e no ensino médio (1ª série a 3ª série); e na Escola Municipal Aureliano José Ferreira (rede municipal) na 4ª série (5º ano) distantes da cidade de Araguatins 42km. A partir de 2008, fui professora do ensino fundamental, na Escola Estadual Osvaldo Franco, e do ensino médio no Centro de Ensino Médio Professora Antonina Milhomem na cidade de Araguatins. Muitos fatores observados neste período me inquietaram, como, por exemplo, o perfil socioeconômico dos alunos matriculados no período matutino era distinto dos alunos matriculados no período vespertino.

Em sua maioria, os alunos dos turnos vespertinos eram oriundos da zona rural, de assentamentos e/ou de bairros e de aglomerados urbanos distantes da região central da cidade e que dependiam do transporte escolar para terem acesso e permanecerem na escola. Muitos chegavam à escola sem nenhuma refeição diária, ou pela lida diária da roça, ou por depender da alimentação escolar. Sendo assim, por meio desta pesquisa, as minhas inquietações são alçadas a questão da pesquisa, no sentido de estarmos interessados nas implicações do contexto sócio-espacial das escolas às oportunidades educacionais dos alunos. Há uma dinâmica sócio-espacial das escolas de Araguatins a ser pesquisada.

Objetivamos nessa pesquisa analisar e problematizar o modo como o contexto sócio-espacial das escolas públicas da cidade de Araguatins e as relações que ele

materializa, em termos de oportunidade educacional, produzem implicações para os indicadores educacionais das escolas enfocadas. Diante das hipóteses apresentadas esta pesquisa tem como objetivos específicos: analisar o processo de urbanização da cidade de Araguatins, nos últimos dez anos, no que diz respeito ao modo como os núcleos populacionais são levados a fixar moradia em bairros; analisar a localização das escolas públicas da cidade de Araguatins, vinculando-as ao parâmetro de “mais próxima da região central” e “mais afastada da região central” da cidade de Araguatins/TO; identificar o perfil sociodemográfico dos alunos das escolas públicas enfocadas, priorizando as seguintes variáveis “local de moradia”, “ano escolar” em que estuda, “distância percorrida” até a unidade escolar e; analisar os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas pesquisadas, relacionando-os à política educacional na cidade de Araguatins e no estado do Tocantins.

No que diz respeito ao arcabouço teórico, orientamo-nos a partir das teorias de David Harvey (2006, 2014, 2015). A partir da perspectiva de Harvey (2006, 2014, 2015), é possível que haja diferenciação sócio-espacial, porque a produção do espaço é desigual, tendo em vista que nenhum espaço, seja ele rural, seja ele urbano se desenvolvem por igual. Contudo, essa diferenciação sócio-espacial pode tender a desigualdade sócio-espacial, tendo em vista o modo como as relações espaciais são ali materializadas. Como temos dito, ao longo desta dissertação, é importante pensar a escola como meio de consumo coletivo em que aspectos importantes são aí determinantes, como, por exemplo, “infraestrutura”, “equipamentos e serviços urbano-rurais”. Assim, a escola é tomada em seu aspecto sócio-espacial, em que diferentes escalas estão implicadas.

No primeiro capítulo, exploramos os percursos metodológicos, os métodos e os instrumentos de coleta de dados. Neste capítulo, apresentamos a lógica do espaço das escolas, zona rural e zona urbana, do município de Araguatins/Tocantins e o fato de quando a regionalização intervém nas oportunidades educacionais.

No segundo capítulo, abordamos sobre o desenvolvimento regional e como esta questão está relacionada às questões das escalas geográficas, sejam elas locais ou regionais. Discutiremos, ainda, sobre a reorganização do espaço escolar, buscando compreender como as questões relacionadas ao contexto sócio-espacial interferem nas oportunidades educacionais a partir das teorizações de David Harvey (2006, 2014, 2015).

No terceiro capítulo, discutimos sobre o contexto sócio-espacial das escolas públicas participantes do Ideb, zona urbana e zona rural, nos últimos dez anos. Levaremos

em consideração a regionalização dos bairros e dos aglomerados populacionais, a localização das escolas e a trajetória dos alunos até a escola.

No quarto capítulo, analisamos os dados coletados com enfoque na infraestrutura (instalações físicas, equipamentos e serviços), na trajetória geográfica e nos indicadores educacionais das 04 escolas objeto da pesquisa, não perdendo de vista o contexto sócio-espacial que os alunos estão inseridos.

Nas considerações finais, tratamos das contribuições advindas da pesquisa, da ineficiência das políticas públicas que tem como proposta tratar da diferenciação sócio-espacial e das desigualdades sócio-espacial e da necessidade de políticas públicas pontuais e sistemáticas para melhoria da infraestrutura das escolas da rede pública.

CAPÍTULO 1

PERCURSO METODOLÓGICO: O ESPAÇO E A ESCOLA COMO (RE)PRODUÇÃO EM ARAGUATINS/TO

“A luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capitalismo”. (Harvey, 2009)

1.1 Da lógica dos espaços à lógica da escola em Araguatins/TO: quando a regionalização intervém

O local de estudo enfocada, nesta dissertação, é o município de Araguatins. Em 1872, por meio da lei nº 691, de 09 de setembro, foi promulgado o povoado São Vicente do Araguaia; em 21 de junho de 1913, foi criado o município de São Vicente, então Estado de Goiás. Por causa de questões políticas, o município só foi instalado em 07 de setembro de 1931, por meio do decreto nº 1.224, de 07 de junho de 1931. E, por meio do Decreto lei nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, o município São Vicente recebeu a denominação de Araguatins. O município recebe este nome por causa da junção dos rios Araguaia e Tocantins, localizados na região do Bico do Papagaio.

Os primeiros moradores, famílias de Máximo Libório da Paixão, em 1867, e de Vicente Bernardido Gomes, em 1868, vieram fixar residência no local para explorar, economicamente, o município por causa da rica flora de pequi, de oitizeiros, dentre outras árvores regionais.

O município de Araguatins (figura 2) está localizado no extremo Norte do Estado do Tocantins, região popularmente chamada de Bico do Papagaio, e tem por característica ser um território fronteiro com o sul dos estados do Pará e do Maranhão. Ele está localizado às margens da BR – 230 (Rodovia Transamazônica) e às margens do rio Araguaia. O Território do Bico do Papagaio/TO está localizado no extremo Norte do estado do Tocantins e é composto por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a área territorial do município de Araguatins é de 2.633,278 km² (2020), uma população

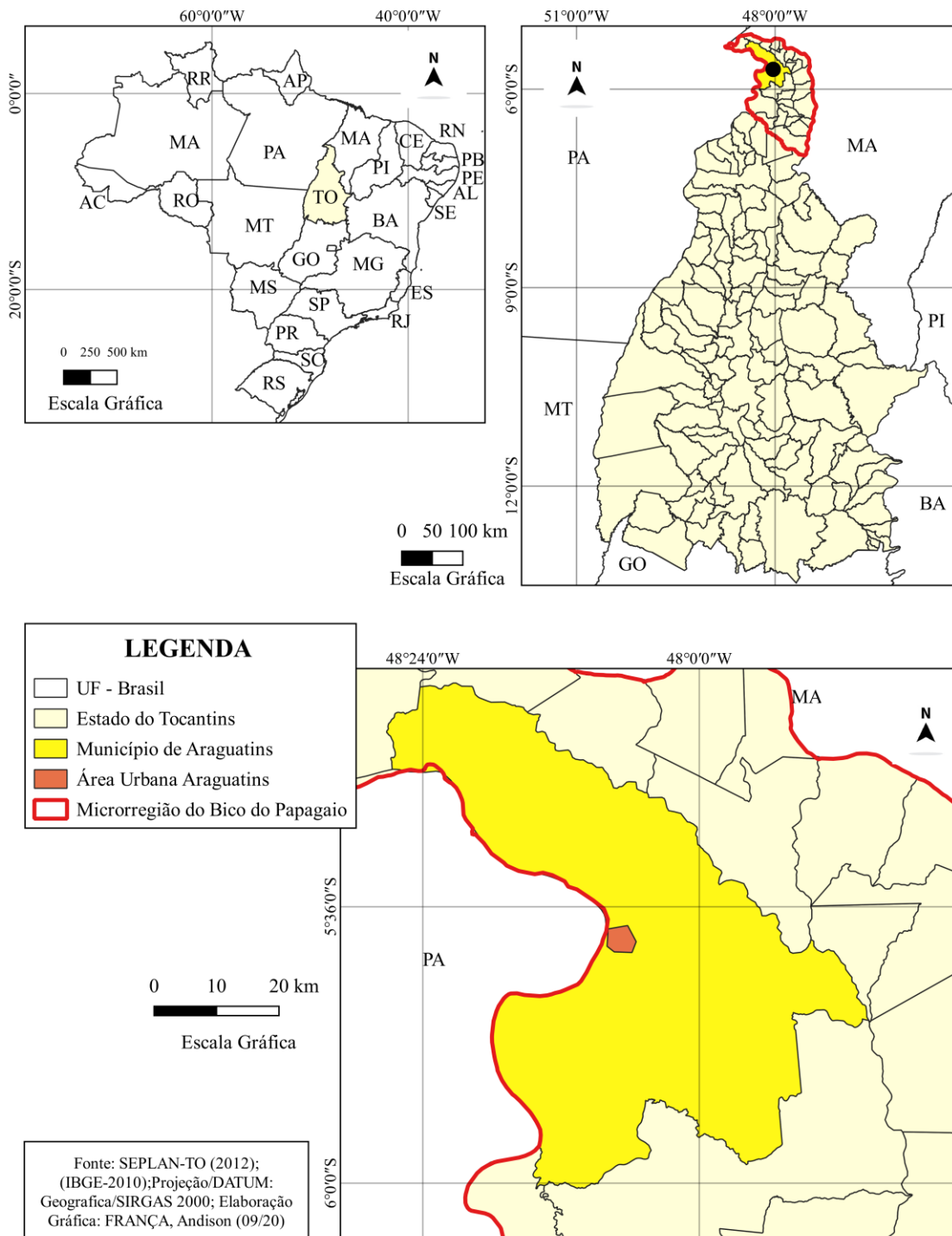
estimada em 36.573 habitantes (2021), 01 comunidade de remanescentes quilombolas e 32 programas de assentamento rural, totalizando 1.921 famílias assentadas (BRASIL, 2019) e 02 comunidades campesinas.

Araguatins, proporcionalmente, possui o maior número de assentamentos da reforma agrária em comparação com os outros municípios do país. Tais fatores geraram demandas no atendimento à educação, impactando o território municipal e exigindo dos governantes investimento nessas áreas. Trata-se de um município turístico, tendo como principais pontos turísticos Praia da Ponta, Praia do São Raimundo, Praia do Noronha, Ilha de São Vicente e Paredão do Nêgo Velho.

De acordo com o IBGE, Araguaatins está localizado na Região Geográfica Intermediária, que está articulada à Região Imediata de Araguaína, na microrregião do Bico do Papagaio.

A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas. (IBGE, 2017, p. 19)

Figura 2 – Mapa do município de Araguatins/TO



Fonte: Elaboração Gráfica de Anderson França (2000)

Araguatins está localizada a 600 km da capital do estado, Palmas/TO. De acordo com dados de Brasil (2012), o município de Araguatins, no que se refere aos aspectos econômicos, tem o setor de serviços como de maior destaque, tendo como ano de referência 2010. Vejamos, a seguir, algumas informações mobilizadas do *site* do IBGE:

o setor de serviços corresponde a 67,7%, tendo a administração pública como principal fator. A indústria, com destaque para a construção civil, representa 17,7%, e a agropecuária corresponde a 14,6% com destaque para produção de mandioca, de milho, de arroz e de criação de bovinos.

Dados oficiais, como os consultados no site do IBGE, mostram-nos que Araguatins é um município que, por causa de sua localidade estratégica nos limites da Região do Bico do Papagaio com o sul dos Estados do Pará e do Maranhão e de suas características de polos educacionais para região, e após a construção da Rodovia Transamazônica, oportunizou muitas famílias economicamente e em relação as oportunidades educacionais.

Araguatins recebe alunos do ensino básico ao ensino superior, oriundos das áreas urbanas, das áreas rurais, de uma comunidade de remanescentes de quilombo, de regiões ribeirinhas, dos programas de assentamentos rurais, das colônias de pescadores, de municípios e Estados circunvizinhos. O território onde se localiza Araguatins possui características de reforma agrária, em função do quantitativo de terras improdutivas de acordo com INCRA e população assentada. A exemplo, hoje o município de Araguatins possui 32 projetos de assentamentos rurais distribuídos em todo território municipal. Destes, 05 possuem escolas por série x turma (PA Djanira, PA Boa Sorte, PA Maringá, PA, Padre Josimo e PA Ouro Verde) e 03 possuem salas multisseriadas (PA Trecho Seco, PA Santa Cruz, e PA Planalto).

Esses dados expressam a perspectiva de que, desde a construção da Rodovia Transamazônica, Araguatins vem se desenvolvendo. Em 2010, o PIB de Araguatins era de R\$ 6.172,94; em 2014, de R\$ 8.977,83 e, em 2018, de R\$ 12.060,54, de acordo com IBGE.

A chegada da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, atualmente, Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – campus Araguatins, foi inaugurada em março de 1988 e garantiu acesso e permanência de filhos de ribeirinhas, de lavadeiras, de agricultores, de pescadores e das comunidades mais vulneráveis, além de atender a população dos estados circunvizinhos em cursos técnicos. A escola agrotécnica garantia a permanência daqueles mais vulneráveis ofertando alojamento, alimentação e transporte escolar. Quando formados, os egressos dessa escola retornavam a seus lugares para ajudarem no desenvolvimento de sua comunidade, de sua cidade.

Tomando como referência o ano de 2021, podemos destacar que o IFTO oferta os seguintes cursos: Técnico em Agropecuária e Técnico em Redes de Computadores

Integrados ao Ensino Médio; Técnico em Agropecuária Subsequente; Licenciaturas em Ciências Biológicas e Computação; Bacharelado em Engenharia Agrônômica e cursos de pós-graduação em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática e Desenvolvimento de Sistema. Além disso, são ofertados, pontualmente, cursos de Formação Inicial Continuada (FIC).

Após a abertura da Rodovia Transamazônica e desmembramento do Norte do Tocantins do estado de Goiás, percebemos que a cidade vem se transformando gradativamente, que o comércio local vem se desenvolvendo. Nesse período, foi instalado o Quartel da Polícia Militar, a DRE-Araguatins, os órgãos públicos (ADAPEC, DETRAN, PROCOM, Delegacia de Polícia Civil, SINE, entre outros), abertura de agências bancárias, surgimento do comércio em todos os seguimentos.

A Rodovia Transamazônica (BR-230) e a construção da TO-010, TO-404, TO-201 interligaram as cidades da Microrregião do Bico do Papagaio, e esta, por sua vez, interligou-as com outros estados, como os Estados do Pará e do Maranhão.

Em 2009, chega a Araguatins a UAB/UFT e a Rede Etec/IFTO, ofertando diversos cursos de pós-graduações; posteriormente, foi instalada a UAB/UNITINS, ofertando os cursos de Licenciatura em Letras/Espanhol, Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração Pública. A Rede Etec/IFTO ofertou cursos técnicos de: Agroecologia, Meio Ambiente, Secretariado, Administração e Informática para Internet.

Com o desenvolvimento crescente, foi possível minimizar as desigualdades de oportunidades da população da zona rural e da zona urbana. Houve expansão da rede pública de ensino no município; em consequência dessa expansão, elevou-se o nível de escolaridade da população; melhorou-se a qualidade do ensino em todos os níveis; reduziram-se as desigualdades sociais e regional, na educação pública, e houve a democratização da gestão do ensino público.

A partir da construção da Rodovia Transamazônica, Araguatins se desenvolveu. Houve crescimento urbano e populacional da cidade; resguardadas as devidas proporções históricas, Araguatins se desenvolveu por causa da expansão do comércio em diversos seguimentos, das indústrias e das funções administrativas públicas e privadas. Nesse mesmo contexto, ocorreu também a expulsão da população do campo (zona rural) para as cidades em busca de melhores oportunidades educacionais e de trabalho. No entanto, a falta de planejamento dessa saída de parte da população para a cidade e a ausência de políticas públicas trouxeram consequências que atingiram as populações mais

vulneráveis, que, muitas vezes, ficaram condicionadas ao assistencialismo governamental.

No município de Araguatins, em setembro de 2021, havia 3.010 famílias beneficiárias do Bolsa Família, o que corresponde a 10.961 pessoas beneficiadas. Os dados emitidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SEDESH) do Município, por meio do Posto de Cadastro Único e Programa Bolsa Família, nos informou em 18 de outubro de 2021, via whatsapp, que 95,4% dos responsáveis familiares são as mulheres. Em relação aos beneficiários do PBF, de acordo com os dados apresentados, 1.736 famílias o que equivale a 29% da população total do município estariam em situação de extrema pobreza sem o benefício.

O departamento nos informou ainda, que somente 75% da população em situação de vulnerabilidade do município foram atendidas, abaixo da meta. De acordo com o Posto de Cadastro essa estimativa é baseada em dados do IBGE. O repasse para o município em setembro de 2021, foi R\$ 140.717,00 para os beneficiários do Programa Bolsa Família, o que corresponde a um benefício médio de R\$ 46,75 por família. Os tipos de benefícios recebidos pelas famílias consideradas em situação de vulnerabilidade variam de acordo com perfil de renda, tamanho e composição familiar, por exemplo, se há crianças, adolescentes, gestantes ou lactantes.

Baseado nos dados de junho de 2021, o município de Araguatins possui na base de dados: 6.000 famílias cadastradas no Cadastro Único; 3.546 famílias com cadastro atualizado nos últimos dois anos; 5.005 famílias com renda de até ½ salário-mínimo; e 3.108 famílias com renda de até ½ salário-mínimo com cadastro atualizado. O governo federal por meio dos dados do CADÚnico concede benefícios e serviços dos programas sociais, como por exemplo: tarifa social de energia elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, dentre outros. Estes dados podem ser utilizados também, como mapeamento das vulnerabilidades locais.

A falta de políticas públicas eficazes faz com que a escola falhe em cumprir com seu papel.

Paulo Freire (2006) concebeu a escola como um espaço de libertação, espaço de possibilidades, de diálogo. O autor se dedicou a debater a perspectiva de uma educação emancipatória e social, dedicou-se e assumiu o compromisso pela causa dos mais vulneráveis. Freire (2006, p. 45) expõe que:

(...) é preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue:

permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue.

Precisamos compreender a educação como um processo constante de mudanças. Faz-se necessário que a Pedagogia Social ultrapasse os muros da escola e perpassa por toda a sociedade atuando em todos os locais, buscando sempre contribuir para a formação do ser humano e para o desenvolvimento do ser crítico e social, e construir propostas de ensino inclusivas, capazes de estabelecer um compromisso inovador com os diversos estratos do tecido social, sendo capazes de questionar e de entender o mundo a sua volta.

Em Araguatins, a população que residia na zona rural passou a migrar para a cidade em busca de oportunidades educacionais e de emprego, nesse período surgiu novos bairros na cidade, onde a infraestrutura não é/era adequada. Não há asfalto, nem todos os domicílios tem abastecimento de água (rede pública), não tem serviços de correios, não há iluminação pública em todas as ruas.

A seguir, apresentamos um mapa com os loteamentos de Araguatins, cuja técnica de construção dos limites se ancora na cartografia participativa. Dada a ausência de mapeamento dos setores censitários produzido pela prefeitura, passamos a formular os limites a partir das visitas “in loco”, buscando um cotejo entre autorreferenciamento e consulta aos moradores em cada rua limite dos bairros. Neste ponto, cabe ressaltar que a terminologia utilizada pelo IBGE para essa regionalização é “setor censitário” e o termo utilizado pela prefeitura é “loteamento”. Para a elaboração do mapa, utilizamos o termo popular “bairros”.

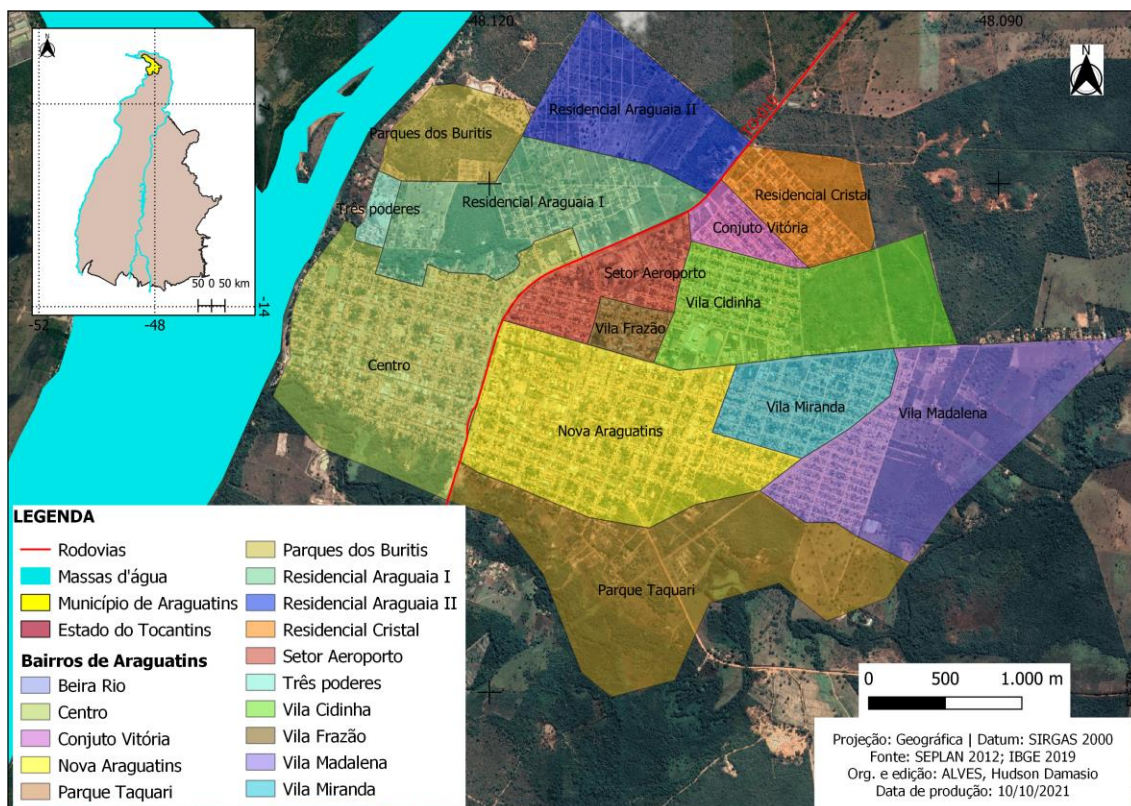
A inexistência de dados georreferenciados se mostra problemática em termos de gestão da informação, uma vez que as potencialidades e os desafios do uso e da ocupação do território não ganha uma visão estratégica, passível de se propor, por exemplo, políticas públicas para a gestão e a transformação do espaço urbano-rural. Consequentemente, para propormos uma articulação com o nosso objeto de pesquisa, não se gesta a (re)produção do espaço urbano-rural nem as suas implicações para os indicadores educacionais. Talvez, pudéssemos defender a ideia de que essa regionalização proposta, nesta dissertação, passe a ser parâmetro para o planejamento estratégico de ações da gestão pública.

Dessa proposição de regionalização, ainda vamos elaborar, no âmbito desta dissertação, mapas temáticos com a distribuição de variáveis, distância dos bairros dos principais equipamentos urbanos, como forma de dimensionar, espacialmente, o contexto

sócio-espacial. O mesmo procedimento será feito para pensarmos os indicadores educacionais.

Vejamos, a seguir, o referido Mapa:

Figura 3: Mapa dos bairros de Araguaatins



Fonte: organização e edição Damásio (2021)

Até a década de 90, a cidade de Araguaatins estava dividida em dois bairros, a saber: Velha Araguaatins e Nova Araguaatins. Posterior a esse período, foram surgindo novos bairros; alguns ainda não estão legalizados no departamento de tributos da Prefeitura Municipal de Araguaatins. O bairro Nova Araguaatins foi subdividido em: Setor Aeroporto, Vila Frazão, Vila Cidinha, Vila Miranda, Nova Araguaatins e Parque Taquari. Já o bairro Velha Araguaatins foi subdividido em: Centro, Três Poderes, Parques dos Buritis, Residencial Araguaia I e Residencial Araguaia II.

O centro da cidade inicia-se da beira rio até a TO-010; ao norte, ele faz divisa com chácaras, rua Principal (Residencial Araguaia I) e rua 2 (rua do brejo). O Parque Taquari possui como limite, ao leste, a TO-010, ao norte Rua 05. O bairro Três Poderes, ao norte, faz divisa com Rua 3; a leste, com a rua Mal. Deodoro da Fonseca, a oeste, faz limite com Rua Nero Macêdo; ao sul, faz limite com Rua 1.

A Nova Araguatins possui como limite, ao leste, a TO-010; ao norte, a Av. Mal. Castelo Branco, a oeste, faz divisa com Av. Quintino Frutuoso e com a Rua 15; ao sul, faz limite com Rua 5 e com diversas chácaras. A Vila Madalena, a leste, faz limite com a Av. Quintino Frutuoso; ao norte, faz limite com a Av. Mal. Castelo Branco; ao Sul, com a Rua Mal. Floriano Peixoto e com diversas chácaras; a oeste, faz limite com diversas fazendas. Vila Miranda, a leste, faz divisa com Rua 15; ao sul, faz limite com a Rua Mal. Siqueira Campos, a oeste, faz limite com a Av. Quintino Frutuoso e, ao norte, faz limite com Av. Mal. Castelo Branco.

A Vila Frazão possui como limite, ao norte, a Rua 2; ao sul, a Av. Mal. Castelo Branco; a leste, a Rua D; e, a oeste, Rua A. Vila Cidinha possui como limite, a leste, a Rua C; ao norte, a Al. 7; a oeste, diversas fazendas; ao sul, a Av. Mal. Castelo Branco. O Conjunto Vitória faz divisa, ao Norte, com a Rua 19 (rua do Portal); ao sul, faz limite com a Al. 7; a leste, com a TO-010; a oeste, faz limite com diversas fazendas. O Residencial Cristal, ao sul, faz limite com a Rua 19 (rua do Portal); a leste, faz divisa com a TO 0-10; ao norte e oeste, faz divisa com diversas fazendas.

O Residencial Araguaia I, ao sul, faz divisa com a Rua João de Deus e com diversas chácaras; a oeste, faz limite com TO-010; ao norte, os moradores do bairro não souberam o nome da rua; a leste, faz limite com diversas fazendas. O Residencial Araguaia II, ao norte, faz limite com diversas fazendas; ao sul, os moradores não sabem o nome da rua; a leste, faz limite com Parque dos Buritis e com diversas fazendas; a oeste, faz limite com a TO-010.

A Vila Miranda e Vila Madalena surgiram a partir de um movimento de ocupação. Até hoje, as duas vilas não são regularizadas na prefeitura. No parque dos Buritis, atualmente, há uma ocupação; no local, há moradores da zona rural, do município de Buriti do Tocantins, de Esperantina, do estado de Goiás, e mesmo moradores de Araguatins que viviam de aluguel e que viram naquele momento, naquele lugar, a oportunidade de construir suas casas.

Dados do IBGE (2019) aponta que, em relação ao trabalho e ao rendimento, o salário médio mensal da população era de 1.9 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas, em relação à população total, era de 6%. Em comparação com os outros municípios do estado do Tocantins, Araguatins ocupava a 18ª posição em relação aos 139 municípios do estado, no que diz respeito ao rendimento mensal e a 125ª posição dos 139 municípios em relação à ocupação, vale lembrar que Araguatins é a 6ª maior cidade do estado.

Dados do IBGE (2010) apontam que a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade era de 95,5%; desse percentual, as matrículas no ensino fundamental (IBGE, 2020) correspondiam a 5.269, e as matrículas no ensino médio correspondiam a 1.995. Ainda de acordo com dados do IBGE (2020), no ensino fundamental, havia 247 professores e 137 professores no ensino médio; o município possuía 31 escolas do ensino fundamental e 7 escolas do ensino médio em funcionamento.

Em 2010, fazendeiros que possuíam terras limítrofe com a cidade desmembraram parte de suas terras e lotearam para uso comercial. A partir desse desmembramento surgiram aglomerados intraurbanos: Conjunto Vitória, Residencial Cristal, Residencial Araguaia I e Residencial Araguaia II. É importante enfatizarmos que o Residencial Cristal, Vila Miranda e Vila Madalena não possuem serviços básicos de correios, e o abastecimento de água é ineficaz. É importante ressaltarmos que o uso da água é inapropriado para consumo. Mesmo assim, parte da população a consome.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) é calculado pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice, quais sejam: longevidade, educação e renda. O IDHM do município de Araguatins é de 0,631, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). De acordo com os dados observados, a dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município no ano de 2010 foi a longevidade, com índice de 0,793, seguida de renda, com índice de 0,604, e de Educação, com índice de 0,525 (BRASIL, 2010; IPEA, 2012).

Araguatins apresenta o Índice de Gini¹ equivalente a 0,57%, tendo como referência o ano de 2010; 9,69% vivem em situação de extrema pobreza; 36,03% da população é pobres, de acordo com Brasil (2010) e com IPEA (2012). Em consonância com os dados censitários divulgados pelo IBGE, em 2012, 3.790 famílias eram beneficiadas com bolsa família. Em 2010, a população araguatinsense era de 31.329 habitantes.

Em relação ao IDHM Educação, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem (BRASIL, 2010; IPEA, 2012). Ainda de acordo com os dados disponíveis, o IDHM Educação do município nos mostra que a proporção de crianças de 11 a 13 anos que frequentam o ensino fundamental (anos

¹Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

finais) é de 87,51%; a proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que possuem o ensino fundamental completo é de 53,83%, e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio incompleto corresponde a 28,70%. Os dados expressam um aumento significativo do IDHM entre os anos de 1991 e 2010, de 51,74%; 70,05% e 26,59%.

Em relação ao ensino médio, o IDHM Educação (BRASIL, 2010; IPEA, 2012) aponta que 79,47% da população, com idade entre 6 e 17 anos, estavam cursando o ensino básico, apresentando defasagem idade-série de até dois anos. Apenas 5,98% da população de 18 a 24 anos estavam cursando o ensino superior.

O IDHM Educação também leva em consideração a escolaridade da população adulta, de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo. De acordo com dados do IPEA (2012), o município de Araguatins apresenta um alto índice de adultos analfabetos, ou com ensino fundamental incompleto, ou ensino fundamental completo por causa de as gerações mais antigas não terem tido a oportunidade de estudar. Os dados publicados por Brasil (2010) e por IPEA (2012) apontam que, se for levado em consideração a população do município com idade de 25 anos ou mais, 26,22% eram analfabetos; 34,13% tinham o ensino fundamental completo, 23,88% possuíam o ensino médio completo e 7,29% possuíam o ensino superior completo.

A circunscrição dessas informações sobre o município de Araguatins mostra-se pertinente, pois nos ajuda a pensar na condição sócio-espacial do município e suas dinâmicas locais, não perdendo de vista a sua localização no território do Bico do Papagaio. Essa condição sócio-espacial acaba por produzir efeitos nos indicadores educacionais, já que a escola é uma das dimensões dessa condição sócio-espacial. Por essa razão, estamos filiados às teorizações de Harvey (2006, 2014, 2015), buscando pensar nessas transformações desordenadas e suas implicações para os indicadores educacionais de Araguatins.

1.2 Do processo de filiação teórico-metodológico

Olhar o território e buscar compreendê-lo em sua dinâmica, em sua diversidade, em seus espaços e contextos, sempre, foi um desejo que está intimamente ligado ao pertencimento e ao modo como o lugar nos constitui, ao longo da vida. Vejamos, a seguir, as ponderações de Serpa (2019):

[...] mais que associar *a priori* os conceitos de lugar e território a qualidades específicas (lugar = vivido; território = poder), acredita-se

que as relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes são marcadas pelo predomínio (instável) da igualdade e da diferença e que a dialética entre diferença e igualdade é o que vai estabelecer lugar e território como modos geográficos de existência”. (SERPA, 2019, p.63)

De forma bem simples, o autor expõe que o território tem relação com poder, e o lugar está relacionado com “amor, compromisso e senso de responsabilidade” (SERPA, 2019, p.63)

Motivados por estes sentimentos pensamos, inicialmente a pesquisa de uma única instituição, dada a ausência de informações e a necessidade de ampliação da discussão, e considerando a formação acadêmica e a atuação na docência, sentimos a necessidade de ampliação da pesquisa. Pensando a partir de todas as instituições, discutimos amplamente e percebemos que uma instituição não poderia dizer do processo de oportunidades educacionais do município e percebemos a importância de discutirmos sobre a promoção da educação básica, sobretudo das séries iniciais, chegando ao estudo de hoje.

Tudo isso foram sendo somadas e tornando-se um lugar de inquietação que se aproxima do estudo a que nos debruçamos aqui. Atravessados, pois, dessas percepções e formados pela pedagogia social freireana que ensina-nos o lugar e as pessoas, e que a educação é o que pode: “... permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história” (FREIRE, 2006, p.45), tecemos esse caminho de pesquisar o “Contexto sócio-espacial de escolas públicas do município de Araguatins/TO e implicações para os indicadores educacionais” e construir correlações entre os indicadores educacionais gerados a partir de avaliações externas.

Contribuíram para o desenho final da pesquisa, as discussões e referenciais mobilizados no âmbito do PPGDIRE, nas diversas disciplinas, e que levaram-nos a olhar a mesma realidade, considerando a complexidade da temática, de modo mais detido, que estudos nessa linha exigem. Para dar conta de toda a diversidade de dados que elegemos como *corpus*, adotaremos a pesquisa documental, qualitativa e bibliográfica.

A princípio, foi realizada uma revisão da literatura científica acerca da perspectiva de que o espaço urbano e rural é uma construção, de modo a entendermos o viés da constituição sócio-espacial das escolas públicas de educação básica de Araguatins. Essa revisão oportunizou a nossa filiação às teorizações David Harvey (2006, 2014, 2015), conforme já ressaltado no capítulo teórico desta dissertação. Estamos interessados, mais

de perto, na questão de que o contexto sócio-espacial das escolas enfocadas acabam por produzir efeitos nos indicadores educacionais.

Não perdemos de vista, nessa revisão, partimos do princípio de que a escola acaba por (re)produzir, socialmente, as oportunidades de acesso e de permanência à educação, considerando a natureza dos contextos sócio-espaciais em que elas estão inseridas.

Elegemos a pesquisa documental pelo fato de, essencialmente, recorrermos a documentos oficiais, em sua maioria, publicizados em *sites* do governo federal (Inep, MEC) e *sites* não governamentais (QEdu) que serão didatizados em forma de gráficos e tabelas, bem como imagens e outras ilustrações. Trataremos os dados, conforme objetivo da apresentação de cada um, nas seções e subseções apresentadas no decorrer desse estudo, uma vez que a pesquisa documental: “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986; p.38).

Parte expressiva dos dados foram obtidas pelos *sites* supracitados. Porém, fez-se necessário recorrer, via ofício, à SEMEC e à Diretoria Regional de Ensino de Araguatins (DRE) vinculada à Secretaria de Educação e Cultura de Estado (SEDUC/TO), com vistas a obtenção de dados mais detalhados quanto a taxas de rendimento, número de matrículas e traslado de alunos até a escola, considerando que não estão disponíveis para pesquisa pública, esses dados por ano de referência. Ou seja, recorreremos aos chamados “dados de papel”, modo tradicional de obtenção de informações oficiais e que, Gil (2001) considera fontes indispensáveis e insubestimavelmente valiosa.

Após definir as escolas e o espaço-geográfico a que nos dedicaríamos, dedicamo-nos a uma pesquisa bibliográfica inicial que pudesse subsidiar as primeiras análises, o que revelou-se substancial no sentido de permitir que relacionássemos o tema, o objetivo e os dados preliminares. Permitiu-nos ainda a análise de Notas Técnicas, Notas Informativas, Relatórios, não pretendidos inicialmente. Esse percurso foi importante para que obtivéssemos um repertório que viabilizou-nos a identificação dos indicadores educacionais e analisar como estes refletem a realidade espacial e geográfica dos lugares. A pesquisa documental é, pois, uma “fonte rica e estável de dados” (GIL, 2010, p.62), de baixo ou nenhum custo e possibilita imersões sem precipitações. Exige uma postura ética, afinal, todo pesquisador e pesquisadora tem esse dever. Apesar do que pode a pesquisa documental, recorreremos à pesquisa qualitativa por mobilizarmos dados que exigem tais

abordagens. Ademais, os tipos de pesquisa e métodos podem colaborar sobremaneira entre si, favorecendo a tessitura de dados mais consistentes.

O fato de a pesquisa qualitativa preocupar-se com aspectos da realidade, tendo como eixo central a compreensão e a explicação da dinâmica das relações sociais, trabalhando desta forma com os significados, os motivos, os valores e as atitudes, demanda-nos a olhar os dados minuciosamente, considerando suas complexidades. A abordagem qualitativa manifesta-se, sobretudo, na descrição dos problemas e as hipóteses levantados durante a pesquisa, bem como, nas análises interpretativas. Minayo (2001, p.21-22) atribui à pesquisa qualitativa a natureza de aprofundar acerca “[d]o universo, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações”.

1.3 Dos critérios de seleção das escolas enfocadas

No que tange à rede municipal, estão sendo analisados os indicadores educacionais referentes a 02 escolas; o mesmo quantitativo foi adotado para o enfoque das escolas da rede estadual. Estão sendo analisados os índices das séries iniciais e finais – 5º ano e 9º ano. No que se refere à rede municipal de ensino, estão sendo enfocadas os dados da Escola Mul. “PA Maringá” (projeto de assentamento) e Escola Mul. Professora Nair Duarte (centro da cidade). Da rede estadual, serão pesquisadas a Escola Est. Atanázio de Moura Seixas (zona rural) e Escola Est. Osvaldo Franco (centro da cidade).

Os critérios de seleção das escolas objeto da pesquisa levaram em consideração se os alunos regularmente matriculados nas escolas localizadas em bairros mais afastados da região central da cidade tendem a ter os indicadores educacionais mais frágeis; se as escolas mais distantes da região central da cidade tendem a ter maior índice de evasão escolar e de reprovação; se as escolas localizadas em bairros mais distantes da região central da cidade tendem a ter mais alunos matriculados e, por essa razão, menos vagas ocupadas.

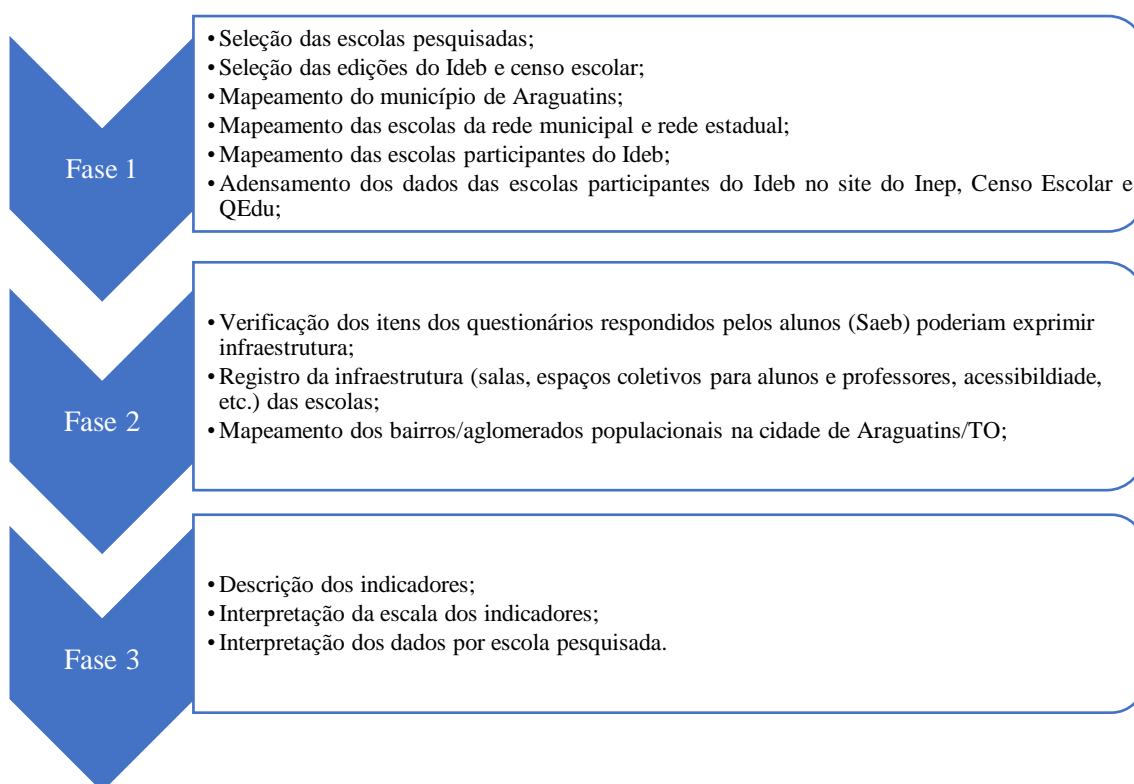
1.4 Mapeamento e deslocamentos teóricos e geográficos

Deslocar-se tem sido uma espécie de palavra de ordem que o estudo sócio-espacial imprimiu em nós. Olhar para a mesma realidade a partir do repertório adquirido nos

estudos sobre desenvolvimento regional, encontrou eco e ressoa, sobretudo, por permitir-nos, uma vez pertencentes ao contexto em análise, complexificar a realidade e perceber as profundas desigualdades. Mas tem sido uma oportunidade de também perceber as potencialidades já trabalhadas e as que ainda podem colaborar para a equidade de sujeitos que vivem no campo e na cidade.

Passamos a fazer menção, neste ponto, ao percurso, numa orientação de passo a passo, que realizamos com vistas à obtenção dos dados que dão sustentação analítica a nosso estudo.

Figura 4: Percurso realizado na pesquisa



Fonte: autora (2021)

Na primeira etapa da pesquisa, realizada no período de abril a maio de 2020, mobilizamos dados por meio de mapas do município de Araguatins e mapas com a localização das escolas da rede municipal e rede estadual. Posteriormente, mobilizamos mapas do município com a localização das escolas participantes do Ideb, tanto da zona rural quanto da zona urbana. Alguns desafios apresentaram-se para a realização deste mapeamento, dentre eles, conseguir a localização geográfica das escolas, focus da pesquisa. O mapeamento social com base no automapeamento nesta pesquisa, é entendido

como uma possibilidade de representação do lugar dos sujeitos e uma tentativa de ilustrar, geograficamente, o seu contexto e suas particularidades.

Uma das técnicas, também, utilizadas nesta dissertação, refere-se ao mapeamento participativo. Isso porque, para compreendermos o contexto sócio-espacial e as oportunidades educacionais, foi preciso produzir um mapeamento por bairros e aglomerados populacionais de Araguatins/Tocantins. Contudo, o município de Araguatins não consta na base cartográfica da base de dados do IBGE, tendo em vista a divisão dos bairros da cidade. A construção do mapa dos bairros se estabeleceu com base no automapeamento, com a consulta de moradores, dadas as visitas “*in loco*”, nos limites de ruas de cada bairro.

Cabe salientar que não se trata de uma cartografia oficial, mas, sim, de uma cartografia participativa, tendo em vista a interação e a participação dos sujeitos dos diversos bairros. Este instrumento, gerado a partir da referida técnica, conforme afirma Andrade e Carneiro (2009), é relevante para a compreensão do uso do espaço pelas comunidades, não perdendo de vista aí a percepção dos moradores na construção do próprio espaço. Neste ponto, ressaltamos que a nossa filiação teórica se mostrou frutífera para dimensionarmos no modo como o espaço urbano-rural é uma construção.

A desigualdade sócio-espacial nos motiva a conhecer e a mapear as diferentes realidades vivenciadas pelos alunos. Entendemos por segregação sócio-espacial, nesta dissertação, o resultado das desigualdades existentes que estão diretamente relacionadas às diferentes classes sociais, resultando no acesso diferenciado à cidade, seja em relação à sua localização espacial ou no acesso aos bens de consumo coletivo. Há uma reprodução de forma desigual e contraditória. Nesse sentido, a desigualdade espacial é produto da desigualdade social.

Ainda na primeira fase da pesquisa buscamos relacionar as escolas do município de Araguatins participantes do Ideb da rede municipal e rede estadual, através dos dados disponibilizados pelo site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Censo Escolar e QEdU. Sentimos a necessidade de adensar a análise buscando dados voltados para escolas participantes do Ideb nos últimos dez anos, solicitamos, via ofício, em 20 abril de 2021, dados de estudos comparativos no âmbito das esferas gestoras da educação em Araguatins (SEMEC, DRE). Os dados solicitados se referem à número de alunos matriculados, taxa de rendimento, local de moradia e distância percorrida até a escola.

A SEMEC retornou com os dados solicitados, via *e-mail*, em 20 de maio de 2021.

A DRE também disponibilizou os dados solicitados, em 27 de maio de 2021, via WhatsApp. Analisamos os dados obtidos, e verificamos que no sistema do Censo Escolar/SEDUC já estava disponível para consulta pública. Interessou-nos os dados relacionados às taxas de rendimento referentes aos anos de 2013 a 2019.

Dispondo dos dados referentes às escolas tanto da rede municipal quanto da rede estadual, somados aos dados secundários, disponibilizados pelo Inep, organizamos a tabulação de dados. A coleta de dados quantitativos (número de matriculados, número de aprovados, de reprovados, de evasão, de transferências nos últimos dez anos e do Ideb em si) ocorrera no período de setembro de 2020 a junho de 2021. Estes, por sua vez, reúne dados coletados por meio de ofícios encaminhados à DRE e SEMEC que foram somados às informações obtidas nos *sites* do IBGE, Inep e QEdU, Censo Escolar, Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGE), utilizado pelas escolas da rede municipal, e o Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), utilizado pelas escolas da rede estadual. O departamento de transportes da SEMEC também foi uma fonte importante, pois gerenciam, diariamente, o atendimento e demandas de alunos quanto o uso do transporte escolar. Obtivemos ainda dados sobre o percurso feito pelos alunos (zona rural, zona urbana, assentados e acampados) até chegarem à escola a qual estão regularmente matriculados.

A utilização dos dados secundários – obtidos por meio de buscas nos bancos de dados do Inep e Censo Escolar, permitiu-nos análises sobre as variáveis (local de moradia, ano escolar, taxas de rendimento, número de matrículas, distância percorrida até a unidade escolar, Ideb) inerentes ao objeto de estudo.

Posteriormente, foi solicitada autorização à DRE e à SEMEC para fotografarmos as escolas participantes do Ideb. De acordo com as informações recebidas via telefone pelos órgãos em questão, encaminhamos *e-mail* às escolas informando sobre a autorização concedida, bem como uma breve apresentação da pesquisa empreendida, detalhando o objetivo do estudo e o nosso papel enquanto pesquisadores.

Na fase 2, buscamos, em visitas “*in loco*” registrar a infraestrutura (salas, espaços coletivos para alunos e professores, acessibilidade, número de servidores, etc.) das escolas. O processo de visitação às escolas transcorreu no mês de junho do ano 2021. As viagens e despesas oriundas destas foram custeadas pela pesquisadora, uma vez que o projeto não dispunha de financiamento. Nesta fase, foi realizado mapeamento dos bairros/setores/aglomerados urbanos. A seguir, mobilizamos (tabela 01), das visitas realizadas.

Tabela 01: Escolas mapeadas

Ordem	Rede	Escola	Localização	Data
1.	Estadual	Colegio Militar do Estado do Tocantins - Professora Antonina Milhomem	Nova Araguatins	
2.	Estadual	Colegio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte	Centro	
3.	Estadual	Esc Est Girassol de Tempo Integral Denise Gomide Amui	Nova Araguatins	
4.	Estadual	Esc Est Osvaldo Franco	Centro	
5.	Estadual	Escola Estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho	Nova Araguatins	
6.	Estadual	Escola Evangelica Daniel Berg	Centro	
7.	Municipal	Esc. Mun. Prof. Maria de Lourdes M Fernandes	Nova Araguatins	14/06/2021
8.	Municipal	Esc. Mun. Professora Nair Duarte	Centro	
9.	Municipal	Esc. Mun. São Vicente Ferrer	Centro	
10.	Estadual	Col Est Atanzio de Moura Seixas	Pov. Macaúba	
11.	Municipal	Esc. Mul. Aureliano José Ferreira	Pov. Macaúba	17/06/2021
12.	Estadual	Escola Est Frei Savino	Pov. Natal	
13.	Estadual	Escola Estadual Santa Gertrudes	Vila Falcão PA Djanira	
14.	Municipal	Esc. Mul Prof. Djanira Rodrigues Da Silva	Vila Falcão	
15.	Municipal	Esc. Mul. Rui Barbosa	Pov. Taquarizinho	
16.	Municipal	Esc. Mul. Vereador Guilherme Parente	Povoado Natal	18/06/2021
17.	Estadual	Escola Isolada Boa Sorte	PA Boa Sorte	21/06/2021
18.	Municipal	Esc. Mul. PA Maringá	PA Maringá	22/06/2021
19.	Municipal	Esc. Mul. Padre Vitório	Pov. Araguanópolis	
20.	Municipal	Esc. Mul. Retiro Santa Cruz	PA. Santa Cruz/PA Pe. Josimo	25/06/2021
21.	Municipal	Esc. Mul. Prof. Edgard Tolentino	Pov. Transaraguaia	28/06/2021

Fonte: autora (2021)

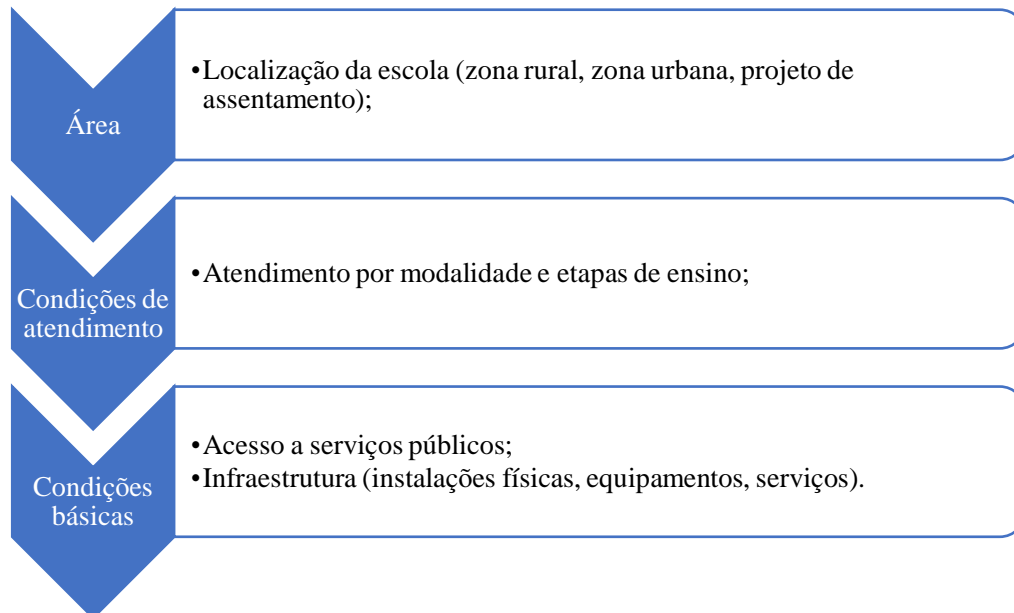
Na última fase, foram realizadas a descrição dos indicadores, a interpretação da escala dos indicadores, a análise e a interpretação dos dados coletados.

Enquanto os resultados dos alunos nos testes padronizados permitem avaliar a aprendizagem, as respostas dos questionários possibilitam analisar o nível socioeconômico, os serviços sociais, a infraestrutura, a formação de professores, o material didático e os programas estruturados. A aferição da aprendizagem isoladamente

não é capaz de estimar a qualidade do ensino, porque a educação escolar não envolve apenas aquilo que os alunos demonstram saber, mas também as interações entre o ambiente que os envolve e as relações que estabelecem entre os diversos sujeitos do processo educacional.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado, e se processa por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real. Conforme exposto anteriormente, os gestores das escolas já haviam sido comunicados sobre nossa presença nas escolas para efetuarmos os registros do espaço físico das escolas. As visitas se deram inicialmente nas escolas da sede, posteriormente as visitas foram organizadas pela disponibilidade dos gestores ou servidor designado por ele para nos acompanhar no registro das fotos que serão analisadas no capítulo 4 - E por falar em espaços segregados? A escola como observatório da contradição.

Figura 5: Síntese do modelo conceitual para avaliar a infraestrutura das escolas: dimensões e indicadores



Fonte: elaborado pela autora (2021)

Na fase 1 e na fase 3, elaboramos mapas para pensarmos como se dá a organização dos bairros da cidade de Araguatins. Buscamos compreender o conceito de mapeamento participativo, tendo em vista, que o município de Araguatins não consta cartografia na

base de dados do IBGE que represente a divisão dos bairros da cidade. O automapeamento foi a metodologia adotada para a construção do mapa dos bairros, e frisamos, pois, que não é uma cartografia oficial, e sim uma cartografia participativa, tendo em vista a participação dos sujeitos do lugar. Andrade e Carneiro (2009), no que diz respeito ao automapeamento, afirma que faz-se necessário devido a importância desse instrumento para a compreensão do uso do espaço pelas comunidades.

Na coleta de dados, a maior dificuldade foi em relação ao contato com os gestores de escolas da zona rural, dada a dificuldade de acesso à internet e ao sinal de celular. Com o contexto pandêmico da Covid-19, essas dificuldades se acentuaram, pois muitos dos profissionais das escolas estiveram desempenhando suas funções *home office*. Três dos gestores, das escolas da zona rural, não residem na comunidade, moram nas cidades do município ou em outros municípios, a exemplo do gestor da Escola Municipal Retiro Santa Cruz.

Após a coleta dos dados secundários, os dados dos alunos regularmente matriculados, participantes do Ideb, foram organizados em tabelas, em quadros e/ou em gráficos. Os dados coletados estão tendo tratamento estatístico para facilitar a análise e a interpretação destes. A organização dos dados em tabelas foram utilizados para apresentarmos a relação das escolas do município de Araguatins e a relação das escolas participantes do Ideb das rede municipal e estadual do município de Araguatins; demonstrarmos o quantitativo de departamentos e número de servidores da escola; quantificarmos os espaços físicos existentes; apresentarmos os dados da PROFICIÊNCIA e do Ideb. O quadro foi utilizado para inter-relacionarmos a natureza dos dados e procedimentos metodológicos e; os gráficos para demonstrarmos dados das taxas do rendimento escolar. De acordo com Gil (2007), este tipo de método possibilita determinar numericamente e é importante ferramenta para auxiliar nas conclusões de dados obtidos. É importante enfatizar que os indicadores utilizados oportunizaram-nos compreender as condições de enfrentamento no contexto sócio-espacial dos alunos para que tenham acesso e permanência à escola. Os dados coletados foram organizados, levando-se em consideração o contexto sócio-espacial e os indicadores educacionais de cada escola.

A seguir, vamos expor e fundamentar as 03 análises temáticas que estruturam o nosso trabalho de análise, nesta dissertação, de modo a darmos decorrências teórico-metodológicas para a incursão que tecemos até este ponto.

Tabela 2: Articulação teórico-metodológica das análises temáticas

Análises temáticas	Descrição	Respaldo Teórico
Infraestrutura	A escola é tomada, nesta dissertação, como meio de consumo coletivo em que estão implicadas a infraestrutura, os equipamentos e os serviços rurais e urbano, configurando política de acesso e de permanência dos alunos no contexto escolar.	
Trajetória Geográfica	Os aspectos geográficos, além de influenciar diretamente nos valores monetários que o indivíduo pode alcançar, influenciam, ainda, no local onde residem em detrimento dos espaços de produção e de consumo, o que acaba por implicar as relações do desenvolvimento geográfico desigual. As diferenciações sócio-espaciais das escolas acabam por produzir as desigualdades sócio-espaciais, resvalando efeitos nos indicadores educacionais.	Na esteira de Harvey (2006, 2014, 2015), essas análises temáticas estão fundamentadas na perspectiva das interações sócio-espaciais, produzindo uma divisão territorial do acesso e da permanência na escola. Desse modo, estão em jogo, neste caso, a relação contraditória e desigual entre a escala indivíduo, a escala cidade, a escala campo e a escala políticas educacionais.
Indicadores Educacionais	Os indicadores educacionais contribuem para a mensuração da qualidade do ensino, atendo não somente ao desempenho dos alunos, mas, também, ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas.	

Fonte: elaborado pela autora (2022)

CAPÍTULO 2

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO-RURAL EM ARAGUATINS/TO: ENTRE DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL

“É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais” (Marx, Grundrisse, 2011).

Neste capítulo, apresentamos a nossa incursão em torno das teorizações de David Harvey (2006, 2014, 2015), buscando pensar duas temáticas, igualmente, relevantes neste trabalho, quais sejam: “diferenciação sócio-espacial” e “desigualdade sócio-espacial”, não perdendo de vista o contexto sócio-espacial das escolas pesquisadas como observatório para o fato de que estas temáticas podem produzir efeitos para os indicadores educacionais. Se partirmos da concepção de que a escola é um dos direitos garantidos em lei, isto é, ela é uma das riquezas que uma sociedade gera, em meio a tantas outras, a sua distribuição é diferenciada em que o fator “lugar de moradia” exerce grandes implicações. Por distribuição, estamos entendendo a perspectiva do acesso e da permanência na escola, abrindo horizontes para tematizar a questão de que, no caso de Araguatins/Tocantins, os espaços urbano-rurais foram sendo redefinidos em movimento de relações espaço-temporais locais e globais ao mesmo tempo.

Conforme abordaremos, neste capítulo, essas redefinições em produzir e reproduzir diferenciações sócio-espaciais são reguladas, contraditoriamente, pelo modo capitalista de produção, de modo que os espaços urbano-rurais precisam ser marcados por novos sistemas técnicos e por práticas políticas em diferentes escalas. A formação sócio-espacial de Araguatins, intra e interregional, ajudam-nos a pensar nas dinâmicas da diferenciação sócio-espacial e da desigualdade sócio-espacial, não perdendo de foco o nosso interesse em uma divisão territorial escolar. Vamos tematizar, também, neste capítulo, a perspectiva do desenvolvimento regional, como forma de pensar, na esteira de Harvey (2006, 2014, 2015), como o processo das interações espaciais mudam em uma lógica em que as escalas (espaços rurais e espaços urbanos, sendo que as cidades comandavam o rural) não são mais coincidentes. Escalas mais amplas, como demanda gerada e sustentada pelo modo capitalista de produção, são dimensionadas; sobretudo, são ampliadas em uma perspectiva intra e interregional.

A relevância de estudarmos sobre desenvolvimento regional se dá em função das preocupações, no que diz respeito à ineficácia de políticas de desenvolvimento regional. No Brasil, de acordo com IPEA (2012), são 60 anos de políticas de desenvolvimento regional sem o êxito necessário para que houvesse uma redução significativa das desigualdades regionais.

A questão do desenvolvimento regional está relacionada com a questão das escalas geográficas, local ou regional, de poder e de gestão. A busca pela redução das desigualdades sociais, sejam elas, econômicas ou sociais, é representada por meio de políticas que busquem o potencial de cada região.

Neste capítulo, discutiremos a importância da cidade e de seu desenvolvimento, além de tratar sobre as formas de atuação do espaço urbano-rural perante a reorganização do espaço escolar, buscando compreender o modo como se constituem as implicações sócio-espaciais para as oportunidades educacionais em Araguatins/Tocantins.

Para esta análise, partimos da premissa de que é marca dos espaços urbano-rurais a acentuação das diferenças sócio-espaciais. Conforme já destacamos anteriormente, estamos filiados às teorizações de David Harvey (2006, 2014, 2015) para pensar o nosso objeto. Isso porque, como temos considerado nesta dissertação, a produção e a reprodução do espaço-urbano, em Araguatins, acabam por produzir efeitos nas oportunidades educacionais, sobretudo, nos indicadores das escolas enfocadas. No capítulo analítico, por meio de três análises temáticas, vamos perspectivar esses efeitos.

2.1 Perspectiva teórica de David Harvey

Harvey (2015), importante geógrafo contemporâneo, aborda temas sobre: economia, globalização, urbanização e mudanças culturais contemporâneas, em diferentes contextos e escalas espaciais.

O autor defende o uso da teoria da “ordenação espaço-temporal” para o entendimento da mobilidade do capital e da atuação do Estado pelo território, com vistas à acumulação capitalista e à acumulação do poder político. Ele defende, assim, a tese de que as ordenações espaço-temporais, em diferentes escalas geográficas, materializam a atuação desigual e combinado do capital e do poder político, por meio da mediação das estruturas e dos poderes financeiros e institucionais. Esse processo reforça a existência de uma produção econômica do espaço.

Harvey (2014) parte do legado de Henri Lefebvre, que, em 1968, escreveu o livro “O direito à cidade”. Esse livro foi publicado no Brasil em 2019. O autor expõe que Lefebvre (1968) percebeu a dor existencial da crise devastadora da vida cotidiana na cidade e apresentou a exigência de encará-la e de criar a vida urbana alternativa, menos alienada, mais significativa e divertida, porém, conflitante e dialética. Nessa dialética, Lefebvre (1968) provocou o marxismo tradicional, ao defender que a classe trabalhadora revolucionária era formada por trabalhadores urbanos, não apenas por operários fabris, reolocando o caráter de teoria e de prática como práxis a partir da multiplicidade de movimentos urbanos na luta pelo direito à cidade.

Para o autor, a urbanização é parte integrante e ativa do desenvolvimento capitalista, o qual permite, por um lado, a absorção de grandes quantidades de capitais sobranes sem alternativas de investimentos; por outro, os momentos de aplicação do capital e de realização do mais-valor e do lucro tornam mais imprevisíveis as condições nas quais se darão essa realização. A urbanização comandada pelo capital é responsável pelo desenvolvimento geográfico desigual e combinado de cidades e de metrópoles interligadas às redes urbanas de circulação e de valorização do capital global. Nesse “novo urbanismo” criado por agentes imobiliários, há uma ética neoliberal difusa de intenso individualismo e que tem se transformado em modelo de socialização da personalidade humana. As contradições geradas pelo neoliberalismo resultaram em cidades mais divididas, segregadas e propensas a conflitos.

De acordo com Harvey (2015, p.41), “a rápida urbanização [faz] que as cidades governem o campo”. A população que até então residiam na zona rural, em assentamentos, por exemplo, migra para a cidade em busca de melhores condições de infraestrutura, de saúde, de oportunidades educacionais e, na maioria das vezes, essas famílias ocupam espaços inadequados de moradia. A noção de rural está associada à produção de matéria-prima; a produção de alimentos é o lugar de produção, enquanto o urbano é o lugar de trabalho, de poder, onde os sujeitos, na era moderna, encontram conforto e lazer.

O processo de desenvolvimento regional no município de Araguatins ocorreu a partir da abertura da Rodovia Transamazônica, ocorrida no período militar, entre os anos de 1970 e 1974. Partindo de vozes afetivas (pai e tios), ouvidas durante toda infância, podemos destacar que o trajeto até a cidade para comercialização dos produtos se dava por meio de equino, o que levava dias até chegar à cidade.

A seguir, apresentamos fotos da BR-230 após sua abertura.

Figura 6: Rodovia Transamazônica nos respectivos anos: 1991, 1994 e 2020



Fonte: Antônio Gaudério/Folhapress

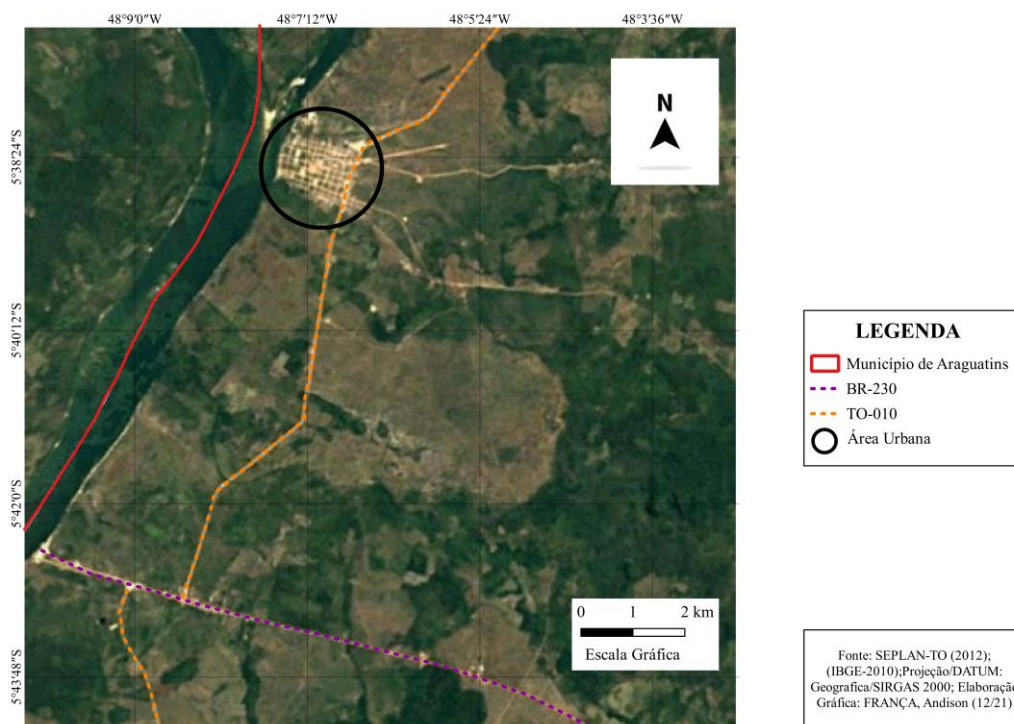
Fonte: Drone Araguatins

A criação do estado do Tocantins provocou alterações bruscas no arranjo espacial no município de Araguatins, bem como mudanças na distribuição da população rural e urbana, e, por conseguinte, no padrão espacial da cidade, resultando na reorganização desse território. Inscritos nas teorizações de Harvey (2006, 2014, 2015), podemos poderar que se trata do movimento das relações espaço-temporais intervindo na produção das relações sócio-espaciais.

Na foto A, vemos como a população rural se locomovia para comercializar seus produtos. A foto B nos possibilita visualizar que, mesmo com a abertura da BR, o acesso ainda não era tão fácil, pois a rodovia só foi reconstruída no ano de 2011 a 2012. Na foto C, conseguimos visualizar a Rodovia Transamazônica após pavimentação. Eis aí matizes das diferenciações sócio-espaciais, implicando novos sistemas técnicos e novas práticas políticas de produção e reprodução do espaço.

A seguir, mobilizamos mapa de Araguatins, perímetro urbano, antes da construção da BR-230:

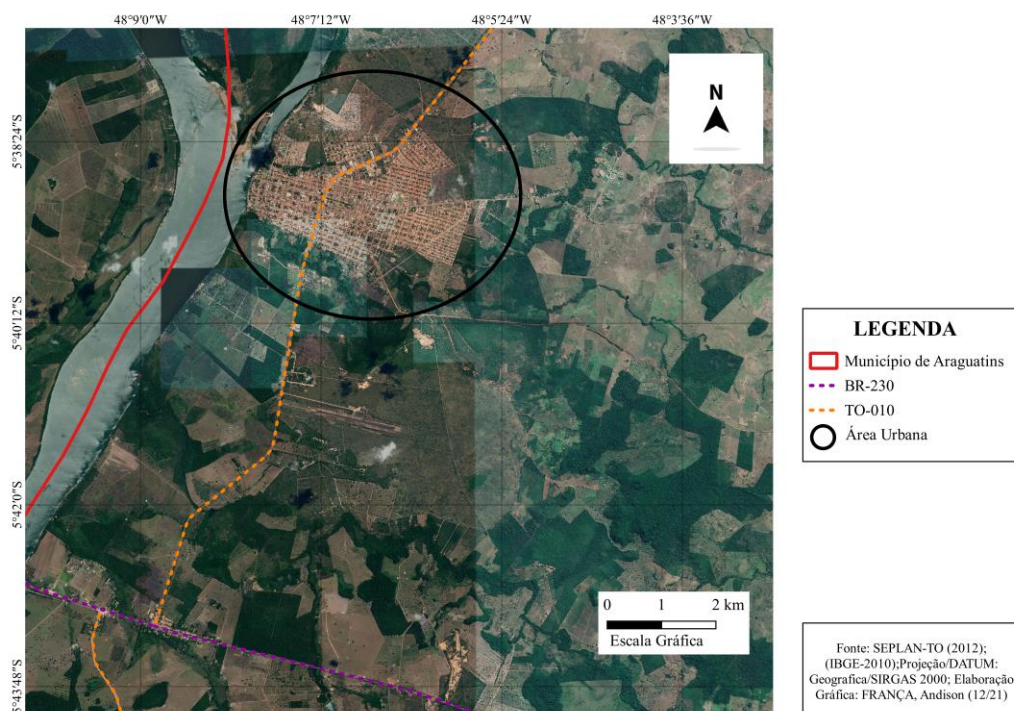
Figura 7: Mapa de Araguatins em 1980 (antes da conclusão da BR-230)



Fonte: elaboração gráfica França (12/2021)

Em relação à taxa de urbanização das décadas de 60, 70 e 80, não foi possível acesso a esses dados em tempo hábil para o fechamento da escrita desta dissertação. Nesse sentido, não será feita comparativo nestas décadas.

Figura 8: Mapa de Araguatins em 2021 (pós conclusão da BR-230)



Fonte: elaboração gráfica França (12/2021)

Com a abertura da rodovia Transamazônica, a população começou a comercializar seus produtos na cidade, a cidade se tornou acessível e os pais viram seus filhos poderem frequentar escolas do ensino fundamental e do ensino médio. A partir deste momento, o número de comércios aumentou, a população não precisou mais se deslocar com tanta frequência até Imperatriz-MA, distante 100km de Araguatins, ou Araguaína-TO, distante 238km. No início da década de 2000, o trecho que liga o município de Darcinópolis (Ribeira) à Araguatins e o trecho que liga Araguatins-TO à Imperatriz-MA foram pavimentados. A rodovia fez operar uma ressignificação nas redes urbanas entre essas cidades.

A partir da construção da Rodovia Transamazônica, BR-230, Araguatins se desenvolveu. Houve crescimento urbano e populacional da cidade; resguardadas as devidas proporções históricas, Araguatins se desenvolveu por causa da expansão do comércio em diversos seguimentos, das indústrias e das funções administrativas públicas e privadas.

Na década de 1980, foi inaugurada a antiga Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), atualmente, Instituto Federal do Tocantins (IFTO), oportunizando, dessa forma, os filhos de pais das classes mais vulneráveis a cursarem o ensino médio profissionalizante. Vejamos, a seguir, o quadro 1 por meio da qual apresentamos os números referentes à população residente, à densidade demográfica e à taxa de urbanização, tendo como foco os anos de 1991 a 2010.

Quadro 1: População Residente, Densidade Demográfica, Taxa de Urbanização – 1991, 2000, 2010

INFORMAÇÕES	1970	1981	1991	2000	2010	2021
População	12.522	18.970	27.861	26.010	31.329	36.573
Densidade demográfica (hab/km ²)	-	-	10,61	9,91	11,93	-
Taxa de Urbanização	-	-	45,54	60,70	64,27	-

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010)

De acordo com Brasil (2010) e com IPEA (2012), a população do município de Araguatins vem crescendo significativamente no período entre 1991 a 2010, conforme dados consultados em *sites* oficiais. Respectivamente, a proporção nesses anos era de 64,27% e de 35,73%. No mesmo período, a taxa de urbanização do município de Araguatins passou de 52,33% para 60,70%. Consideremos, a seguir, o quadro 2, em

que apresentamos os números absolutos referentes à imigração no município de Araguatins:

Quadro 2 – Imigração no Município de Araguatins

Imigração	1970	1980	1991
Número de imigrantes em Araguatins/TO	6.721	4.437	10.327

Fonte: Adaptado <https://central.to.gov.br/IBGE>

O crescimento demográfico da microrregião do Bico do Papagaio, bem como do município de Araguatins foi intensificado a partir da década de 70 em decorrência da migração inter-regional, que teve início na década de 50.

De acordo com os quadros 1 e 2, em 1970, de um total de 12.522 habitantes residentes em Araguatins, 6.721 eram imigrantes, ou seja, 53% de pessoas do município eram advindas do fluxo migratório. Na década de 80, a taxa imigratória cai para 24%.

Dados Brasil (2010) e IPEA (2012) nos mostram que a população rural de Araguatins/TO, em 1991, era de 10.709 habitantes; e, em 2010, eram 11.194 habitantes, ocupando o 1º lugar em número de maior população rural em relação ao estado do Tocantins. Nesse período, o aumento da população rural, provavelmente, deu-se em função do grande quantitativo de famílias assentadas. O município de Araguatins possui 21 projetos de assentamentos da reforma agrária e abriga 1.482 famílias.

Além das políticas de mobilidade desigual entre as diferentes classes, o uso e a ocupação do solo urbano são determinantes para ampliação da segregação espacial das classes mais vulneráveis. Consideremos, a seguir, as palavras de Harvey (2004):

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. (HARVEY, 2004, p.23).

Nesse contexto, sobre desenvolvimento geográfico desigual, o teórico se fundamenta nas teorizações de Marx: na acumulação do capital e na luta de classes. O autor expõe a dinâmica capitalista como um evento geográfico. Há muitos locais de lutas, lugares que possuem uma dinâmica diferente da clássica luta de trabalhadores. As lutas de classes deveriam ter como objetivo o bem comum. Essa luta não deve ser

de forma individualizada, e, sim, de forma coletiva.

Ainda com o intuito de circunstanciar aspectos sobre a construção da BR-230, vejamos, a seguir, outros registros fotográficos de ações sobre a referida BR. Estamos interessados nessa circunscrição de informações, tendo por base o lugar que essa BR ocupou e ocupa na produção de novas relações espaciais da região, sobretudo de relações sócio-espaciais em que a dimensão “social” imprime aí efeitos importantes, como aquele de pensarmos em que medida as diferenciações sócio-espaciais podem produzir desigualdades sócio-espaciais. Eis os registros fotográficos:

Figura 9: Placa de inauguração da construção da BR-230



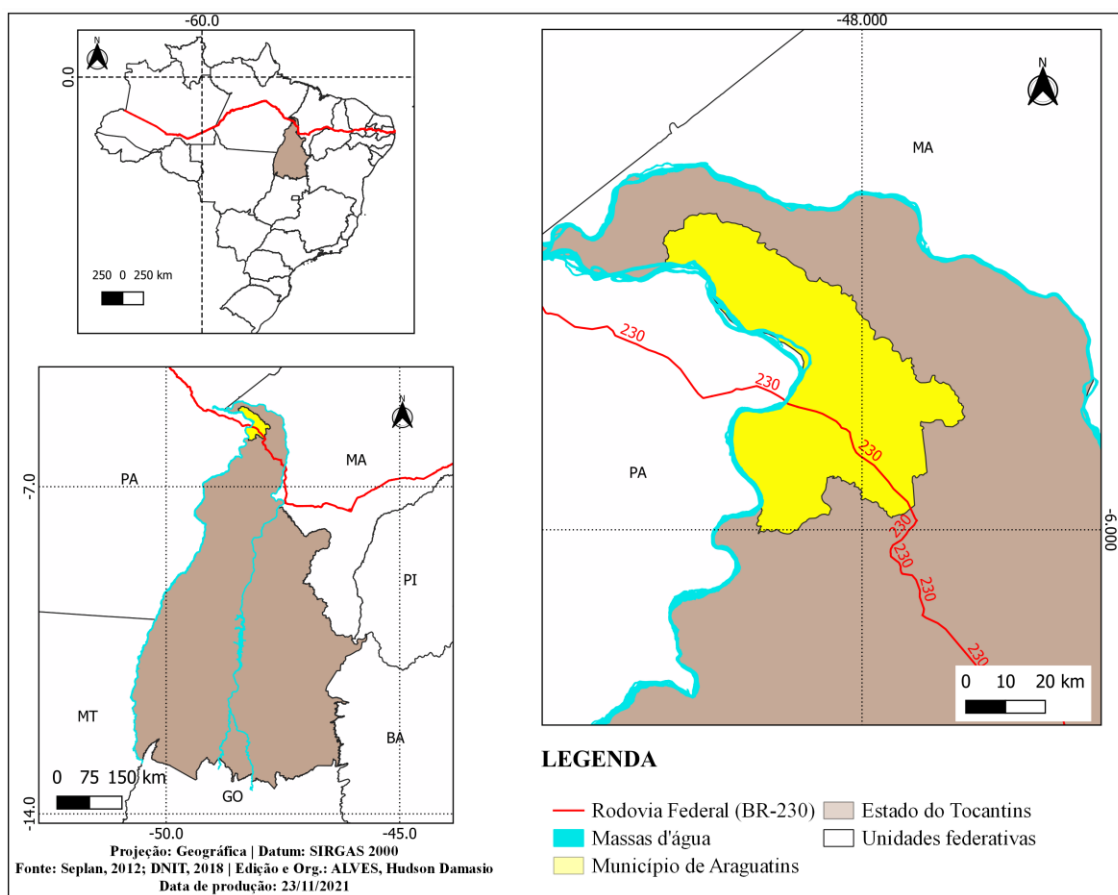
Fonte: memorial da democracia



Fonte: memorial da democracia

A figura 9 nos mostra o processo de construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), na década de 1970. A BR-230 era parte do Plano de Integração Nacional (PIN). O PIN propunha solucionar questões relacionadas à reforma agrária no Brasil. Dentre as soluções apontadas, estava o deslocamento de 100.000 famílias de agricultores, principalmente nordestinos, com objetivo de colonização das margens da Transamazônica, chamadas agrovilas. O projeto tinha como *slogan* “Uma terra sem homens para homens sem terra”. Neste contexto, a paisagem natural da microrregião começou a ser alterada com a construção da BR-230 a partir da década de 70, que representou um dos principais segmentos do desenvolvimento regional, em conjunto com a hidrovía Araguaia-Tocantins. A BR-230 atravessa os estados da Paraíba, do Ceará, do Maranhão, do Tocantins, do Piauí, do Pará e do Amazonas; ela corta 63 municípios e passa por três ecossistemas. Ver mapa abaixo:

Figura 10: Mapa da Rodovia Transamazônica no município de Araguatins



Fonte: Elaboração Gráfica de Andison França (2000)

O processo de desenvolvimento na microrregião do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, provocou ocupação desordenada das terras e, em consequência, houve um aumento das taxas de desmatamento na região. De acordo com o mapa de conflitos (ENSP/FIOCRUZ), dentre os impactos socioambientais ocorridos na região, podemos citar: alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, desmatamento e/ou queimada, falta/irregularidade na demarcação de território tradicional, invasão/dano à área protegida ou unidade de conservação, dentre outros. Eis aí implicações sérias para as relações sócio-espaciais, autorizadas, no plano ideológico, pelo discurso do “progresso” da região. Não é à toa que, na esteira de Harvey (2014), podemos destacar que se tratou de uma maneira de ampliar as escalas, de maneira a criar e a regular novas ações e novos fluxos para a região. A contradição constitutiva é a que essas diferenciações sócio-espaciais produziram desigualdades sócio-espaciais, já que a apropriação dos espaços ganha feições de conflito, de indiferença e de segregação, por exemplo. Tomemos, a seguir, as seguintes considerações de Harvey (2014):

O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2014, p.30).

O desenvolvimento desigual está diretamente interligado ao processo de acumulação do capital, refletindo, dessa forma, em diferentes grupos sociais, dispersos em todo território. Para compreendermos as diferenciações e as desigualdades sócio-espaciais, é importante que reconheçamos as diversas variações geográficas existentes em todo território. É o caso de tematizarmos as variações geográficas de Araguatins no movimento das relações espaço-temporais, como temos feito ao longo deste capítulo.

A seguir, mobilizamos mais um registro fotográfico da região de Araguatins:

Figura 11: Início da construção da BR-230



Fonte: memorial da democracia

A formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional compreende esforços das sociedades locais, com o intuito de discutir as questões que tornem a região

sujeito de seu processo de desenvolvimento. Sobretudo, de fomentar outras escalas na estruturação urbano-rural em que novos sistemas técnicos estejam a serviço, por exemplo, da ampliação das relações econômicas.

Harvey (2015) ressalta que o desenvolvimento geográfico desigual possui dois componentes: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica.

No que diz respeito ao primeiro componente, o autor expõe que “os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizar [sic] suas atividades e compreender seu mundo” (HARVEY, 2015, p.107-108). A região, os lares, as comunidades, as pessoas são exemplos dessa forma de organização. De acordo com o autor, a atividade humana depende dos sistemas de transporte, de comunicação, bem como do comércio, das rivalidades e das alianças geopolíticas, resultado de lutas de classes e de lutas políticas sociais.

No que concerne ao segundo componente, que se relaciona à desigualdade geográfica, o referido autor pondera que:

exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições públicas e valores e crenças religiosos) inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modo de vida socioecológicos (HARVEY, 2015, p.110-111).

O desenvolvimento geográfico desigual é composto fundamentalmente, de acordo com o autor, pela produção de escalas espaciais e pela produção da diferença geográfica. A geografia das lutas entre o urbano e o rural requer que compreendamos suas posições de classe no plano político-econômico.

Harvey (2015) salienta, ainda, que:

[...] as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. Tem tanta importância considerar de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas no aqui e agora quanto tem que recorrer a matérias-primas histórico-geográficas que nos vieram de outros ciclos de atividade (HARVEY, 2015, p.111).

As diferenciações geográficas não se resumem puramente na economia, estão relacionadas, também, aos processos ecológicos e sociais. É necessário compreendermos

os desenvolvimentos geográficos desiguais; a partir de então, poderemos avaliar as contradições existentes nesses desenvolvimentos. As contradições capitalistas de globalização envolvem um:

alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. (...) populações inteiras, ficam vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais (HARVEY, 2015, p.115).

Compreendemos, como desenvolvimento regional, os esforços das sociedades locais com intuito de formular políticas regionais e de discutir questões relacionadas ao processo de desenvolvimento. O desenvolvimento regional não está atrelado apenas ao crescimento econômico, mas também a fatores sociais, culturais, educacionais, ambientais e políticos, acompanhado da melhoria na qualidade de vida.

Nesse sentido, a globalização põe em risco instituições políticas, configurações culturais e modos de vida. As rápidas mudanças ocorridas nos espaços urbanos são acompanhadas pela territorialização do campo. Essas mudanças acontecem por meio de manifestações materiais e imateriais expressadas a partir de sistemas técnicos e de diversos processos do capitalismo financeiro.

É importante considerarmos como o modo das diferenças geográficas estão sendo reproduzidas e que a organização espacial regula um processo estabilizado e imutável. Nesse sentido, a forma espacial e uma geografia imaginada possibilita mudanças sociais e históricas.

As contradições impostas pela necessidade de compreendermos a dinâmica de funcionamento do capital no contexto das diferenciações sócio-espaciais foi melhor expressa por David Harvey (2015). Nesse contexto, a acumulação do capital tende a alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades sócio-espaciais entre os lugares dos sujeitos (território).

Harvey (2015, p.118) teoriza que os “desenvolvimentos geográficos desiguais precisam ser libertados de seus grilhões capitalistas”. O autor descreve a importância dos movimentos sociais coletivos, com foco no direito à cidade. A principal ideia é que o direito à cidade seja de modo coletivo e não de forma individual. Harvey (2014, p.28) pontua que “[...] muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora, mas é um direito de mudar e reinventar a cidade”. Segundo o autor, é necessário reivindicar o direito à cidade, tornar uma cidade igualitária para todos, sem distinção de classes.

A população mais vulnerável que vive em situação de pobreza ou de extrema pobreza, do município de Araguatins procura ou reside em áreas mais distantes pelo fato de serem mais baratos. Esses dados apontam que 65,03% da população do município de Araguatins vive em situação de vulnerabilidade; destes, 25% em situação de extrema pobreza, conforme mencionado no capítulo 1. A segregação espacial aparece no acesso a determinados serviços (infraestrutura), por exemplo. Nesse sentido, o modo de ocupação de um lugar se dá a partir da necessidade de sobrevivência do sujeito, essas necessidades estão atreladas no modo de reproduzir, de consumir, de habitar ou de viver.

A desigualdade sócio-espacial impossibilita parte da população a condições de sobrevivência adequadas. No contexto do município de Araguatins, essa desigualdade de acesso à infraestrutura é perceptível, quando enfocamos os dados apresentados pela SEDESH e IBGE. Esses dados nos mostram, na esteira de Harvey (2006), a existência de diferentes classes sociais e de apropriação de riqueza. Expressa a impossibilidade de parte da população pertencentes a classes sociais (trabalhadores) não se apropriarem de condições adequadas de acesso à moradia, à escola, à saúde, ao lazer, dentre outros direitos que integram a relação sócio-espacial.

Diante desse contexto e baseando-se em Marx, David Harvey (2006) partiu da perspectiva de que infraestrutura está diretamente relacionada ao capital fixo e capital circulante. Compreendemos por capital fixo bens materiais disponíveis para uma determinada fração territorial, ou seja, é parte da produção da riqueza social (ferramentas, estradas, pontos comerciais, etc.), enquanto o capital circulante está diretamente relacionado à matéria-prima e à força de trabalho.

Em entrevista à Revista *Desafios do Desenvolvimento*, publicada em 2012, o referido autor expôs que “o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria” (HARVEY, 2012, p.12). Para Harvey (2015), a teoria de desenvolvimento geográfico é inseparável do conceito de desenvolvimento do capital.

O desenvolvimento regional envolve intensas transformações estruturais. Essas transformações estão relacionadas à promoção e à ativação dos recursos materiais e imateriais, além da mobilização dos sujeitos de uma população. Nesse sentido, podemos dizer que o verdadeiro desenvolvimento se dá a partir do envolvimento desses sujeitos na construção a curto, médio e longo prazo na construção de políticas relacionadas ao nível econômico, nível político e nível social. Vejamos, a seguir, as ponderações do autor em tela:

Um ambiente construído como apoio potencial para a produção, consumo e trocas capitalistas teve de ser criado antes do capitalismo ganhar controle direto sobre a produção e o consumo. Infraestruturas sociais para o controle da sociedade civil, em particular no que diz respeito aos mercados de trabalho, também tiveram de ser criadas antes que a acumulação de capital por meio da produção pudesse se desenvolver plenamente (HARVEY, 2006, p.24).

A Rodovia Transamazônica e a construção das TO-010, TO-404, TO-201 interligaram as cidades da Microrregião do Bico do Papagaio, e que por sua vez, interligou-as com outros estados, como os Estados do Pará e do Maranhão.

Vejamos, a seguir, mais alguns registros fotográficos, com o intuito de dimensionar alguns aspectos do processo de construção da BR-230:

Figura 12: Construção da BR-230 no município de Araguatins/TO



Fonte: www.to.gov.br

Precisamos valorizar as vivências, as experiências dos sujeitos e os vínculos sociais. A questão relacionada às desigualdades sociais e as diferenças sociais de acesso à infraestrutura é fundamental para, no mínimo, “sonharmos” com a equidade de condições dos sujeitos que vivem sem a infraestrutura básica. Inscritos nas teorizações de Harvey (2006, 2014, 2015), podemos dizer em outros termos: é preciso “sonharmos” com as diferenciações sócio-espaciais sem que elas, necessariamente, ganhem uma feição negativa em suas diferenças. As diferenças nuançadas de negatividade rarefazem as relações sócio-espaciais, a ponto de produzir fragmentação, segregação, conflitos e indiferenças, a despeito de haver investimento em novos sistemas técnicos.

Incertezas e angústias acompanham parte da população quanto à implantação de políticas públicas que atendam suas necessidades básicas. Em consonância com as teorizações de Harvey (2006, 2014, 2015), percebemos que, no município de Araguatins, não há políticas públicas que sejam implementadas para a redução da vulnerabilidade no que concerne à infraestrutura e à qualidade dos deslocamentos populacionais. Nesse

contexto, observamos que não há investimentos na infraestrutura em favorecimento dos mais vulneráveis, tendo em vista que 29% (SEDESH, 2021) da população vivem em situação de extrema pobreza, e 36,03% vivem em situação de pobreza (IBGE, 2010), ou seja, 65,03% da população, distribuídas em todo território de Araguatins, vivem em situação de vulnerabilidade social. Essa realidade resvala efeitos no acesso e na permanência dos alunos na escola.

Tendo em vista estes dados, percebemos que, no movimento territorial, a classe dominante ocupa os melhores espaços, sejam eles áreas centrais, sejam eles lugares mais distantes do centro, com possibilidades de mais tranquilidade, longe do barulho, da poluição, etc.

Harvey (2014, p.15) expõe que:

Hoje, não é difícil enumerar todos os tipos de descontentamentos e ansiedades urbanas assim como comoções, no cenário de transformações urbanas cada vez mais rápidas. Contudo, de algum modo parece nos faltar a coragem de exercer uma crítica sistemática.

Conforme as teorizações de Harvey (2006, 2014, 2015), podemos dizer, então, que as crises no capitalismo não estão relacionadas a fatores externos, e, sim, estão relacionadas às contradições internas ocasionadas pelo sistema. A falta de compromisso com as políticas públicas com os espaços, urbano e rural, demonstra a falta de planejamento, que, no município de Araguatins, acontece de forma desordenada. Mesmo a partir da década de 80, com a emancipação política do estado do Tocantins, as armadilhas do subdesenvolvimento continuam por reproduzir diferenciação sócio-espacial e desigualdade sócio-espacial. Estamos tomando os seguintes aspectos como parâmetros para pensarmos o subdesenvolvimento: baixo padrão de vida, baixa renda *per capita*, ineficiência nos sistemas de transporte escolar, inexistência ou ineficiência de infraestrutura, falta de estradas para acesso às comunidades rurais e projetos de assentamento, dentre outros aspectos.

Essas armadilhas do subdesenvolvimento promovem exclusões. Nesse contexto, a forma como os sujeitos se apropriam dos espaços públicos configura-se pela diferença de acesso a esses lugares. A apropriação dos espaços públicos é condicionada à segregação espacial, que, de certa maneira, media os processos de territorialização das classes e de frações da classe.

Nesse contexto, as práticas de territorialização que impossibilitam o convívio entre diferentes classes acabam por produzir o efeito de que os sujeitos se tornem indiferentes ou se auto isolem de outros sujeitos ou grupos. Os espaços são para encontros de todos, no entanto, esses espaços, em muitos casos, separam os sujeitos do convívio com outros por causa dos limites e das barreiras simbólicas. Os espaços ocupados/vividos pelos sujeitos das diferentes classes representam as lutas e os conflitos dos diferentes grupos. A persistência dos movimentos, casa-trabalho ou casa-escola, revela que é possível, a partir dos deslocamentos, articular políticas públicas.

Por fim, cumpre ressaltar que estamos interessados no modo como essas diferenciações sócio-espaciais, em Araguatins, em sua dinâmica sócio-espacial, tende a se configurar em desigualdade sócio-espacial, em que os indicadores educacionais, por exemplo, deixam deflagrar aspectos da contradição do desenvolvimento geográfico desigual em Araguatins.

No próximo capítulo, apresentamos a nossa incursão analítica com base em três análises temáticas, as quais nos permitiram mostrar em que medida o contexto sócio-espacial das quatro escolas enfocadas é permeado por diferenciação sócio-espacial e desigualdade sócio-espacial, resvalando em efeitos para os indicadores educacionais.

CAPÍTULO 3

A UTILIZAÇÃO DO IDEB COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS-TO

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. (Harvey, 2012)

3.1 Contexto sócio-espacial das escolas/infraestrutura urbana e rural

Nesta seção, vamos nos debruçar sobre o contexto sócio-espacial das escolas enfocadas na pesquisa, considerando nesse primeiro momento a localização geográfica o que nos dará parâmetro para pensarmos o deslocamento geográfico dos alunos.

Como mencionado anteriormente, a nossa dissertação tem como objeto de pesquisa o contexto sócio-espacial das escolas públicas da rede estadual de ensino e da rede municipal de ensino do município de Araguatins, não perdendo de vista a correlação com os indicadores educacionais. Para dimensionar as oportunidades educacionais e sua relação com o espaço em que vivem, levantamos dados secundários que nos permitam observar os índices educacionais nas diferentes redes de ensino. O foco da pesquisa são dados secundários relativos aos alunos da educação básica nas séries iniciais (5º ano) e finais (9º ano) e 3ª série do ensino médio regularmente matriculados na rede estadual e municipal, residentes no município de Araguatins zona rural, zona urbana, e assentamentos, participantes do Ideb.

Para analisarmos o contexto sócio-espacial das escolas públicas da cidade de Araguatins e implicações para os indicadores educacionais, foram levados em consideração os seguintes critérios: a regionalização dos bairros de Araguatins, nos últimos dez anos, no que diz respeito ao modo como os núcleos populacionais são levados a fixar moradia nos bairros; localização das escolas públicas da cidade de Araguatins, vinculando-as ao parâmetro de “mais próxima da região central” e “mais afastada da região central” da cidade de Araguatins/TO; perfil sociodemográfico dos alunos das escolas públicas enfocadas, priorizando as seguintes variáveis “local de moradia”, “ano escolar” em que estuda, distância percorrida até a unidade escolar e os Ideb das escolas

pesquisadas, relacionando-os à política educacional na cidade de Araguatins e no estado do Tocantins.

O município de Araguatins possui 10 escolas da rede estadual, destas, 06 estão localizadas na zona urbana, 04 na zona rural. A rede municipal possui 30 escolas, sendo que 06 destas escolas estão localizadas na zona urbana e 24 escolas na zona rural. Em algumas comunidades, os alunos migram da zona rural, dos assentamentos, das populações ribeirinhas, do quilombo para estudarem na cidade, utilizando o transporte escolar ou a lancha escolar.

Figura 13: Lancha escolar do município de Araguatins



Fonte: arquivos da SEMEC

Parte da população ribeirinha da comunidade remanescente de quilombo está localizada à margem direita do Rio Araguaia, a 10 km da cidade de Araguatins. A Ilha São Vicente tem sua área correspondente a 2,5 hectares e é ocupada por 50 famílias. A ocupação da ilha é datada de 1888, quando Vicente Bernardino Gomes doou as terras para seus ex-escravos morarem. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu e declarou, como terras remanescentes de quilombo, a comunidade Ilha de São Vicente, por meio da Portaria nº 1.080, no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2020 (INCRA, 2020).

A outra parte de remanescentes de quilombo reside na margem esquerda do rio Araguaia (estado do Pará), formando, assim, a família Noronha. O lugar também ficou conhecido pelo mesmo nome. É importante ressaltar que, mesmo os alunos residindo no estado do Pará, em Noronha, eles estudam em Araguatins, na zona urbana.

Os alunos residentes na ilha de São Vicente e em Noronha utilizam-se de uma lancha escolar, adquirida por meio do Programa Caminho da Escola, do Ministério da Educação (MEC), para terem acesso às escolas localizadas na zona urbana.

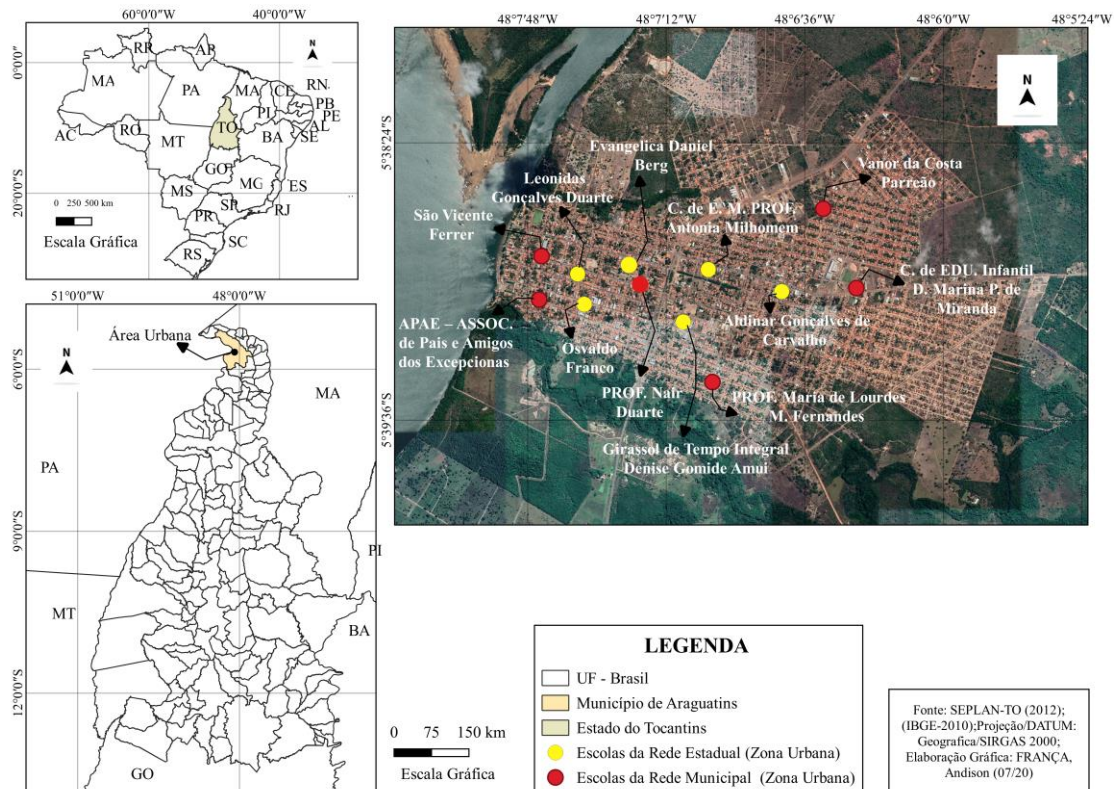
Outros alunos regularmente matriculados na rede pública municipal e estadual de Araguatins são oriundos de projetos de assentamentos: assentamentos do INCRA: PA Água Limpa (25 famílias), PA Atanasio (91 famílias), PA Dona Eunice (76 famílias), PA Marcos Freire (86 famílias), PA Maringá (95 famílias), PA Mutirão (55 famílias), PA Nova União (56 famílias), PA Nova Vida (19 famílias), PA Ouro Verde (105 famílias), PA Padre Josimo (56 famílias), PA Palmares (55 famílias), PA Petrônio (19 famílias), PA Professora Djanira (56 famílias), PA Rancho Alegre (52 famílias), PA Ronca (120 famílias), PA Santa Cruz II (266 famílias), PA Santa Helena II (52 famílias), PA Santa Helena (55 famílias), PA São José (65 famílias), PA Transaraguaia (56 famílias), PA Trêcho Seco (53 famílias), PA Vinicius (65 famílias). Assentamentos do Crédito Fundiário: PA Boa Sorte (45 famílias), PA Califórnia (45 famílias), PA Nova Esperança (45 famílias), PA Esperança Viva (45 famílias), PA Cristo Rei I (76 famílias nos 3 assentamentos), PA Cristo Rei II, PA Cristo Rei III, PA Alemão (23 famílias), PA Indiana (25 famílias), Nova Vida (39 famílias).

As escolas da rede pública de Araguatins recebem, também, alunos de 02 acampamentos que estão localizados na TO – 404 (5°34'08.1"S 48°00'43.1"W) e do acampamento localizado na BR – 230, denominada Rodovia Transamazônica (5°45'23.0"S 48°03'20.7"W).

O Censo Escolar 2019 da educação básica aponta que a rede estadual de ensino de Araguatins possuía 3.383 alunos regularmente matriculados na zona urbana e 585 alunos regularmente matriculados na zona rural. Em relação à rede municipal de ensino de Araguatins, em 2019, havia 2.218 alunos regularmente matriculados na zona urbana e 1.333 alunos regularmente matriculados na zona rural.

O mapa (figura 14) nos possibilita visualizar a localização das escolas públicas, do município de Araguatins das redes estadual e municipal da zona rural.

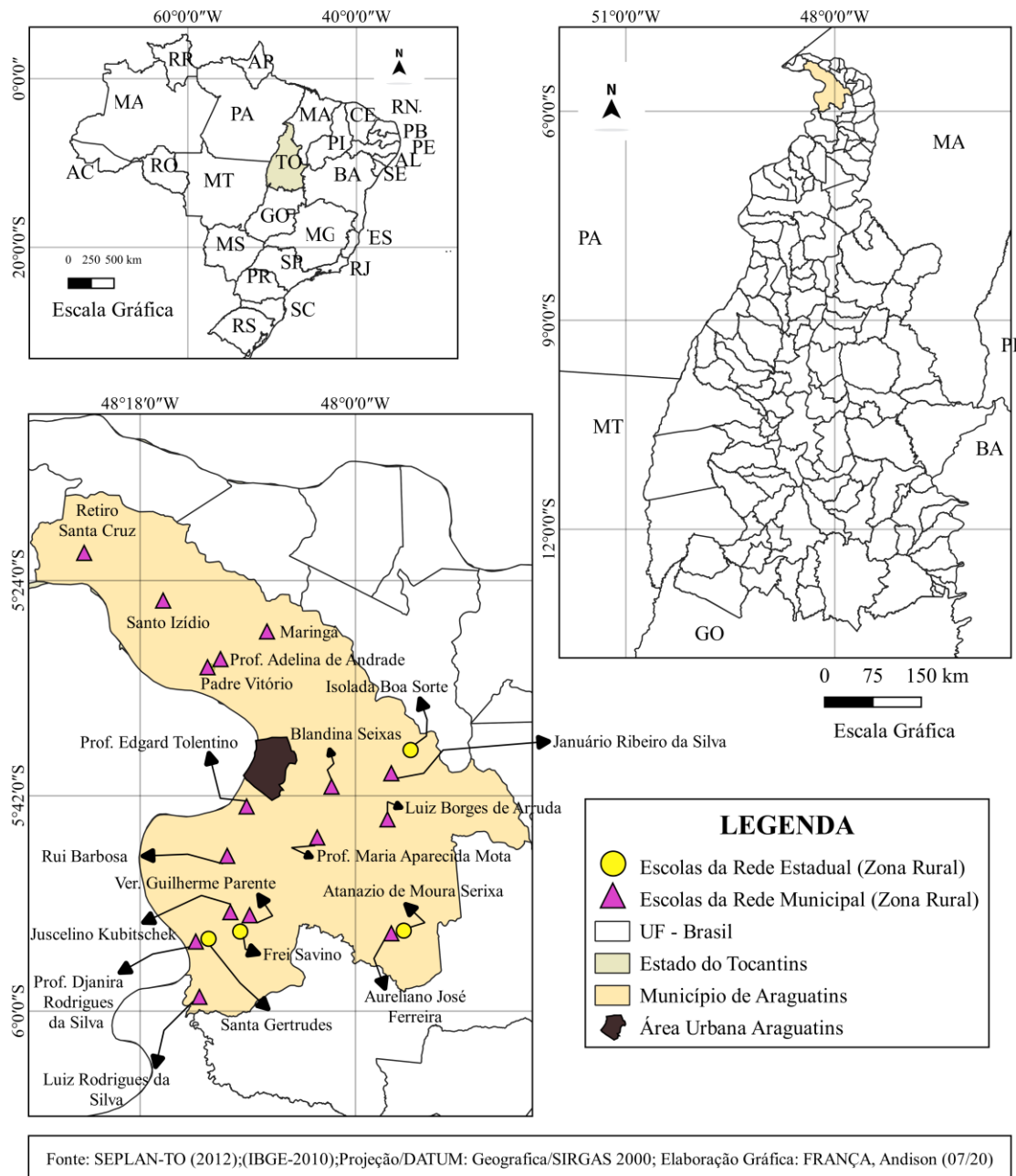
Figura 14– Mapa da localização das escolas das redes estadual e municipal – zona urbana



Fonte: França (2020)

É perceptível que algumas destas ficam extremamente longínqua do centro urbano da cidade e que, nos bairros mais vulneráveis, não havia escolas. Cumpre ressaltar que se trata de bairros vulneráveis, tendo em vista a descrição produzida por nós no capítulo metodológico desta dissertação. Isso porque são setores, cuja formação sócio-espacial aponta para uma fragilização. Além disso, há uma ausência de políticas públicas para a gestão do uso e da ocupação do território nesses bairros. Nestes bairros, não há serviços de correios, as ruas não possuem pavimentação, o abastecimento de água não chega em todas as residências. De acordo com IBGE (2010) 46,1% da população residente no município de Araguatins recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

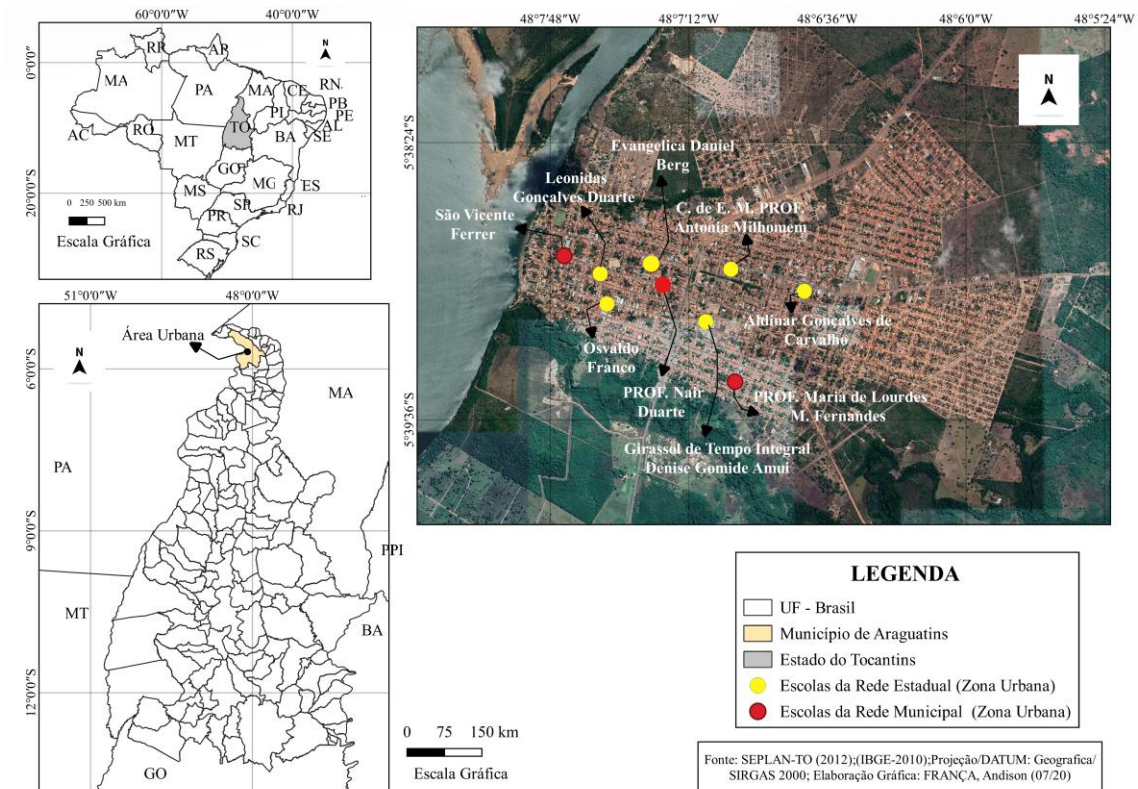
Figura 15 – Mapa da localização das escolas das redes estadual e municipal – zona rural



A escola mais distante da cidade de Araguatins, pertence a rede municipal e está localizada no Projeto de Assentamento Retiro Santa Cruz, distante 77 km de Araguatins.

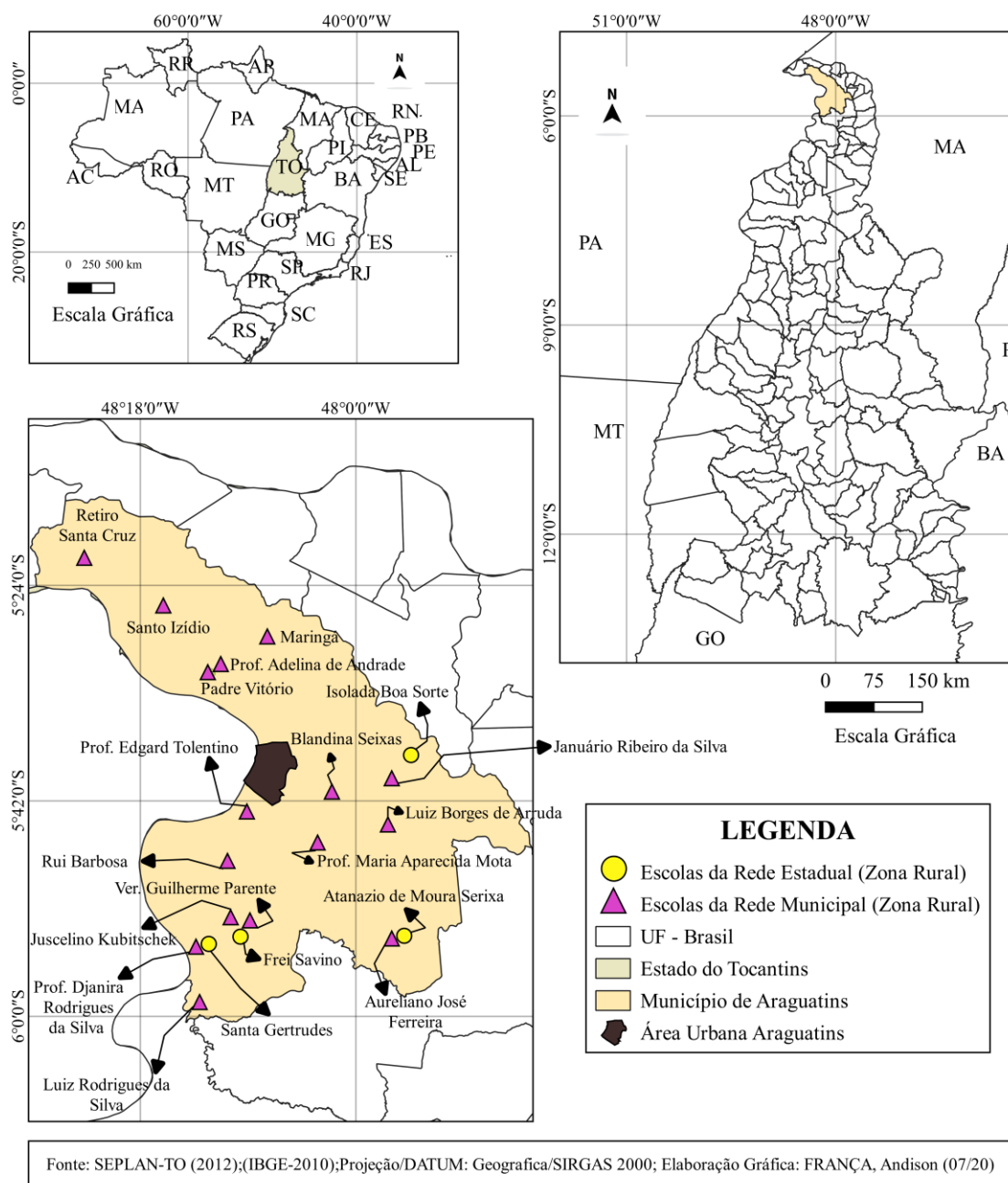
O mapa (figura 16) nos possibilita visualizar a localização das escolas da zona urbana que estão vinculadas ao Ideb.

Figura 16 – Mapa da localização das escolas das redes estadual e municipal participantes do Ideb – Zona Urbana



Já o mapa (figura 17) nos possibilita identificar as escolas vinculadas ao Ideb que estão localizadas na zona rural.

Figura 17 - Mapa da localização das escolas das redes estadual e municipal participantes do Ideb – Zona Rural



Nesta seção, ainda, será articulado o arcabouço teórico da dissertação, tendo em vista a perspectiva de o contexto sócio-espacial das escolas acabam produzindo efeitos nos indicadores educacionais.

Por meio do quadro 3, a seguir, apresentamos a relação de escolas das redes municipal e estadual localizadas na zona urbana.

Quadro 3 – Escolas das redes estadual e municipal – zona urbana

Rede	Escola	Localização
Estadual	Centro de Ensino Médio Professora Antonina Milhomem	Nova Araguatins
Estadual	Colégio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte	Centro
Estadual	Esc. Est Girassol de Tempo Int. Denise Gomide Amuí	Nova Araguatins
Estadual	Esc. Est Osvaldo Franco	Centro
Estadual	Escola Estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho	Nova Araguatins
Estadual	Escola Evangélica Daniel Berg	Centro
Municipal	Centro de Educação Infantil D. Marina P. de Miranda	Setor Aeroporto
Municipal	Esc. Mul. Prof. Maria de Lourdes M Fernandes	Nova Araguatins
Municipal	Esc. Mul. Professora Nair Duarte	Centro
Municipal	Esc. Mul. São Vicente Ferrer	Beira Rio/Centro
Municipal	Esc. Mul. Vanor da Costa Parreão	Vila Cidinha
Municipal	APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais	Centro

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A partir do quadro 4, a seguir, apresentamos a relação de escolas das redes municipal e estadual localizadas na zona rural.

Quadro 4 – Escolas das redes estadual e municipal – zona rural

Rede	Escola	Localização
Estadual	Col Est Atanzio De Moura Seixas	Pov. Macaúba
Estadual	Esc Est Frei Savino	Pov. Natal
Estadual	Escola Estadual Santa Gertrudes	Vila Falcão/PA Djanira
Estadual	Escola Isolada Boa Sorte	PA Boa Sorte
Estadual	Col Est Atanzio De Moura Seixas	Povoado Macaúba
Municipal	Esc. Mul. Aureliano José Ferreira	Pov. Macaúba
Municipal	Esc. Mul. Blandina Seixas	Pov. São João
Municipal	Esc. Mul. Januário Ribeiro Da Silva	Pov. Cajueiro
Municipal	Esc. Mul. Juscelino Kubitschek	PA Trecho Seco
Municipal	Esc. Mul. Luiz Borges De Arruda	Canto do Barreiro
Municipal	Esc. Mul. Luiz Rodrigues Da Silva	PA Planalto
Municipal	Esc. Mul. PA Maringá	PA Maringá
Municipal	Esc. Mul. Padre Vitório	Pov. Araganópolis
Municipal	Esc. Mul. Prof. Edgard Tolentino	Pov. Transaraguaia
Municipal	Esc. Mul. Prof. Adelina de Andrade	Pov. Santa Luzia
Municipal	Esc. Mul. Prof. Djanira Rodrigues da Silva	Vila Falcão
Municipal	Esc. Mul. Prof. Maria Aparecida Mota	Pov. Água Amarela
Municipal	Esc. Mul. Retiro Santa Cruz	PA. Santa Cruz/PA Pe Josimo
Municipal	Esc. Mul. Rui Barbosa	Pov. Taquarizinho
Municipal	Esc. Mul. Santo Izídio	PA. Ouro Verde
Municipal	Esc. Mul. Vereador Guilherme Parente	Povoado Natal

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Estão, em processo de análise, os indicadores educacionais da rede estadual referentes a 06 escolas na zona urbana e a 04 escolas da zona rural, sendo que 01 destas está localizada no Assentamento Boa Sorte. Estão sendo analisados os índices dos anos iniciais e finais – 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio. No que se refere à rede municipal de ensino, estão sendo enfocados os dados de 11 escolas, sendo que 03 estão localizadas na zona urbana e 08 escolas estão localizadas na zona rural; destas, 03 estão localizadas em projetos de Assentamento (PA Maringá, PA Santa Cruz, Vila Falcão - PA Dona Eunice, PA Marcos Freire, PA Atanázio e PA Padre Josimo), estão sendo analisados dados nas séries iniciais e finais - 5º e 9º ano do ensino fundamental.

Já por meio do quadro 5 inter-relacionamos informações referentes à rede, ao nome e à localização das escolas estaduais e municipais, da zona urbana, vinculadas ao Ideb.

Quadro 5 – Escolas das redes estadual e municipal participantes do Ideb – zona urbana

Rede	Escola	Localização
Estadual	Centro De Ensino Médio Professora Antonina Milhomem	Nova Araguatins
Estadual	Colegio Estadual Leônidas Goncalves Duarte	Centro
Estadual	Esc Est Girassol de Tempo Integral Denise Gomide Amui	Nova Araguatins
Estadual	Esc Est Osvaldo Franco	Centro
Estadual	Escola Estadual Aldinar Goncalves de Carvalho	Nova Araguatins
Estadual	Escola Evangelica Daniel Berg	Centro
Municipal	Esc. Mun. Prof. Maria de Lourdes M Fernandes	Nova Araguatins
Municipal	Esc. Mun. Professora Nair Duarte	Centro
Municipal	Esc. Mun. São Vicente Ferrer	Centro

Fonte: elaborado pela autora (2021)

No quadro 6 apresentamos informações sobre a rede, o nome e a localização das escolas estaduais e municipais, localizadas na Zona Rural, vinculadas ao Ideb.

Quadro 6 – Escolas das redes estadual e municipal participantes do Ideb – zona rural

Rede	Escola	Localização
Estadual	Col. Est Atanázio de Moura Seixas	Pov. Macaúba
Estadual	Escola Est Frei Savino	Pov. Natal
Estadual	Escola Estadual Santa Gertrudes	Vila Falcão – PA Djanira
Estadual	Escola Isolada Boa Sorte	PA Boa Sorte
Municipal	Esc. Mul. Aureliano José Ferreira	Pov. Macaúba
Municipal	Esc. Mul. PA Maringá	PA Maringá

Municipal	Esc. Mul. Padre Vitório	Pov. Araguaanópolis
Municipal	Esc. Mul. Prof. Edgard Tolentino	Pov. Transaraguaia
Municipal	Esc. Mul Prof. Djanira Rodrigues Da Silva	Vila Falcão
Municipal	Esc. Mul. Retiro Santa Cruz	PA. Santa Cruz/PA Pe. Josimo
Municipal	Esc. Mul. Rui Barbosa	Pov. Taquarizinho
Municipal	Esc. Mul. Vereador Guilherme Parente	Povoado Natal

Fonte: elaborado pela autora (2021)

De acordo com Nota Técnica nº 10/2019/CGIM/DAEB, no caso do Saeb 2019, houve a necessidade de exclusão de algumas populações da referência do Saeb, que, de acordo com o documento, trata-se de exclusões necessárias. Foram excluídas as seguintes populações: escolas com menos de 10 alunos matriculados nas etapas avaliadas; Turmas multisseriadas; Turmas de correção de fluxo; Turmas de Educação de Jovens e Adultos; Turmas de Ensino Médio Normal/Magistério; Classes, escolas ou serviços especializados de Educação Especial não integrantes do ensino regular; Escolas indígenas em que o ensino não é ministrado em Língua Portuguesa como primeira língua.

3.2 Contexto sócio-espacial das escolas

Buscando já apresentar uma relação dos números do Ideb de escolas da zona rural e da zona urbana, construímos tabelas e gráficos que se seguem. Essa relação está em função tão somente da necessidade de pensarmos no modo como o contexto sócio-espacial faz trabalhar condições materiais e imateriais das oportunidades educacionais. As considerações produzidas por Souza (2018, p.22) são passíveis, a nosso ver, não perdendo de vista as incursões que empreendemos a partir de nosso objeto de pesquisa, destaca que o espaço é uma teia de relações ou de posições pertencente a uma estrutura social, sem que haja necessariamente vinculação direta com um espaço geográfico.

Em decorrência do processo de (re)produção do espaço urbano-rural, pessoas oriundas das zonas rurais do próprio município migram para cidade em busca de novas oportunidades. Oportunidades essas que também estão atreladas ao acesso e à permanência a escolas de qualidade.

Conforme destacado no capítulo teórico, desta dissertação, alguns trabalhos, como os de Koslinski (2010, 2012), de Costa (2012), de Alves; Franco (2008), de Soares (2007) e de Sátyro (2008), tematizam que as desigualdades sociais e educacionais se inter-

relacionam. Para Koslinski, Alves e Lange (2013), essas desigualdades, partindo da dualidade rural x urbano, sistema público versus sistema privado se manifestam de diversas formas dentro ou entre os sistemas públicos e/ou entre as regiões geográficas brasileiras. Esses trabalhos buscam compreender, para além do efeito da origem socioeconômica da família e da escola, a vizinhança ou o território como instâncias também capazes de gerar desigualdades educacionais. Estas desigualdades, de acordo com as autoras, se manifestam a partir de diversas variáveis: infraestrutura das escolas, distribuição de recursos financeiros, fluxo, trajetória escolar e proficiência. Elas salientam, ainda, que existiram três gerações de estudo de temáticas que estão relacionadas à capacidade de a educação promover mobilidade e igualdade de oportunidades educacionais.

Neste sentido, as autoras citam a primeira geração, que se refere à ampliação e à reforma dos sistemas de educação, influenciados pelo relatado no *Coleman Report* (1966); Koslinski; Alves; Lange (2013), em consonância com a teoria de Bourdieu (2007) pontuaram que o maior impacto dos resultados escolares está diretamente relacionado com os resultados escolares internos, devido as diferenças do capital cultural, do que com as características (recursos, equipamentos, currículos, qualificação dos professores) das escolas.

A segunda geração trouxe para o debate a “escola eficaz” (*effective school*) e o “efeito-escola” (*school effect*), que passaram a se orientar pelos objetivos de demonstrar que a “escola faz diferença” e que podia exercer efeito sobre as oportunidades educacionais.

A terceira geração, que, nas duas últimas décadas, com a segregação de parte da população compreenderam que a vizinhança e o bairro são capazes de impactarem sobre desigualdades educacionais. Nesse sentido, as autoras salientam que a geografia das oportunidades exerce efeito sobre as oportunidades educacionais, a partir do modo de vida da população aliada a políticas educacionais.

Carlos (2018) relata que a desigualdade espacial está diretamente ligada à desigualdade social. A segregação espacial e as desigualdades de oportunidades educacionais são apresentadas em comunidades mais vulneráveis, e reflete nos indicadores educacionais.

3.2 Indicadores Educacionais da Educação Básica (Ideb)

Para uma análise mais detalhada, o QEdU, com base nos dados do Censo Escolar e Inep, apresenta uma análise de três parâmetros em relação ao Ideb: a escola atingiu a meta prevista, se cresceu o Ideb em relação ao Ideb anterior e se já chegou ao valor de referência 6,0. Nesse sentido, os três parâmetros nos mostram se o desempenho da escola no Ideb é preocupante ou se a escola está conseguindo alcançar as metas propostas para 2021. O QEdU então organizou da seguinte forma:

Alerta: Escolas em situação de alerta não cresceram o Ideb, não atingiram sua meta e estão abaixo de 6.0. Têm o desafio de crescer para atingir as metas planejadas. **Atenção:** Escolas em situação de atenção não foram bem em dois critérios entre os três analisados. Têm o desafio de crescer para atingir as metas planejadas. **Melhorar:** Escolas que podem melhorar cresceram o Ideb e atingiram a sua meta. Têm o desafio de manter o crescimento do índice para atingir as metas planejadas e superar o 6.0. **Manter:** Escolas que devem manter sua atual situação cresceram o Ideb, atingiram a sua meta e superou o 6.0. Têm o desafio de manter o crescimento do Ideb para garantir o aprendizado de todos os alunos (QEdU, 2021)

Em diálogo por meio de diferentes meios de contato (telefone, *whatsapp* e *e-mail*) com gestores e com supervisores escolares da SEMEC e da DRE, fomos informados de que os dados da proficiência não são foco de estudo nas formações pedagógicas nas escolas.

A tabela 3, a seguir, possibilita-nos visualizar o número de escolas e o número de matriculados nas redes de ensino das escolas localizadas na zona rural e na zona urbana no ano de 2020. A referida tabela nos apresenta um comparativo dos indicadores do estado do Tocantins com o município de Araguatins-Tocantins.

Tabela 3 – Número de escolas x número de alunos por rede de ensino

REDE	TOCANTINS				ARAGUATINS-TO			
	Nº de escolas		Nº de matrículas		Nº de escolas		Nº de matrículas	
	ZU	ZR	ZU	ZR	ZU	ZR	ZU	ZR
Estadual	351	143	148.523	14.952	06	04	3.351	632
Municipal	559	364	174.853	26.915	05	16	2.498	1.248
Total	910	507	323.376	41.867	11	20	5.849	1.880

Fonte: elaborado pela autora (2021)

De acordo com os dados apresentados, na tabela 3, podemos observar que o número de matrículas nas escolas da zona urbana (323.376), tanto na esfera estadual quanto na esfera municipal, é bem maior do que as escolas localizadas na zona rural (41.867), ou seja, 87,1% das escolas do Tocantins estão localizadas na zona urbana. Na esfera estadual, o quantitativo de escolas, rede estadual e rede municipal, são maiores que na zona rural.

Quanto ao município de Araguatins, 67,9% dos alunos regularmente matriculados estudam em escolas da zona urbana. O quantitativo de escolas da rede estadual é maior na zona urbana (06); na zona rural, há 04 escolas. Já na rede municipal, o quantitativo de escolas é maior na zona rural (16), enquanto, na zona urbana, são de 05 escolas.

Tabela 4: Comparativo das taxas de aprovação, reprovação e abandono entre as redes de ensino estadual e municipal em 2020

TAXA DE APROVAÇÃO (%)										
Zona	Anos Iniciais		Anos finais		5º ano		9º ano		3ª E.M	
	TO	AGT*	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT
Urbana	99	99,6	96,6	97,5	99	99,8	96,2	98,7	95,9	99,4
Rural	98	99,3	96	96	96,6	99,4	96,5	95,5	95,3	86,9

TAXA DE REPROVAÇÃO										
Zona	Anos Iniciais		Anos finais		5º ano		9º ano		3ª E.M	
	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT
Urbana	0,7	0,2	1,5	2,1	0,7	0,2	1,7	1,3	1,3	0,0
Rural	1,4	0,4	1,3	1,0	2,2	0,6	1,4	2,6	3,0	11,7

TAXA DE ABANDONO										
Zona	Anos Iniciais		Anos finais		5º ano		9º ano		3ª E.M	
	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT	TO	AGT
Urbana	0,3	0,2	1,9	0,4	0,3	0,0	2,1	0,0	2,8	0,6
Rural	0,6	0,3	2,7	3,0	1,2	0,0	2,1	1,9	1,7	1,4

*Araguatins

Fonte: elaborado pela autora (2021)

A partir dos dados apresentados na tabela 4, observamos que a taxa de aprovação (99,6%) dos alunos matriculados nas escolas da zona urbana, anos iniciais, é maior que as taxas de aprovação (99,3%) das escolas localizadas na zona rural. Nos anos finais, a taxa de aprovação das escolas da zona urbana é de 97,5%, enquanto, nas escolas da zona rural, a taxa de aprovação é de 96%.

No que concerne à taxa de reprovação, nos anos iniciais, o índice de reprovação, nas escolas da zona urbana, é de 0,2%, enquanto, na zona rural, esse índice é de 0,4%.

Nos anos finais, a taxa de reprovação nas escolas da zona urbana é maior que o das escolas da zona rural.

Em relação à taxa de abandono, tantos nos anos iniciais como nos anos finais, os índices das escolas localizadas na zona rural são maiores que o das escolas da zona urbana.

Tanto nos indicadores do município de Araguatins, como os indicadores do estado do Tocantins, são similares aos indicadores municipais. A taxa de aprovação, a taxa de reprovação e a taxa de abandono, anos iniciais, são maiores nas escolas localizadas na zona rural. Nos anos finais, a taxa de aprovação e a taxa de reprovação são maiores nas escolas localizadas na zona urbana.

Por meio do quadro 8, mostramos os índices da PROFICIÊNCIA na competência de leitura e de interpretação e na competência Resolução de Problemas na avaliação da prova Brasil.

Quadro 7 – PROFICIÊNCIA (Português e Matemática)

Componente Curricular	Série/Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Situação
Português	5º ano	44%	56%	aprenderam o adequado
Matemática	5º ano	36%	50%	
Português	9º ano	Não possui dados	28%	
Matemática	9º ano	Não possui dados	15%	
Português	3ª E.M	Não possui dados	23%	
Matemática	3ª E.M	Não possui dados	4%	

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Dados do Inep (2021), atualizados em 02 de junho de 2021, apontam que o percentual de alunos proficientes de Português aumentou de 25% em 2017 para 33% em 2019. Já em matemática, os alunos proficientes se mantiveram em 6%.

Segundo o movimento Todos pela Educação, o município de Araguatins, até 2022, 70% dos alunos devem aprender o adequado.

O Inep define que, se a taxa de reprovação for acima de 5%, há a necessidade de se definir estratégias que contenha o avanço da evasão escolar. Acima de 15% a situação é considerada crítica, e é necessária a intervenção nas práticas pedagógicas, tendo em vista que, se há um índice alto de abandono, há possibilidade de aumentar a distorção idade-série.

É importante salientarmos que para o cálculo do Ideb é utilizado a seguinte fórmula:

$$\frac{(\text{Proficiência Português} + \text{Proficiência Matemática}) \times \text{Fluxo}}{2}$$

Nos quadros que se seguem apresentamos dados que organizamos a partir de informações do *site* do Inep. Nos quadros, apresentamos os dados do Ideb projetados e alcançados em termos de Araguatins, considerando as escolas da rede municipal e as escolas da rede estadual.

Tabela 5: IDEB das escolas públicas do município de Araguatins

5º ano	Ideb Observado					Metas Projetadas				
Rede	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019
Estadual	4,8	5,0	4,3	5,6	5,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
Municipal	4,2	4,2	4,0	4,8	5,2	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
9º ano	Ideb Observado					Metas Projetadas				
Estadual	4,1	3,8	3,8	4,1	4,9	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2
Municipal	3,6	3,6		**	**	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7
3ª E.M	Ideb Observado					Metas Projetadas				
Estadual	s/d	s/d	s/d	3,3	4,2	s/d	s/d	s/d	s/d	3,5
Municipal										

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O Ideb mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação da proficiência obtida pelos alunos no Saeb e a taxa de aprovação.

Os dados coletados - número de matrículas e taxa de rendimento foram extraídos do *site* da Seduc/TO. Importante ressaltar que não estão disponíveis para consulta pública os dados referentes aos anos de 2011, de 2013 e de 2019 do ensino médio rede estadual. A rede municipal, conforme legislação vigente, não oferta o ensino médio. Nesse sentido, buscamos dados do censo, que foram coletados no site QEdu, com base em dados extraídos do Inep.

De acordo com dados do Inep, com base nos dados do Censo Escolar da Educação básica, levando-se em consideração as escolas públicas, apenas 33, equivalente a 24%, dos municípios do estado do Tocantins, rede pública, atingiram a meta projetada para 2019 nos anos iniciais do ensino fundamental. Em relação à rede estadual de ensino, anos iniciais do ensino fundamental, apenas 15 municípios do estado do Tocantins, equivalente a 41,7%, atingiram a meta. Em relação à rede municipal, na mesma modalidade de ensino,

43 municípios do estado do Tocantins, equivalente a 33,6%, atingiram a meta projetada pelo Inep.

Em relação aos anos finais do ensino fundamental das escolas da rede pública do estado do Tocantins, 6 dos municípios do estado, o equivalente a 5,1%, atingiram a meta projetada pelo Ideb. Já, no que diz respeito à rede estadual, apenas 4 municípios, 3,6%, atingiram a meta projetada. Na mesma modalidade de ensino, 22,2% dos municípios, o equivalente a 8 municípios, do estado do Tocantins, atingiram a meta projetada.

Nesse sentido, os resultados do Ideb deveriam ser utilizados pelos entes federados e pelas escolas, conforme recomendações do próprio MEC (2019), para refletirem sobre as práticas pedagógicas e metodológicas, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino.

De acordo com dados do Inep, as escolas de ensino médio do município de Araguatins não aderiram ao Saeb até o ano 2015. A participação no Saeb das escolas de ensino médio se deu a partir de 2017, de acordo com dados disponibilizados pelo Inep. Salientamos que, conforme consta no *site* do Inep, o número de alunos participantes no Saeb era insuficientes para os resultados serem divulgados.

No Sistema do Censo Escolar, não estão disponíveis dados de 2011, de 2013 e de 2019. Para análise dos dados, utilizamos dados encaminhados pela Diretoria Regional de Ensino e SEMEC. Na rede estadual, o departamento responsável pelo Censo Escolar não nos informou o quantitativo de alunos regularmente matriculados por ano escolar e por modalidade de ensino.

Passemos, de agora em diante, buscando descrever e analisar o contexto sócio-espacial e implicações com os indicadores educacionais.

3.4 Infraestrutura das escolas da rede municipal e rede estadual do município de Araguatins

A LDB nº 9394/96, em seu artigo 3º, inciso I, propõe “igualdade de condições para acesso e permanência na escola” e definiu que dentre os princípios estabelecidos, inciso IX, “garantia de padrão de qualidade de ensino”.

No Brasil, o Saeb busca compreender quais fatores impactam no desempenho dos alunos por meio da aplicação de testes padronizados. A partir dos resultados, busca-se melhorar por meio de políticas públicas a educação brasileira, nesse contexto, um dos fatores que interferem na aprendizagem dos alunos são os fatores relacionados a infraestrutura. Os autores Castro e Fletcher (1986) realizaram estudo sobre as condições

materiais das escolas no Brasil para apontar a situação física das escolas públicas, a disponibilidade de equipamentos pedagógicos e o funcionamento das escolas brasileiras.

Entende-se por infraestrutura escolar “as instalações, equipamentos e serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e auxiliar na aprendizagem do aluno” (GARCIA, 2014, p.144). Segundo o autor, a infraestrutura das escolas está associada ao desempenho dos alunos.

Considera-se instalações das escolas: salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, quadra de esportes, salas de leitura, sala dos professores, sala da direção, cozinha, corredores, bebedouros, sanitários, dependências e vias adequadas com acessibilidade, cantina, pátio (des)coberto, sala de secretaria, sala de coordenação, área verde, despensa, almoxarifado, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), dentre outros.

Por equipamentos no contexto escolar, entende-se, por exemplo: carteiras escolares, cadeiras, mesas, lousa, giz, livros, materiais pedagógicos, computadores, datashow, internet, impressora, copiadora, materiais de laboratórios, materiais esportivos, aparelho de som, material de expediente, extintores, dentre outros.

Em relação aos serviços, consideramos aqueles relacionados com o de abastecimento de água, a energia elétrica, o esgoto, a coleta do lixo (destinação), a conservação do prédio, a internet, a manutenção dos equipamentos pedagógicos, o transporte escolar, os recursos oriundos do PDDE e ações agregadas, os recursos oriundos da Gestão Compartilhada, os recursos oriundos do PNAE, dentre outros.

As condições materiais, a infraestrutura física, serviços e recursos pedagógicos da escola são variáveis que contribuem para o desempenho escolar dos alunos. É preciso, no espaço escolar, que todos os equipamentos, as instalações físicas, serviços e o pedagógico estejam inter-relacionados.

No contexto escolar do município de Araguatins, identifica-se escolas com estruturas físicas em situação precária. Tomemos como exemplo a Escola Municipal P.A Maringá, e Esc. Municipal Aureliano José Ferreira, zona rural.

Figura 18: Estrutura física da escola (sala de aula de 1º a 5º ano)

Fonte: arquivo autora (2021)

Nas visitas *in loco* para registros fotográficos, realizadas seguindo todo protocolo de segurança devido a pandemia COVID-19, observamos as diversas situações inadequadas das instalações físicas, falta de equipamentos, falta de material pedagógico, serviços básicos ineficientes em algumas escolas, tanto nas escolas localizadas na zona rural, como na zona urbana. Nesse sentido, no capítulo 4, buscaremos discutir os resultados do Ideb, tendo em vista que esses equipamentos são fundamentais e nos mostra que esta categoria é parte do processo aprendizagem dos alunos.

A seguir, quadro 8, demonstraremos a relação das escolas em relação as instalações físicas existentes nas escolas participantes do Ideb.

Quadro 8: Escolas com infraestrutura “básica”

Ord	Rede	Escola	Localização	Infraestrutura física
1	Mul.	Esc. Mul. Aureliano José Ferreira	Pov. Macaúba	Direção/Secretaria conjugadas Salas de aula Cantina inadequada Banheiros Pátio
2	Mul.	Esc. Mul. PA Maringá	PA Maringá	
3	Mul.	Esc. Mul Prof. Djanira Rodrigues da Silva	PA Djanira Vila Falcão	
4	Mul.	Esc. Mul. Retiro Santa Cruz	PA. Santa Cruz/PA Pe. Josimo	
5	Mul.	Esc. Mul. Rui Barbosa	Pov. Taquarizinho	

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Das 11 escolas da rede municipal, 5 destas a infraestrutura é básica para seu funcionamento. Os pátios não são considerados adequados para recriação das crianças. Não há parques para atendimento da educação infantil, quadras, entre outros. Das 5 escolas mencionadas apenas a Esc. Mul. Aureliano José Ferreira possui acessibilidade nos banheiros e rampa de acesso as salas e é murada. As demais o pátio é aberto e todas as crianças têm fácil acesso a rua.

Em relação aos tipos de destinação do lixo (serviço de coleta, queima, descarta em outra área, etc.), o censo escolar avaliou que as escolas da zona rural não contemplam os processos de separação do lixo, de reaproveitamento ou reutilização e de reciclagem, os lixos são queimados.

Quanto a tecnologia as escolas foram contempladas com PDDE conectado no período pandêmico (COVID-19). Em relação aos equipamentos, as escolas (quadro 8), possuem o mínimo (quando funcionam). As escolas municipais Rui Barbosa e PA Djanira Rodrigues da Silva, de acordo com dados do censo escolar não possui equipamentos tecnológicos. Enquanto as escolas municipais PA Retiro Santa Cruz, Aureliano José Ferreira e PA Maringá possuem: 01 computador na secretaria, 01 impressora, TV, DVD e parabólica. Outros tipos de equipamentos para realização de atividades escolares são providenciados pelos professores.

Das escolas mencionadas no quadro 8, a Escola Municipal PA Maringá e Escola Municipal Aureliano José Ferreira, além da água da rede pública, possuem poço artesiano. A Escola Municipal PA Retiro Santa Cruz utiliza água filtrada e de cacimba.

A seguir, mobilizaremos o quadro 9, com relação as escolas que as instalações físicas são consideradas adequadas para atendimento dos alunos regularmente matriculados nos anos iniciais e finais das escolas participantes do Ideb.

Quadro 9: Escolas com infraestrutura “adequada”

Ord	Rede	Escola	Localização	Infraestrutura física
1	Est.	Centro De Ensino Médio Professora Antonina Milhomem ^{1,3,4}	Nova Araguatins	Direção Secretaria Coordenação Pedagógica Biblioteca Salas de leitura Salas de Aula climatizadas Cantina Depósito Quadra poliesportiva Almoxarifado Pátio Coberto Muradas Acessibilidade
2	Est.	Colégio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte ^{1,4}	Centro	
3	Est.	Esc. Est Girassol de Tempo Integral Denise Gomide Amuí	Nova Araguatins	
4	Est.	Esc. Est Osvaldo Franco ¹	Centro	
5	Est.	Escola Estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho ^{1,3,4}	Nova Araguatins	
6	Est.	Escola Evangélica Daniel Berg ⁴	Centro	
7	Mul.	Esc. Mun. Prof. Maria de Lourdes M Fernandes ⁴	Nova Araguatins	
8	Mul.	Esc. Mun. Professora Nair Duarte ^{2,3,4}	Centro	
9	Mul.	Esc. Mun. São Vicente Ferrer ⁴	Centro	
10	Est.	Col. Est Atanázio De Moura Seixas ^{2,3}	Pov. Macaúba	
11	Est.	Escola Est Frei Savino	Pov. Natal	
12	Est.	Escola Estadual Santa Gertrudes ¹	PA Djanira Vila Falcão	

13	Est.	Escola Isolada Boa Sorte	PA Boa Sorte	Laboratório de Informática
14	Mul.	Esc. Mul. Padre Vitório	Pov. Araguanópolis	
15	Mul.	Esc. Mul. Prof. Edgard Tolentino	Pov. Transaraguaia	
16	Mul.	Esc. Mul. Vereador Guilherme Parente	Povoado Natal	

¹ Laboratório de informática; ² Laboratório de Informática desativado; ³ Biblioteca; ⁴ Salas de aula climatizadas.

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Das 21 escolas participantes do Ideb, 16 escolas (quadro 9), os laboratórios de informática desativados estão sem manutenção aproximadamente há 2 anos. Nenhuma das escolas relacionadas possuem laboratório de ciências.

Em relação aos tipos de destinação do lixo (serviço de coleta, queima, descarta em outra área, etc.), das escolas da zona rural, o censo escolar avaliou que as escolas da zona rural não contemplam os processos de separação do lixo, no entanto, não são reaproveitados ou reutilizados e nem reciclados, os lixos são coletados periodicamente.

Quanto a energia elétrica, todas as escolas utilizam serviços da rede pública, possuem esgoto (fossa), possuem internet banda larga e no período pandêmico (COVID-19) todas as escolas foram contempladas com PDDE Conectado. Todas as escolas da rede estadual e municipal, zona urbana, possuem equipamentos (DVD, impressoras, copiadora, TV, caixas de som). As escolas da rede estadual, localizadas na zona rural possuem poço artesiano e água filtrada.

3.5 Comparativo escolas zona rural x zona urbana participantes do Ideb

Com base nos dados apresentados, podemos salientar que 0% de escolas, rede municipal e rede estadual, não possui algum dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade. Em relação à infraestrutura, das escolas relacionadas (quadro 8 e 9), 16 possuem, por exemplo, banheiros acessíveis a pessoas com deficiência.

Das escolas que ofertam a educação infantil e anos iniciais, ressaltamos que 0% possui parque infantil e pátio coberto, 0% das escolas da rede municipal, zona rural, possui quadra de esportes (des)coberta.

A Escola Estadual Daniel Berg, rede estadual, localizada na zona urbana, não possui quadra poliesportiva ou área de lazer; a Escola Municipal São Vicente Ferrer possui quadra poliesportiva descoberta, as demais 06 escolas possuem quadra poliesportiva coberta.

Levando-se em consideração o contexto sócio-espacial destas escolas, vamos focar, conforme já ressaltamos, nesta dissertação, 04 escolas como amostra, 01 escola da rede municipal, zona rural, distante da região central, e 01 escola da rede estadual, zona urbana, utilizando como critério escola mais próxima da região central.

CAPÍTULO 4

E POR FALAR EM ESPAÇOS SEGREGADOS? A ESCOLA COMO OBSERVATÓRIO DA CONTRADIÇÃO

Quanto mais presente acabrunhador em que o futuro se *afoga* tanto menor a esperança para os oprimidos e mais *paz* para os opressores. (Paulo Freire, 2019)

Os diferentes lugares onde a população reside acabam por expressar diferentes formas de acesso à infraestrutura, a oportunidades educacionais e à mobilidade social. Esses fatores estão diretamente ligados ao acesso diferenciado do lugar onde residem, que é produzida em larga escala. Para Harvey (2006), conforme visto no capítulo teórico desta dissertação, uma das maiores problemáticas em relação às cidades se deve ao fato de, cada vez mais, serem construídas visando o capital. Como consequência disso, cada vez menos, as cidades favorecem a vida com a qualidade necessária para seus habitantes. As transformações que têm ocorrido nas cidades, não favorecem a sustentabilidade, a saúde individual e coletiva, o acesso e permanência na escola, entre outras necessidades e direitos básicos. Essa segregação espacial divide parte da sociedade, favorecendo àqueles que dispõem de poder aquisitivo em detrimento dos menos favorecidos, o que reforça as profundas desigualdades que afundam o país, mata e violenta todos os dias, os corpos das camadas populares, os povos étnicos etc.

Harvey (2006) trata da Teoria da Acumulação de Marx, relacionando-a a questões de estrutura espacial. Tal abordagem aponta para um espaço urbano idealizado como um espaço de esperança, um espaço para todos. Porém, sobretudo considerando os últimos acontecimentos envolvendo as catástrofes ambientais que têm acometido inúmeras vidas e desabrigado milhares de famílias, vê-se as evidências drásticas do isolamento sócio-espacial da população mais vulnerável, logo, o comprometimento do direito à cidade. Os reflexos desse isolamento podem ser vistos, por exemplo, nos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH), no desemprego, nas condições de vida cada vez mais precária, na supressão dos direitos e na ausência de políticas públicas que contemplem a seguridade social (saúde, educação, assistência social).

Neste trabalho, foram definidas categorias com vistas a organizar o percurso do estudo e também como forma de dimensionar contexto sócio-espacial das escolas enfocadas. Pautamo-nos, inicialmente, no espaço e infraestrutura (localização, instalações, equipamentos e serviços), procurando pensar como estas podiam evidenciar

a produção do espaço das escolas, não perdendo de vista as contradições que podem gerar ou geraram. Objetivou-se, pois, identificar as principais especificidades das escolas e como estas operam em (des)favor de seus sujeitos. À luz das teorizações de Harvey (2006), pode-se afirmar que as contradições no contexto sócio-espacial se dão pela necessidade de infraestrutura, ou seja, a produção social requer circulação de pessoas, de bens e de serviços e, ao mesmo tempo, essa circulação se estabelece em determinados lugares, implicando uma maior ou menor concentração no território onde vivem.

4.1 Da Infraestrutura das Escolas Participantes do Ideb

Ribeiro e Koslinski (2010) advertem sobre a implementação de políticas salvacionistas, disciplinadoras e uma pedagogia de controle social nas escolas situadas em espaços segregados. Neste contexto, as escolas, envoltas em práticas exaustivas e inconstantes dada a ausência de um projeto educacional consistente e que vislumbre a emancipação de seus sujeitos, muitas vezes, tem promovido práticas excludentes, sobretudo quando considera-se o contexto sócio-espacial dos alunos. Paulo Freire (2005) propõe reflexões acerca do que pode a educação. Ele deixa claro que a educação, sozinha, não pode mudar o contexto de profundas desigualdades, mas é indispensável no processo de conscientização das contradições sociais e que tais contradições imputam a cada um dos sujeitos e sujeitas sociais, dentro e fora da escola. Por esses argumentos, Freire (2005) convoca-nos a uma educação que liberte e que não reproduza práticas que reverberem em violência, em agravamento da pobreza, em discriminação (de raça, de gênero, de local de moradia, etc.), dentre outras formas de exclusão e de opressão.

A partir da segunda metade do século XX, esse conceito foi determinante para compreensão da produção do espaço. O desenvolvimento desigual é constitutivo desse processo, uma vez que o capital se interessa por alguns lugares e outros não, a exemplo disso, a especulação imobiliária. Pensando localmente a dinâmica de constituição e de formação do espaço de Araguatins, estado do Tocantins, Norte do Brasil, estamos interessados em pensar nas (im)possibilidades das diferenciações sócio-espacial. As ideias de Harvey (2006), embora em escala global, permite-nos compreender o modo como se estabelece o direito à cidade como parte de um movimento real. Gerar a desigualdade sócio-espacial, de modo que esta possa ganhar feições que resvalam nos indicadores educacionais, para dizermos de nosso objeto de análise.

4.1.1 Das Instalações Físicas

Escolas com infraestrutura inadequada impactam em todos os aspectos da instituição escolar, sejam eles pedagógicos ou não. A coordenadora de Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no Brasil, Rebeca Otero, considera que a infraestrutura é fator essencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. A UNESCO solicitou uma pesquisa intitulada "Qualidade da Infraestrutura das Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Brasil" à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com base nos dados do Inep, do Censo Escolar (2013, 2015, 2017) e dos questionários do Saeb (2013, 2015). Os resultados coordenados pelo Departamento de Ciências Aplicada à Educação mostram que a infraestrutura, seja ela física (salas de aula e ambientes adequados), sejam os recursos pedagógicos são essenciais no processo de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Mobilizamos, a seguir, alguns dados referentes às instalações físicas das escolas de Araguatins para uma discussão mais pontual.

Quadro 10: Instalações físicas das escolas pesquisadas

Ord	Zona	Rede	Escola	Localização	Instalações físicas
01	Rural	Mul.	Esc. Mul. PA Maringá	PA Maringá	- 01 Sala Direção/Secretaria/Coordenação/ professores conjugadas - 05 Salas de aula - Cozinha - 02 Banheiros (M/F) - Pátio Aberto
02	Rural	Est.	Esc. Est. Atanázio de Moura Seixas	Povoado Macaúba	- 01 sala Direção/Secretaria - 01 sala Coordenação/Pedagógica - Biblioteca - 05 Salas de Aula climatizadas - Cozinha - Quadra poliesportiva coberta - 04 Banheiros (01 M/01 F aluno) (01 M/01 F funcionários)
03	Urbana	Mul.	Esc. Mul. Nair Duarte	Centro	- 01 sala Direção 01 sala Secretaria - 01 sala Coordenação Pedagógica - 01 sala de professores - 01 sala orientação escolar - Biblioteca - Laboratório de Informática

					<ul style="list-style-type: none"> - 15 Salas de Aula - Sala de Leitura - Sala de Atendimento Especializado - Cozinha - Quadra poliesportiva coberta - 04 Banheiros (01 M/01 F aluno coletivo) (01 M/01 F funcionários) - Acessibilidade
04	Urbana	Est.	Esc. Est. Osvaldo Franco	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - 01 sala Direção 01 sala Secretaria - 01 sala Coordenação Pedagógica - 01 sala de professores - 01 sala orientação escolar - 01 Sala financeiro - Anexo secretaria - Biblioteca - Laboratório de Informática - 09 Salas de Aula - Sala Atendimento Especializado - Cozinha - Copa - Quadra poliesportiva coberta - 04 Banheiros (01 M/01 F aluno coletivo) (01 M/01 F funcionários) - Acessibilidade - Depósito material - Deposito alimentos - Deposito bens inservíveis - Pátio aberto

¹ Escola Mul. PA Maringá; ² Escola Est. Atanázio de Moura Seixas; ³ Escola Mul. Professora Nair Duarte; ⁴ Esc. Estadual Osvaldo Franco

Fonte: elaborado pela autora (2021)

O quadro anterior reúne dados que tratam da localização, da infraestrutura física e do tipo de unidade, se rural ou urbana. Correlacionado esses dados, é possível observar que as escolas localizadas mais distantes do centro urbano, possuem instalações físicas inadequadas para atender todas as modalidades de ensino (integral, parcial) e os alunos em todas as etapas (educação infantil, ensino fundamental e médio) com vistas à sua formação integral e desenvolvimento global. As escolas localizadas no centro são maiores e no que se refere às instalações físicas, no entanto, ainda não atendem estruturalmente todos os aspectos necessários para atendimento dos alunos. Vale ressaltar que o termo “adequada”, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005/2014², é um indicador que significa garantir, no mínimo, salas de leitura, biblioteca, laboratório

² BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei n.13.005/2014

de ciências, esgoto da rede pública, quadra poliesportiva, acesso à internet (banda larga), energia elétrica e água tratada. Na esteira das teorizações de Harvey (2014), considera-se aqui, que esses aspectos integram a produção do espaço, possibilitando, na perspectiva de suas concentrações e distribuições, pensar nas desigualdades sócio-espaciais.

No PNE, estratégia 18 da meta 7, foi estabelecido que todas as escolas, além da infraestrutura essencial para funcionamento (água, eletricidade e esgoto), devem oferecer também espaço para “...prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos e laboratório de ciências, além de acessibilidade à pessoa com deficiência em seus prédios” (Movimento Pela Educação³, 2020). Interessa-nos mostrar as reais condições das unidades escolares que constituem o recorte desta dissertação. Por isso, na sequência, dedicamo-nos a apresentar uma a uma, refletindo acerca das contradições identificadas, ancorando-nos, sempre, no referencial teórico mobilizado e que sustenta a metodologia adotada.

Neste ponto, vamos focar informações particularizadas de cada escola foco deste capítulo de análise.

4.1.1.1 Escola Municipal "PA Maringá"

A Escola Municipal "PA Maringá" está localizada a 8 km de Araguatins, na vila onde foram construídas as casas para os assentados. A escola não possui sede própria e está alocada na sede da Associação. As modalidades de ensino ofertadas na escola são: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais). A seguir, alguns registros fotográficos constituintes do acervo da pesquisa, que devem servir como recurso imagético e podem servir para um olhar mais preciso das informações reunidas no quadro 10.

³ Movimento Pela Educação

Figura 19: Frente da escola

Fonte: arquivo autora (2021)

Na figura I é possível observar que o pátio da escola é aberto, ou seja, a escola e a comunidade misturam-se, efetivamente. Há árvores frutíferas, e o terreno não é regular. Ao fundo, funciona um segundo pavilhão, construído de tábua e coberto de telha, como mostra a Figura 20 que se segue, onde funcionam salas de aula.

Figura 20: Fotos do segundo pavilhão e banheiro

Fonte: arquivo autora (2021)



Fonte: arquivo autora (2021)

Numa espécie de mosaico, a figura 20 reúne as imagens do segundo pavilhão. As quatro imagens permitem-nos um olhar mais detalhado sobre parte da infraestrutura da Escola Municipal PA Maringá e revelam um espaço inadequado, um tanto caótico e que pouco pode favorecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas com foco na aprendizagem e na garantia do direito à educação.

A escola possui 01 sala que funciona de forma integrada como direção, secretaria escolar, coordenação pedagógica e sala de professores. A Escola Maringá possui 5 salas de aula em funcionamento, 2 banheiros, sendo 1 masculino e 1 feminino, que é de uso comum (alunos e funcionários). Das 5 salas de aula, 2 destas são construídas de tábuas (figuras A, B); parte da construção de uma terceira sala é de tijolo e uma outra parte de tábua (figuras C, D). A escola não possui cantina e nem depósito. De acordo com os dados do Censo Escolar/Inep (2020), a escola possui uma cozinha. É ainda ausente um laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, quadra de esportes e sala de atendimento especial e nem acessibilidade. Embora a Educação Inclusiva tenha sido regulamentada e aperfeiçoada ao longo do tempo, no Brasil, a Escola Maringá não possui atendimento educacional especializado (AEE) e nem acessibilidade.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, é tratado que a Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 anos aos 17 anos. Está preconizado o dever do Estado, que consiste em garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/96, a Educação Especial também é assegurada: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”.

Dentre outras legalidades, destacamos o Decreto n. 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89. Essa lei dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências; a Resolução CNE/CEB n. 2, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Destacamos, nesta resolução, a responsabilidade de a escola organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, criando, pois, as condições de atendimento com qualidade para todos. Para isso, no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que utiliza os dados do Censo Escolar, mediante informações inseridas pela escola, devem-se destinar recursos para a acessibilidade.

Em 2018, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, grande marco quanto às políticas públicas com vistas à qualidade e uma educação para todos. Em 2014, é aprovada a Lei n. 13.005, a Lei do PNE, que, a partir da meta 4, versa sobre a universalização do acesso à educação para a população de 14 anos a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação.

Em 2019, ocorreu o que os profissionais da área e demais educadores consideram um retrocesso, a publicação do Decreto N° 9.465/2019, que criou a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, e extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). A essa realidade, houve a publicação do Decreto n. 10.502, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial (PNEE). Dentre os problemas do PNEE, está o estímulo à matrícula em escolas especiais, isolando os alunos com deficiência dos outros alunos matriculados na escola básica.

De acordo com as normas padrões educacionais, o número de departamentos para atendimento das demandas escolares, a ausência de acessibilidade, o fato de os banheiros não serem individualizados para funcionários e alunos, e o espaço da escola não ser murado, dentre outros aspectos, caracteriza a escola como inadequada.

No que se refere ao espaço de recreação (figura 21), foi possível observar que é grande e aberto, mas não possui área de lazer adequada para a educação infantil e para os anos iniciais, criando assim um efeito de vulnerabilidade quanto a segurança dos alunos. Dentro desse conceito da recreação e levando em consideração o currículo escolar, a ausência de uma quadra poliesportiva (coberta ou descoberta) dificulta ou inviabiliza boa parte das práticas esportivas.

Figura 21: Espaço de recreação da escola



Fonte: arquivo autora (2021)

Visitar a escola, no processo de pesquisa de campo, foi importante por permitir agregar informações mais precisas e realistas. Além disso, permitiu uma interação com os moradores do lugar e acesso a percepções diversas, ao examinar parte a parte das unidades escolares. No caso em análise, foi possível identificar a existência de uma obra padrão custeada pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE), com cerca de 60% de execução, mas que, no momento, encontra-se paralisada. Segundo alguns membros da comunidade, há inconformidades tanto do ponto de vista arquitetônico quanto da aplicação dos recursos, não resolvidas pela gestão anterior.

A escola foi projetada para atendimento de todas as modalidades de ensino. De acordo com a gestora, a escola possui capacidade para atender cerca de 1.500 alunos nos três turnos, modalidade parcial, ou seja, com o tempo escola de 4 horas-aulas. A infraestrutura da nova escola contempla auditório, cantina, depósito, área coberta, acessibilidade, biblioteca, laboratório de informática, salas de aula, 2 banheiros (feminino e masculino) em cada pavilhão para atender alunos e banheiros para os profissionais da educação. A seguir, o registro da obra da Escola Mul. PA Maringá.

Figura 22: Construção da nova escola (padrão FNDE)



Fonte: arquivo autora (2021)

Em diálogo via whatsapp com a gestão da escola, fomos informados de que a obra está paralisada por causa da insuficiência de recursos financeiros. Há uma disparidade entre recurso transferido e execução da obra. Vale ressaltar que o recurso da obra foi repassado pelo FNDE, conforme projeto aprovado via Simec.⁴

Passemos, às considerações a respeito da Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas, também foco de nossa incursão analítica.

4.1.1.2 Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas

A Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas está localizada no povoado Macaúba, distante 44 km da cidade de Araguatins. A instituição oferta os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), 136 alunos são atendidos de acordo censo escolar (2020). O povoado Macaúba fica localizado às margens da BR-230 (Transamazônica), e é uma comunidade com predominância de trabalhadores e trabalhadoras braçais. Estima-se uma população de 1.500 habitantes e possui unidade básica de saúde, uma escola municipal, uma escola estadual, água tratada e cobertura telefônica de uma operadora. Na sequência, algumas imagens que permitirão seguir a lógica argumentativa adotada nesse percurso de análise.

⁴ Sistema Integrado de Monitoramento

Figura 23: Frente, área externa da cantina, biblioteca e salas de aula



Fonte: arquivo autora (2021)

Novamente, a opção por construir um mosaico com algumas fotos nos assegura um efeito visual mais completo da área da escola. A foto A, mostra a parte externa da escola, mais especificamente o portão de acesso. Figura B, refere-se à cantina e ao depósito, que está em péssimo estado de conservação: a pintura gasta, há buracos e uma aparência de abandono. A foto C, ilustra panoramicamente as salas de aula e parte do pátio que antes era arborizado. As árvores foram cortadas, e nenhum outro projeto de jardinagem foi desenvolvido, criando um efeito de descuido. Sublinhamos que vigora o ICMS – Educacional, que consiste no estímulo de práticas com intencionalidade educativa voltadas para a consciência ecológica e de sustentabilidade ambiental. Comprovadas, essas práticas geram incentivos fiscais para os entes federados e devem repercutir em investimento na educação a ser aplicado nas unidades escolares.

Figura 24: Espaço de recreação

Fonte: arquivo autora (2021)

Imergindo nas demais dependências da escola, como pode ser observado na foto A da figura acima, a escola possui quadra poliesportiva. É uma construção que possui mais de 15 anos e que necessita de reforma. Na imagem B da mesma figura, tem-se o espaço destinado à recreação. É um espaço pequeno, sobretudo quando consideramos a área coberta e a área ao lado, sem arborização e sem cobertura. São estes os únicos espaços onde os alunos podem ficar durante a recreação, além da quadra poliesportiva. Em síntese, a escola possui 01 biblioteca, 05 salas de aula, 01 sala de professores, 01 coordenação financeira, 01 cantina, 04 banheiros e 01 depósito.

Apresentadas as escolas rurais, serão apresentadas as informações coletadas referentes às escolas localizadas na zona urbana de Araguatins/Tocantins.

4.1.1.3 Escola Municipal Professora Nair Duarte

A Escola Municipal Professora Nair Duarte foi inaugurada em janeiro de 1985 e está localizada no centro da cidade, ao lado da Prefeitura Municipal de Araguatins e próxima ao Hospital Municipal de Araguatins e de diversos órgãos públicos, agências bancárias e comércio local. As modalidades atendidas na instituição de ensino são: Atendimento Educacional Especializado (AEE), ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se da maior escola da rede municipal, pois atende 503 alunos da pré-escola e anos iniciais, 102 alunos nos anos finais, 173 na EJA e 29 alunos no AEE.

Existe um termo de compromisso firmado em 2014, entre os entes municipal e estadual, que trata do atendimento educacional, ou seja, que define as etapas que cada sistema deve atender. Foi firmado que o Sistema Municipal ficaria responsável por ofertar

a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Já a rede estadual ficou como responsável por ofertar os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, conforme preconiza a Constituição Federal (CF) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Apesar disso, a Escola Municipal Professora Nair Duarte oferta os anos finais do Ensino Fundamental. A SEMEC justificou que a oferta se dá devido ao fato de possuir professores efetivos das áreas específicas (Letras, Matemática, História, etc.) Araguatins é uma cidade às margens do Rio Araguaia e a escola fica distante apenas 1km do rio. Conforme dados obtidos na secretaria da escola, responsável pelos registros escolares dos alunos, constam matriculados na escola, alunos quilombolas que vivem na Ilha São Vicente, no entanto, esses alunos não são informados no censo escolar. Há uma lancha escolar que transporta esses alunos e, depois, seguem a pé, aproximadamente 1km até a escola.

Os registros fotográficos são um recurso importante que permitem dimensionar a infraestrutura das escolas. Nesse sentido, observando a figura abaixo, tem-se que a Escola Municipal Professora Nair Duarte possui uma área ampla e tem acessibilidade, tanto para as salas e demais dependências internas, quanto para a quadra e pátio da escola. Foi pintada recentemente e dispõe de manutenção frequente. Todas as dependências foram construídas com tijolos, tem piso simples, sem revestimento em cerâmica, e é coberta de telha. Possui corredores que interligam os três pavilhões que também são cobertos, embora estreitos (imagens B e C).

Figura 25: Frente da escola, espaço de recreação, banheiros e quadra poliesportiva





Fonte: arquivo autora (2021)

Como já mencionado, o espaço é amplo, porém pouco propício à recreação. Há árvores na calçada externa da escola e algumas dentro, no pátio. Ainda, assim, não configuram espaços favoráveis à recreação. Como ofertante dos anos iniciais, espera-se que a escola planeje ambientes que favoreçam o brincar como experiência e direito de aprendizagem. Do mesmo modo, não há espaços que propiciem as manifestações artísticas e culturais, conforme enfatiza a competência 3 da BNCC, entre outras questões. Assim como na Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas, embora tenham espaços abertos com diferentes dimensões, a Escola Municipal Nair Duarte não possui área de lazer adequada, e a quadra poliesportiva é também o único espaço organizado para a recreação dos alunos.

Como já observado no quadro 10, a escola possui 01 sala de direção, 01 sala para secretaria, 14 salas de aula, 01 sala de professores, 01 sala para orientação escolar, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática e 01 cantina.

Vejamos, a seguir, a nossa incursão referente à segunda escola localizada no espaço urbano.

4.1.1.4 Escola Estadual Osvaldo Franco

A Escola Estadual Osvaldo Franco está localizada no centro da cidade, há 800m das margens do Rio Araguaia e a 700m do terminal rodoviário e da TO-010, e há 350m do Colégio Estadual Leônidas Gonçalves Duarte. A escola oferta as modalidades de ensino fundamental (anos finais), Educação Especial e EJA. A escola possui 330 alunos matriculados nos anos finais, 242 na EJA e 17 na Educação Especial.

Tomemos, a seguir, alguns registros fotográficos da instituição em análise.

Figura 26: Frente da unidade escolar, pátio, salas de aula e espaço de lazer/quadra poliesportiva





Fonte: arquivo autora (2021)

Construída em janeiro de 1980, a Escola Estadual Osvaldo Franco não possui uma área segura externamente (imagem A). Embora possua árvores no espaço das calçadas, esse espaço não favorece a permanência dos alunos. A unidade escolar foi recentemente pintada, e no muro há ilustrações sobre os programas educacionais que desenvolvem e há mensagens voltadas para a diversidade e inclusão. A imagem B, ilustra o padrão arquitetônico da escola, que corresponde ao modelo da década em que foi construída: paredes vazadas, corredores estreitos, paredes de tijolos do tipo "a vista" vermelho, telhado coberto de telhas. A escola possui 03 pavilhões (imagem C), construídos ao longo do tempo, mas com arquitetura mais simples. A quadra poliesportiva (imagem D), construída segundo o modelo da SEDUC, não possui arquibancadas, vestiário ou banheiros. Apenas grades separam a área de atividades esportivas do restante da escola. A instituição em foco possui biblioteca, porém com acervo restrito tanto no que diz respeito à atualização quanto à quantidade de obras disponíveis, assim como o laboratório de informática que possui apenas 01 computador para cada 04 alunos, no entanto, esta em desuso por falta de manutenção.

Até este ponto, o objetivo foi ilustrar e descrever as reais condições da infraestrutura educacional das escolas que constituem o *corpus* deste estudo. As imagens, por si sós, revelam tais condições, porém a descrição analítica partiu do conceito de qualidade definido pelas diretrizes nacionais vigentes. Com isso, não é o nosso propósito subjuguar ou classificar as unidades como boas ou ruins, mas refletir sobre as condições de trabalho e de ensino que são determinadas, em geral, pela infraestrutura que dispõem.

FNDE é a autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do MEC. Nesse contexto, sua missão é prestar assistência técnica, financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade, principalmente no que diz respeito à educação básica da rede pública. O FUNDEB, o PAR, o ProInfo, o PNATE, o PDDE e ações agregadas e o PNAE são exemplos de repasses financeiros efetuados para as escolas, com intuito de contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos e condições condignas de trabalho dos profissionais da educação.

Após análise dos dados, percebemos que as oportunidades educacionais dos alunos regularmente matriculados nas redes de ensino municipal e estadual do município de Araguatins, não se dão somente pelas diferenças naturais entre os indivíduos. No contexto educacional no município de Araguatins, percebemos essas diferenças de oportunidades, quando passamos a conhecer a realidade de cada escola, cada território e dos sujeitos inseridos no processo educacional.

As desigualdades sociais, na toada das desigualdades sócio-espaciais, têm sido agravadas pelos sistemas de ensino. Os filhos de ricos (classe dominante) terão mais oportunidades educacionais do que filhos de pobre (classe vulnerável), contradizendo, desta forma, que a escola é um espaço igualitário. De posse das referidas considerações sobre o espaço físico das escolas em foco, podemos destacar a existência de uma diferenciação sócio-espacial, intra-escolar e peri-escolar em termos de equipamentos rurais e urbanos que as circunscrevem. A escola se mostra permeável por essa contradição no tipo de distribuição e de acumulação dos agentes e ativos do capital. Neste ponto, não estamos perdendo de vista que há uma diferenciação constitutiva dos espaços, sobretudo do modo como eles são produzidos e regulados. A nossa questão recai, com mais ênfase no fato de que essa diferenciação resvala em uma desigualdade sócio-espacial, implicando, mormente, em uma desigualdade das oportunidades educacionais.

Seguimos com as nossas incursões teórico-analíticas, perquirindo o nosso interesse em problematizar o contexto sócio-espacial das escolas foco deste trabalho, não perdendo de vista a correlação com os indicadores educacionais particularizados na dissertação.

4.1.2 Dos equipamentos

O contexto social, político e cultural que temos em nosso município nos mostra uma crescente desigualdade educacional, como temos analisado neste capítulo.

A garantia de uma educação integral exige das diferentes esferas governamentais projeto pedagógico diferenciado, formação dos profissionais da educação e infraestrutura adequada. A participação de todos (rede de ensino, escola, professores, alunos e comunidade) contribui para ampliar as oportunidades educacionais e os espaços de formação.

A meta 3 do PNE propõe constituir, em colaboração com a União, com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, indicadores de avaliação institucional com base no perfil dos alunos e dos profissionais da educação, bem como nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, no perfil da gestão, dentre outras dimensões, levando-se em consideração as modalidades de ensino.

A seguir, mobilizamos dados sobre os equipamentos disponíveis nas escolas enfocadas em nosso trabalho de análise.

Quadro 11: Equipamentos disponíveis

Ord	Zona	Rede	Escola	Localização	Equipamentos
01	Rural	Mul.	Esc. Mul. PA Maringá	PA Maringá	- 01 computador de mesa - 01 aparelho de DVD - 01 TV - Carteiras escolares - Mesa
02	Rural	Est.	Esc. Est. Atanázio de Moura Seixas	Povoado Macaúba	- 01 computador de mesa - 01 aparelho de DVD - 01 TV - Carteiras escolares - Mesas - 01 Parabólica - 01 Impressora - 01 Copiadora
03	Urbana	Mul.	Esc. Mul. Nair Duarte	Centro	- Computadores de mesa - 01 aparelho de DVD - 01 TV - Carteiras escolares - Mesas - 01 Parabólica - Impressoras - 01 Copiadora - Material Pedagógico diversos;

04	Urbana	Est.	Esc. Est. Osvlado Franco	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Computadores de mesa - 01 TV - Carteiras escolares - Mesas - 01 Parabólica - Impressoras - Copiadora - Material Pedagógico diversos; - Retroprojeto/projeto - Ar-condicionado para todas as salas de aula (não instalado)
----	--------	------	--------------------------	--------	--

¹ Escola Mul. PA Maringá; ² Escola Est. Atanázio de Moura Seixas; ³ Escola Mul. Professora Nair Duarte; ⁴ Esc. Estadual Osvlado Franco

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Conforme abordamos no capítulo teórico desta dissertação, Harvey (2006) teoriza que não existe uma análise geográfica e que não há transformações dela existentes satisfatórias. O autor expõe que o objetivo dos estudos realizados foi o de compreender como funciona a dinâmica espacial do sistema capitalista e sua relação com o contexto social contemporâneo. Há uma diferenciação sócio-espacial, implicada pela dinâmica das relações espaço-temporais. Contudo, estamos interessados em pensar se essa diferenciação constitutiva da formação entre os espaços acaba produzindo uma desigualdade sócio-espacial, tendo o contexto das escolas como observatório.

Há um discurso de “*Escola para todos*”. A escola é uma instituição de reprodução social, é por meio dela que os sujeitos constroem determinados conhecimentos que a sociedade julga ser importante. O tipo de equipamento acessível a parte da população, como por exemplo: casa, família, trabalho, bairro onde residem, acesso a meios de comunicação, acesso à internet, dentre outros, interfere no modo que estes sujeitos aprendem na escola. O próprio sistema reproduz a desigualdade social. Nesse sentido, os sujeitos que chegam à escola com acesso a determinados tipos de equipamentos podem compreender melhor os conteúdos propostos. Aqueles que não têm acesso à livros, à internet, à moradia, dentre outros, podem ter a diferenciação sócio-espacial resvalando e perpetuando, estruturalmente, a desigualdade sócio-espacial. Por conta disso, há na escola um ciclo de reprodução das desigualdades sociais.

Na toada de formulação de nossas considerações analíticas, consideramos, a seguir, a questão dos serviços ofertados no âmbito das instituições escolares em foco neste capítulo.

4.1.3 Dos Serviços (alimentação escolar, abastecimento de água, a energia elétrica, esgoto, coleta do lixo (destinação), conservação do prédio, internet, transporte escolar, recursos financeiros)

Com base nas teorizações de Harvey (2006), é importante pensarmos políticas aplicadas às infraestruturas ou a uma economia política geográfica das infraestruturas. Essa discussão nos remete às teorias do desenvolvimento, que busca mediar um debate entre infraestrutura e território. As formulações de Harvey (2006) postulam não somente uma base estrutural que visasse aos lucros; perspectiva-se uma infraestrutura que tivesse como objetivo o bem estar social.

Nesse contexto, a seguir, por meio do quadro 12, apresentamos dados sobre a infraestrutura: serviços das escolas enfocadas na pesquisa.

Quadro 12: Serviços disponibilizados nas escolas

Ord	Zona	Rede	Escola	Localização	Serviços
01	Rural	Mul.	Esc. Mul. PA Maringá	PA Maringá	<ul style="list-style-type: none"> - abastecimento de água (poço artesiano); - energia elétrica; - esgoto (fossa); - coleta do lixo (queimado); - internet; - manutenção dos equipamentos pedagógicos; - transporte escolar; - PDDE; - PNAE, dentre outros.
02	Rural	Est.	Esc. Est. Atanázio de Moura Seixas	Povoado Macaúba	<ul style="list-style-type: none"> - abastecimento de água (rede pública); - energia elétrica (rede pública); - esgoto (fossa); - coleta do lixo (queimado); - conservação do prédio; - internet; - manutenção dos equipamentos pedagógicos; - transporte escolar; - PDDE; - Gestão Compartilhada; - PNAE, dentre outros.
03	Urbana	Mul.	Esc. Mul. Nair Duarte	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - abastecimento de água (rede pública);

					<ul style="list-style-type: none"> - energia elétrica (rede pública); - esgoto (fossa); - coleta do lixo (queimado); - conservação do prédio; - internet; - manutenção dos equipamentos pedagógicos; - transporte escolar; - PDDE; - Gestão Compartilhada; - PNAE, dentre outros.
04	Urbana	Est.	Esc. Est. Osvaldo Franco	Centro	<ul style="list-style-type: none"> - abastecimento de água (rede pública); - energia elétrica (rede pública); - esgoto (fossa); - coleta do lixo (queimado); - conservação do prédio; - internet; - manutenção dos equipamentos pedagógicos; - transporte escolar; - PDDE; - Gestão Compartilhada; - PNAE, dentre outros. - Assinatura de periódicos;

¹ Escola Mul. PA Maringá; ² Escola Est. Atanázio de Moura Seixas; ³ Escola Mul. Professora Nair Duarte; ⁴ Esc. Estadual Osvaldo Franco

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Todas as escolas objeto deste trabalho, rede municipal e rede estadual, possuem associação de apoio, composta por funcionários e por pais dos alunos. Os recursos recebidos, por meio de repasses do FNDE, são creditados em contas específicas de suas respectivas associações de apoio. No entanto, a rede municipal não gerencia seus recursos, mesmo possuindo unidade executora própria. Em relação ao Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da rede municipal, os recursos financeiros são gerenciados pela Prefeitura Municipal de Araguatins e, posteriormente, os alimentos adquiridos são distribuídos entre as escolas da rede. De acordo com dados do departamento de merenda escolar da SEMEC, é realizada uma pesquisa (teste de aceitabilidade) com os alunos sobre o cardápio. Contudo, as escolhas dos alunos não são levadas em consideração por escola. Estas escolhas são unificadas a todas as escolas.

No atual cenário pandêmico, todas as escolas da rede municipal e rede estadual,

além dos recursos do PDDE, receberam, em 2020, recursos do PDDE Emergencial e PDDE Educação Conectada.

No que concerne à manutenção das escolas em relação a despesas de custeio⁵ e de capital⁶, as escolas da rede municipal se organizam com recursos oriundos do PDDE Educação Básica. Porém, de acordo com a SEMEC do município, sempre que as escolas precisam de material de expediente e de limpeza para manutenção da escola, elas devem solicitar por meio de ofício, para que possa ser analisado a viabilidade de envio dos materiais solicitados.

Os recursos recebidos para Atendimento Educacional Especializado (AEE) do FNDE têm como diretrizes nacionais a proposição de melhorias pedagógicas e de infraestrutura da escola, além de possibilitar às UEx's planejarem tanto financeiramente quanto administrativa e pedagogicamente a aplicação dos recursos recebidos.

Todas as associações de apoio à escola da rede estadual recebem recursos do governo federal por meio dos seguintes programas: *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Ações Agregadas* e Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Gestão Compartilhada, contrapartida do estado. No atual cenário pandêmico, todas as escolas da rede estadual e rede municipal, além dos recursos do PDDE Educação Básica, receberam, em 2020, recursos do PDDE Emergencial e do PDDE Educação Conectada.

Além destes, o FNDE transfere diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em dez parcelas anuais, de fevereiro a novembro, recursos financeiros do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) destinados ao transporte de alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que utilizam o transporte escolar. Em relação à rede municipal, os recursos oriundos do PNAE, recursos repassados pelo FNDE são gerenciados pela Gerência de Execução Orçamentária e Financeira, departamento específico na Prefeitura Municipal para execução e prestação de contas dos recursos recebidos. A rede estadual, recebe os recursos federais direto em conta específica da associação de apoio de cada unidade executora.

Em diálogo por meio de *whatsapp*, a gestora escolar da Escola Municipal PA Maringá nos informou que a associação de apoio à escola possui cadastro no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS, com o objetivo de

⁵ São as despesas correntes. São aqueles aplicados nas despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens.

⁶ São os investimentos. São recursos aplicados no patrimônio, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

adquirir, por meio do órgão, alimentos da agricultura familiar para complementar ou mesmo ofertar (quando falta) merenda escolar para as crianças.

Os dados do censo escolar/Inep da Escola Municipal PA Maringá, projeto de assentamento, mostram-nos que apenas 15% dos alunos têm acesso à internet em casa, e 36% possuem um local específico para realizar suas atividades escolares. Além desses fatores, 38% dos alunos regularmente matriculados utilizam mais de 2h para o lazer, e 15% não utiliza seu tempo para o lazer.

Na Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas, povoado Macaúba, 57% dos alunos possuem acesso à internet; 60%, local específico para estudar; 52% utilizam mais de 2h do seu tempo para o lazer e 10% não utilizam seu tempo para atividades de lazer.

A Escola Municipal Professora Nair Duarte, no período pandêmico, constituiu o Comitê de Combate a Covid-19, com objetivo de pensar ações pedagógicas de atendimento aos alunos. Os dados nos mostram que 39% dos alunos possuem acesso à internet em casa; 53% possuem local específico para realização das atividades escolares; 28% utilizam mais de 2h para o lazer e 19% informaram não ter tempo para o lazer.

Em relação à Escola Estadual Osvaldo Franco, centro da cidade, 41% dos alunos possuem acesso à internet; 56%, lugar específico para realizar as atividades escolares; 39% gastam mais de 2h diárias para o lazer e 14% não usam seu tempo livre para lazer.

Na média geral, de acordo com os dados apresentados no questionário – Saeb respondido pelos alunos, os alunos regularmente matriculados nas escolas localizadas no centro da cidade, 40% possuem acesso à internet em casa, em contrapartida, nas escolas objeto deste trabalho, distantes da cidade, apenas 36% dos alunos possuem acesso à internet em casa. No que concerne ao local adequado para realização das atividades escolares, na média geral, os alunos regularmente matriculados em escolas localizadas em projeto de assentamento e zona rural, corresponde a 48%, enquanto que, alunos matriculados nas escolas objeto da pesquisa, localizadas no centro da cidade, corresponde a 54,5%.

O desenvolvimento regional desigual capitalista exige suportes físicos e meios de circulação de bens material e imaterial em determinadas partes do território. A desigualdade geográfica na distribuição de recursos financeiros, de bens materiais e/ou imateriais nas escolas, sejam elas localizadas em projetos de assentamentos, na zona rural ou na zona urbana, marcam as trajetórias e os resultados educacionais dos alunos, conforme mostraremos ainda neste capítulo. Nesse sentido, é marcado pelo acesso desigual a escolas de qualidade.

4.2 Trajetória geográfica dos alunos das escolas enfocadas participantes do Ideb

Para Harvey (1989), na análise sobre a segregação espacial, o autor pondera que a distância influencia no valor do imóvel. Este fato, de acordo com o autor, não está relacionado com a infraestrutura e, sim, com o tempo de deslocamento até o centro, por exemplo. Os lugares que apresentam serviços de qualidade e ausência de violência, para citarmos alguns aspectos, são habitados pelos ricos. Em contrapartida, os lugares mais afastados do centro, em que os índices de violência, geralmente, são altos, são habitados pelos mais vulneráveis, aqueles que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Ao longo da história, a cidade de Araguatins vem sendo palco de movimentos e de permanências impostas por interesses econômicos. As mudanças impostas, por diferentes agentes e processos, no espaço urbano e rural, são marcadas no município pelos impactos de lutas sociais em busca ao direito de moradia, ao saneamento básico, à educação, ao lazer, dentre outros.

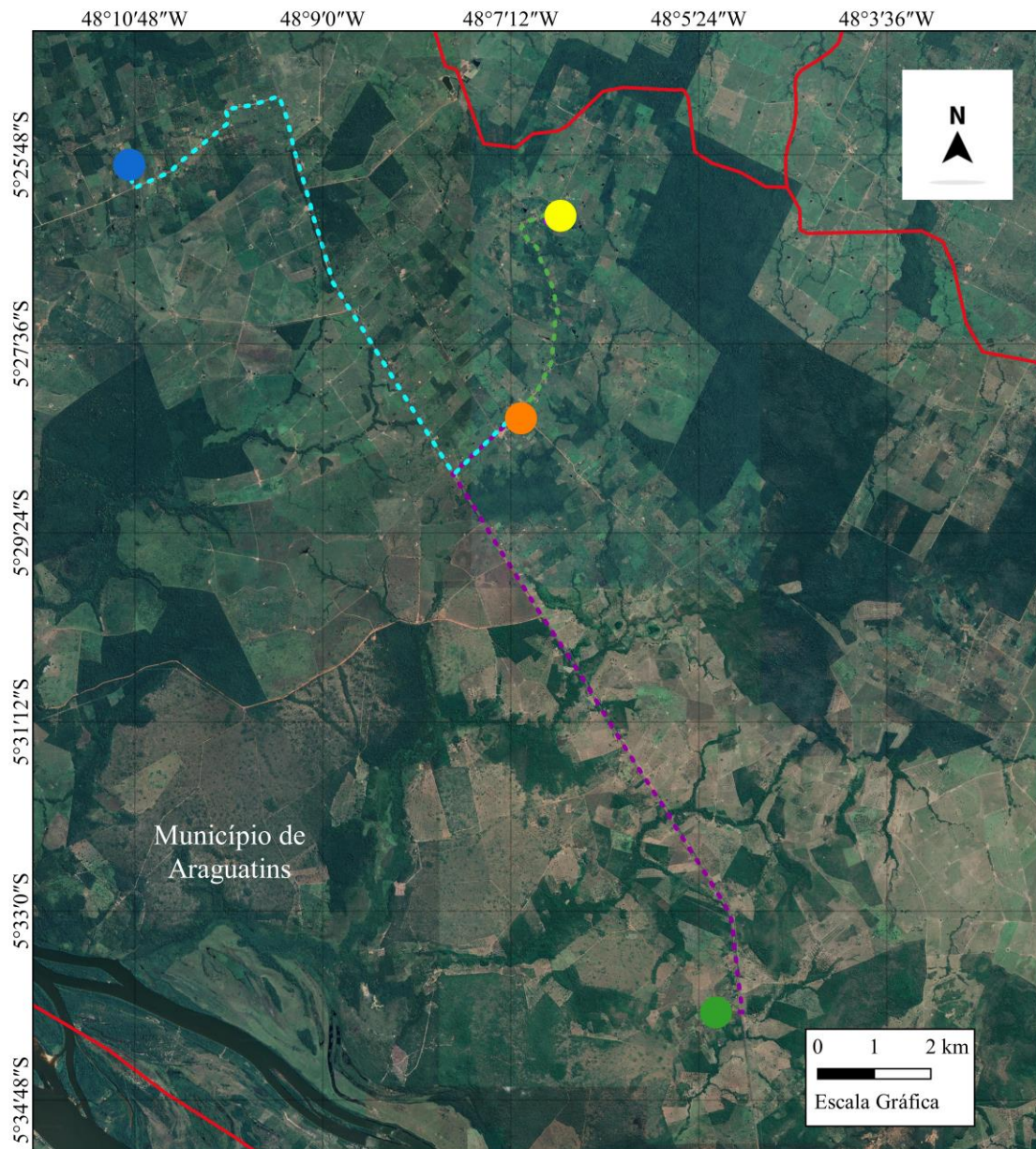
Para que compreendamos a relação espaço e educação, buscamos analisar como o contexto sócio-espacial reflete nos indicadores educacionais, tendo em vista o percurso geográfico feito pelos alunos até chegarem à escola.

No contexto educacional do município de Araguatins, em relação ao deslocamento geográfico dos alunos até a unidade de ensino, na rede estadual, podemos destacar que este está atrelado ao endereço informado pelo aluno junto ao SGE da SEDUC. No que se refere à rede municipal, as matrículas se dão por meio de vagas ofertadas, independe da localidade em que residem. Por muitas vezes, de acordo com a SEMEC, o vínculo do aluno com a unidade escolar mais próxima de casa é possível, tendo em vista o número de vagas ofertadas. Um outro fator determinante para que o aluno da rede municipal escolha por uma escola mais distante de casa se dá pela estrutura física da escola.

Harvey (2006), a respeito da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, permite-nos compreender como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios. Nesse sentido, à luz das teorizações de Harvey (2006), buscamos compreender como as diferentes formas de capital, implicando relações espaço-temporal dos alunos com a escola, interferem na diferenciação sócio-espacial e, dada a realidade dos contextos das escolas, podem produzir desigualdades sócio-espacial.

A seguir, apresentamos os mapas com a espacialização do deslocamento geográfico que os alunos precisam percorrer até chegar à escola onde estudam.

Figura 27: Mapa com deslocamento dos alunos da Escola Mul. PA Maringá

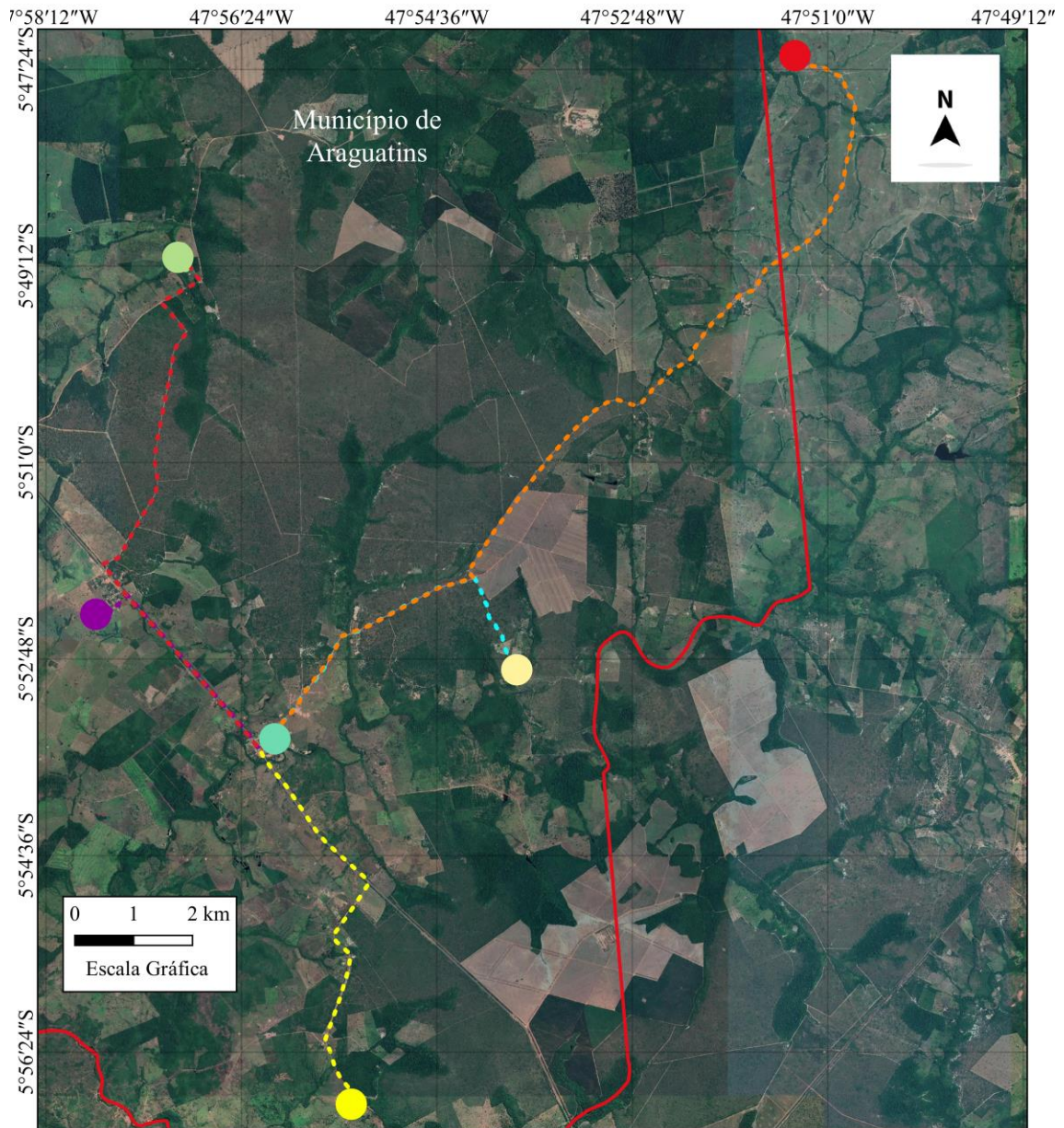


LEGENDA	
	Limites Municipais
	Esc. Mul. PA Maringá
	PA Indiana
	PA Multirão
	PA Palmares
	Rota para Escola
	12,6 km
	12,7 km
	4,23 km

Fonte: SEPLAN-TO (2012);(IBGE-2010);Projeção/
 DATUM: Geografica/SIRGAS 2000; Elaboração
 Gráfica: FRANÇA, Andison (02/22)

Na Escola Municipal PA Maringá, os dados do censo escolar/Inep (2020) apontam que 21% dos alunos se deslocam até a escola a pé; 64% utilizam o transporte escolar; e 14% utilizam outros meios. Destes, 46% dos alunos gastam menos de 30min até a escola, 38% dos alunos gastam de 30min a 1h para chegarem à escola; e que 15% dos alunos gastam mais de 1h. Em relação aos alunos que utilizam o transporte escolar, a escola recebe alunos oriundos de outros 03 projetos de assentamentos: PA Palmares, distante 5 km; PA Multirão e PA Indiana, distantes 15 km da escola. O transporte escolar oportuniza a realização do percurso nos turnos matutino e vespertino. Mesmo não sendo objeto do nosso estudo, é importante ressaltar que as crianças que estudam na escola no turno matutino, na Educação Infantil (4 e 5 anos) e nas demais modalidades de ensino ofertada pela escola, acordam por volta de 5h da manhã para terem acesso ao transporte escolar e conseguirem chegar em tempo hábil à escola. As crianças viajam somente com o motorista, não há acompanhamento de um funcionário da escola ou da prefeitura. Quanto aos alunos do Ensino Médio, estes se deslocam até a cidade de Araguatins para dar continuidade aos estudos. Os servidores do departamento de transportes e das próprias escolas não souberam informar o quantitativo de alunos que utilizam o transporte escolar para a cidade.

Figura 28: Mapa com deslocamento dos alunos da Escola Est. Atanázio de Moura Seixas (zona rural)

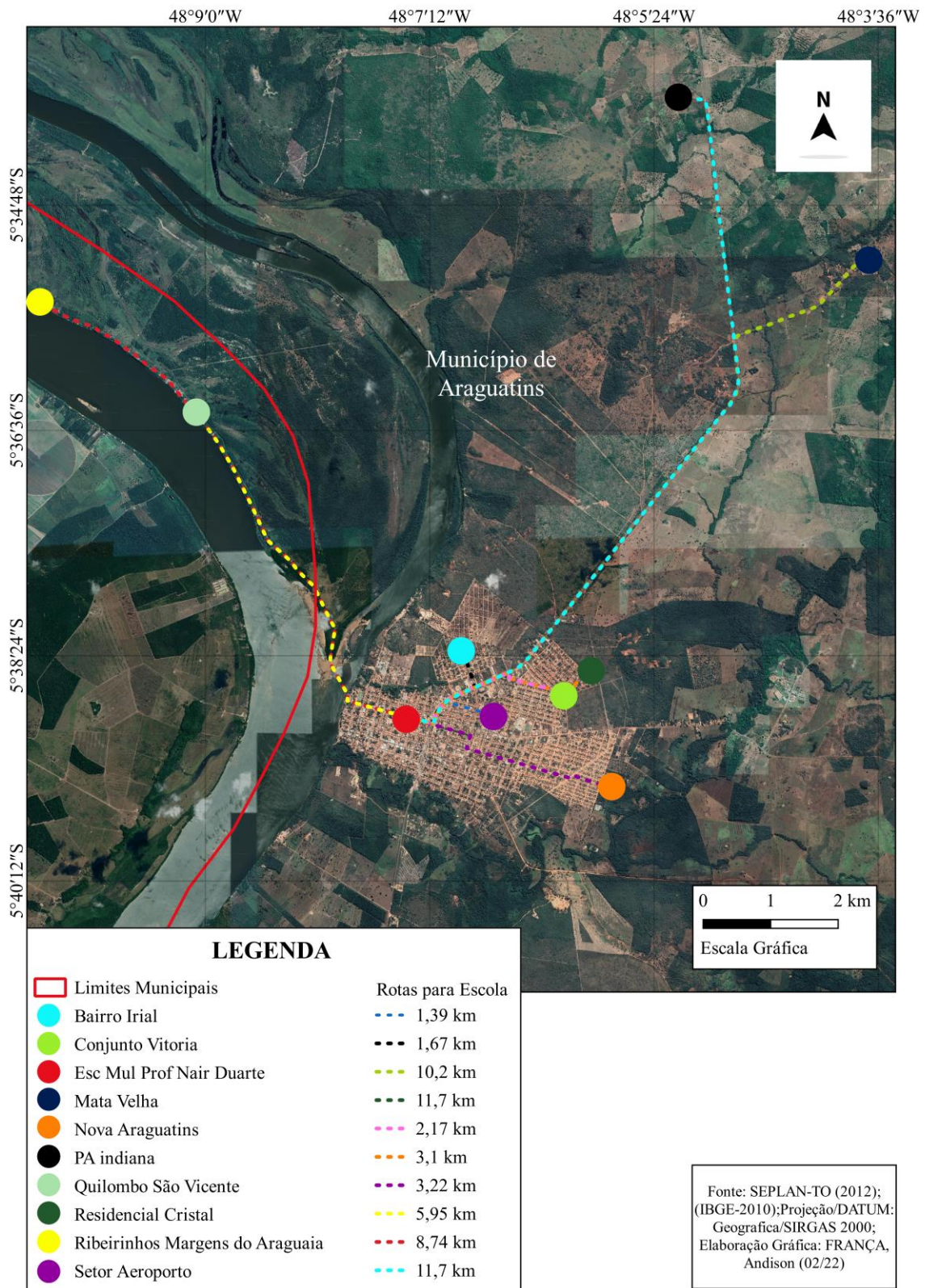


LEGENDA	
	Limites Municipais
	Água Branca
	Canto de Areia
	Esc Est Atanázio de Moura Seixas
	Fazenda Benone
	Novo Sítio
	Prata
	Rota para Escola 10,6 km
	16,9 km
	4,3 km
	6,16 km
	7,46 km

Fonte: SEPLAN-TO (2012);
 (IBGE-2010);Projeção/DATUM:
 Geografica/SIRGAS 2000;
 Elaboração Gráfica: FRANÇA,
 Andison (02/22)

Dos alunos da Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas, 76% fazem o percurso a pé até a escola; 5% percorrem de bicicleta; 5%, de carro e 14% utilizam o transporte escolar. Destes, 86% dos alunos gastam menos de 30min até a escola, 5% gastam de 30min a 1h e 10% dos alunos gastam mais de 1h para chegarem até a escola. Há alunos que esperam às margens da Rodovia Transamazônica e que se deslocam a pé ou de bicicleta, pois o transporte escolar não passa nos locais onde eles residem. Os funcionários da escola não souberam informar a quantidade exata de alunos que utilizam o transporte escolar por localidade nem os horários em que saem de suas residências.

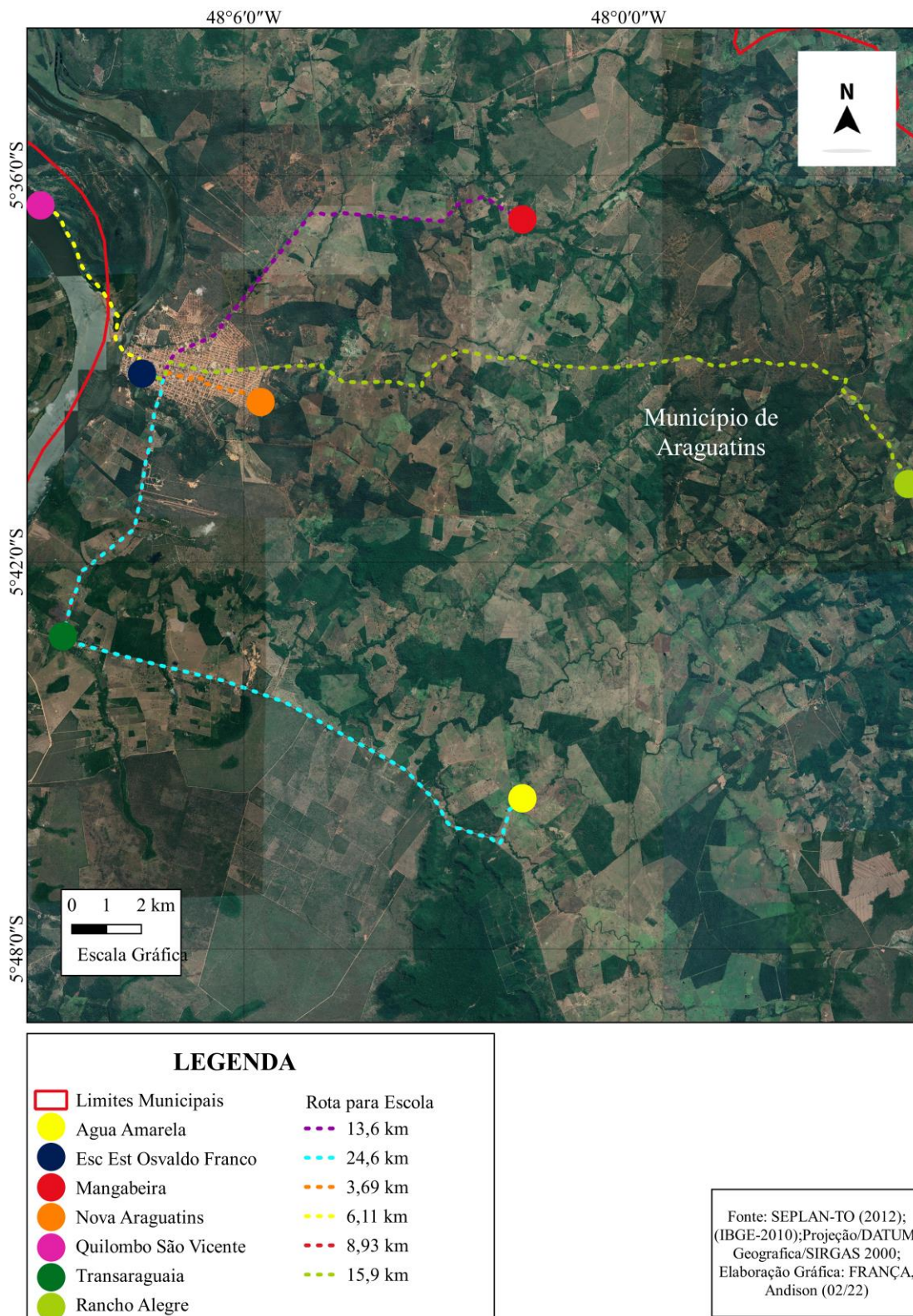
Figura 29: Mapa com deslocamento dos alunos da Escola Mul. Professora Nair Duarte



Em relação aos alunos que utilizam o transporte escolar, a Escola Municipal Professora Nair Duarte e a SEMEC não disponibilizaram dados específicos, no entanto

informaram que são alunos da Nova Araguatins (todos os bairros e/ou aglomerados populacionais que residem na cidade), região central e projetos de assentamento. No censo escolar/QEdu (2020), consta que, 33% dos alunos chegam à escola a pé, 38% utilizam transporte escolar, 1% utiliza barco e caminha cerca de 1km até a escola, 19% utilizam bicicleta, 6% se locomovem de carro e 5%, outros meios de transporte. Destes, 69% gastam menos de 30min até chegarem a escola; 20% gastam de 30min a 1h e; 11% gastam mais de 1h até a escola.

Figura 30: Mapa com deslocamento dos alunos da Escola Est. Osvaldo Franco



Na Escola Estadual Osvaldo Franco, 50% dos alunos vão a pé para escola, 19% utilizam transporte escolar, 21% utilizam bicicleta, 8% utilizam carro e 1% vai na lancha

escolar até às margens do rio Araguaia e, posteriormente, caminham cerca de 1km até a escola. Nesse contexto, 75% dos alunos gastam menos de 30min até a escola, 16% entre 30min e 1h e 9% gastam mais de 1h para chegarem até a escola.

O que percebemos, no município de Araguaia, é que as escolas localizadas em assentamentos ou na zona rural, por exemplo, não possuem uma estrutura de transporte que atenda a todos os alunos de forma eficaz. Isso porque muitos alunos percorrem quilômetros a pé, de bicicleta ou mesmo de animal para chegarem até onde conseguem ter acesso ao transporte escolar. Em média, conforme os dados apresentados, nas escolas localizadas no projeto de assentamento e na zona rural, 47% dos alunos gastam de 30min a 1h até chegarem à escola enquanto que, nas escolas da zona urbana, 17% dos alunos gastam esse tempo até a escola. Nesse sentido, percebemos uma ineficiência por parte do poder público em atender as demandas dessas populações.

A seguir, mobilizamos um vídeo do percurso percorrido pelos alunos que residem na ilha São Vicente, P.A Indiana, P.A Palmares e P.A Maringá até a escola que estão regularmente matriculados. Acesso: https://youtu.be/_zS69Xs3Y5s.

De posse dos referidos dados, de modo pontual, podemos retomar a perspectiva de que as diferenciações sócio-espaciais das escolas acabam por produzir as desigualdades sócio-espaciais, pois, conforme destacamos anteriormente, aquelas fazem trabalhar as diferenciações como um aspecto negativo. Dito de outro modo, podemos ressaltar que as nuances dessas diferenciações, numa sobreposição com as referidas desigualdades, deixam entrever uma rarefação da relação dos alunos com a escola. Mais adiante, na análise temática dos indicadores educacionais, essa consideração será melhor explorada.

A seguir, mobilizaremos dados do número de matriculados nas escolas pesquisadas.

Tabela 6: Número de matrículas x ano das escolas enfocadas

Escola	Rede/Zona	Turmas Ideb	2011	2013	2015	2017	2019
Mul. PA Maringá	Mul./Rural	5º ano	26	25	23	19	15
		9º ano	29	19	15	12	14
Est. Atanázio de Moura Seixas	Est./Rural	5º ano	0	12	16	0	0
		9º ano	12	16	13	32	22
Mul. Professora Nair	Mul./Urbana	5º ano	81	82	105	111	162
		9º ano	52	50	0	0	0
Est. Osvaldo Franco	Est./Urbana	9º ano	153	103	166	116	80

Fonte: elaborado pela autora (2021)

De acordo com os dados observados, percebemos que o quantitativo no número de alunos que estudam na zona rural vem regredindo no decorrer dos anos, tanto nos anos iniciais como nos anos finais. Em relação à Escola Municipal Professora Nair Duarte, observamos um aumento gradativo no número de matrículas nos anos iniciais; tal fato pode estar relacionado à perspectiva de que essa escola, mesmo estando localizada na parte central da cidade, daquelas particularizada, neste trabalho, é a que está localizada mais próxima dos bairros e/ou dos aglomerados mais distantes do centro urbano.

Em relação à Escola Estadual Osvaldo Franco, podemos salientar que, a partir de 2015, o número de matrículas vem regredindo. Vale enfatizar que tal dado, pode estar diretamente relacionado ao fato de a escola está localizada mais afastada dos bairros e/ou dos aglomerados populacionais. No entorno da escola, na última década, formou-se o centro comercial da cidade, onde estão localizadas, também, as agências bancárias e os órgãos públicos.

De acordo com dados do IBGE, em 1970, de um total de 12.522 habitantes residentes em Araguatins, 6.721 eram imigrantes, ou seja, 53% de pessoas do município eram advindas do fluxo migratório. Na década de 80, a taxa imigratória caiu para 24%. Nesse contexto, ocorreu, também, a expulsão da população do campo (zona rural) para as cidades em busca de melhores oportunidades educacionais e de trabalho. No entanto, a falta de planejamento dessa saída de parte da população para a cidade e a ausência de políticas públicas trouxeram consequências que atingiram as populações mais vulneráveis, que, muitas vezes, ficaram condicionadas ao assistencialismo governamental.

De acordo com Azevedo (2003), existem três tipos de políticas públicas: as redistributivas, as distributivas e as regulatórias. Podemos exemplificar como políticas públicas redistributivas: programas de bolsa família, bolsa estudantil, cesta básica, isenção de taxas de energia, dentre outros. A segunda se refere às políticas públicas distributivas, implicando as ações governamentais cotidianas; são exemplos, os reparos em uma escola, a implementação de projetos educacionais, dentre outros. O terceiro se refere às políticas públicas regulatórias, estas, estão relacionadas à elaboração das leis que autorizarão os governos a executarem ou não determinadas políticas pública redistributiva ou distributiva.

As políticas educacionais contemporâneas, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), decenal (2014-2024), perpassam pela disseminação de resultados quantitativos para mensurar a qualidade do ensino no país. Para pensarmos acerca das

políticas educacionais, é necessário que compreendamos os conflitos vivenciados nas escolas públicas. Entendemos por políticas públicas educacionais aquelas que regulamentam e que orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar.

Por políticas públicas, na esteira da Constituição Federal (1988), entendemos ser um conjunto de decisões governamentais. Estas decisões estão relacionadas à implantação de programas, de planos, de ações ou de projetos de forma que garanta os direitos estabelecidos aos sujeitos. Em consonância com a CF, dentre os direitos garantidos, todo sujeito tem direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, dentre outros.

Harvey (2014) teoriza que os aspectos geográficos influenciam diretamente nos valores monetários que a pessoa pode alcançar; influenciam, ainda, no local onde residem em detrimento aos espaços de produção e de consumo. Nesse contexto, a condição sócio-espacial pode produzir e intensificar o processo de segregação nas cidades. Baseado na compreensão de Castells, Harvey (2014) discute a cidade como um local institucionalizado, marcado pelas diferenças sociais, políticas e econômicas. Este tripé marca um desenvolvimento desigual capitalista.

4.3 Indicadores educacionais das escolas enfocadas participantes do Ideb

O Inep, por meio da aplicação das provas do Saeb, tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino ofertado a partir de testes padronizados e de questionários socioeconômicos. Estes resultados são utilizados pelo Ideb. A partir destes diagnósticos, o Ministério da Educação (MEC) consegue estabelecer metas, a serem atingidas até 2021 para cada unidade escolar e para cada rede de ensino.

O ensino básico no Brasil, de acordo a LDB, é composta pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio, modalidade regular, e pela Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com intenção de garantir uma educação de qualidade, o governo federal, em 2007, lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o intuito de definir políticas de fortalecimento para educação básica dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. O plano tem como objetivo atingir metas pautadas na formação de professores, no piso salarial nacional dos professores e em novos instrumentos de financiamento para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação – FUNDEB, avaliação e responsabilização das escolas e demais agentes públicos.

Implantado em 2007, o Ideb foi criado pelo Inep, e reúne, em um único indicador, os resultados obtidos por meio de dados coletados a partir de índices obtidos no Censo Escolar (taxa de rendimento escolar - aprovação) e nas médias de desempenho nas avaliações do Saeb, nos componentes curriculares de Português e de Matemática.

Aplicado a cada dois anos, cada escola e rede de ensino tem sua projeção, de forma individual, a ser alcançada de 6,0 (seis) pontos até 2022. O índice varia de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Do ponto de vista do discurso oficial e do discurso escolar, o Ideb é considerado o diagnóstico mais eficaz para avaliar o desempenho escolar dos alunos por escola; tem como objetivo traçar o perfil individual das escolas, subsidiar na elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria do ensino e para a distribuição de recursos federais para as escolas.

O Saeb foi o primeiro sistema de avaliação a possibilitar uma análise em larga escala da educação brasileira, com o objetivo de promover uma educação de qualidade, de forma universalizada e indicando a necessidade de melhoria do ensino.

Após dez anos de existência, o Ideb nos permite fazer um diagnóstico da situação das redes de ensino e das escolas públicas do município de Araguatins, não perdendo de vista as críticas passíveis de serem construídas sobre o Ideb. A CF/88 dispõe que a educação é direito de todos. Partindo dessa prerrogativa e como forma de garantir o ensino público a todos, o governo federal destina recursos financeiros para manutenção das escolas em todas as modalidades de ensino. Esses recursos são oriundos de impostos e arrecadações e devem ser aplicados de acordo com que preconiza a CF/88, art. 212. Os estados, o Distrito Federal e os municípios devem destinar pelos menos 25% dos recursos arrecadados na educação, já a união, compete destinar pelo menos 18% dos recursos recebidos dos impostos e arrecadações. Em termos de recursos recebidos pelas escolas, o PDDE, é repassado diretamente as escolas com o intuito de que a comunidade escolar (gestores, pais e alunos) tenham autonomia para aplicar os recursos recebidos com o objetivo de desenvolver o ensino e melhorar o processo ensino aprendizagem.

Contudo, em termos de política educacional brasileira, o Ideb passa a ser um dos indicadores importantes, justamente, pelo efeito de unidade que ele faz operar sobre o discurso do sucesso e do insucesso dos alunos na escola.

A partir de dados do Ideb, buscamos analisar o desempenho dos alunos de Araguatins, nos últimos dez anos, considerando as (im)possibilidades engendradas pela

metodologia do Ideb, bem como os próprios dados obtidos nos órgãos responsáveis pelas escolas municipais e estaduais do referido município. Houve, ainda, a geração de dados a partir de visitas às escolas. Nesse sentido, mostraremos os principais resultados do indicador nos níveis municipal e estadual das escolas enfocadas.

A seguir apresentaremos dados coletados em relação as escolas objeto da pesquisa, no que diz respeito ao aprendizado e fluxo escolar. Os dados foram extraídos do *site* do censo escolar/Inep.

Tabela 7: Taxa de aprendizado e aprovação das escolas enfocadas

Escola	Rede/ Zona	Turmas Ideb	2011		2013		2015		2017		2019	
			*1	*2	*1	*2	*1	*2	*1	*2	*1	*2
Mul. PA Maringá	Mul./ Rural	5º ano	3,84	0,82	4,6	0,95	4,45	0,84	5,24	0,93	5,19	0,85
		9º ano	3,68	0,71	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Est. Atanázio de Moura Seixas	Est./ Rural	5º ano	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
		9º ano	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	4,6	0,81	4,31	0,83
Mul. Prof. Nair	Mul. /Urbana	5º ano	4,92	0,83	4,63	0,92	4,81	0,84	5,83	0,91	5,84	0,94
		9º ano	4,54	0,84	4,67	0,77	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Est. Osvaldo Franco	Est./ Urbana	9º ano	4,71	0,82	4,79	0,81	4,99	0,72	4,95	0,92	5,03	0,94

*1-Aprendizado; *2-Aprovação; s/d – sem dados

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Os dados nos mostram que a Escola Municipal Professora Nair Duarte, localizada na região central da cidade, possui melhor desempenho, no 5º ano, das escolas pesquisadas na média de desempenho (aprendizagem das provas Brasil e Saeb). A escola possui uma média geral de 5,2, enquanto a Escola Municipal PA Maringá, possui uma média geral de 4,6. No 9º ano (anos finais), de acordo com dados disponibilizados a escola de melhor desempenho, é a Escola Estadual Osvaldo Franco, também localizada na região central da cidade, média 4,89.

Das escolas pesquisadas, conforme podemos observar nos dados da tabela 6, a média de desempenho no Saeb da escola Municipal PA Maringá é a que mais oscila. A escola regride no ano de 2015, comparado aos anos 2011 e 2013. Em 2017, a escola cresce na média das avaliações, no entanto, regride em 2019. Assim, como na aprendizagem, a taxa de aprovação da escola é inconstante. O Inep não disponibiliza dados referentes aos anos de 2011 a 2019 do Ideb no 5º ano da Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas e dos anos 2011 a 2015, do 9º ano.

Quanto ao fluxo escolar (taxa de aprovação), a escola de melhor taxa de aprovação é a Escola Municipal Professora Nair Duarte, zona urbana, com 88% de aprovação seguido da Escola Municipal PA Maringá, com taxa de 87%. Levando-se em consideração os dados disponibilizados referentes aos anos finais, a escola de melhor desempenho é a Escola Estadual Osvaldo Franco, zona urbana, 84% de aprovação.

Não há dados quanto ao desempenho e fluxo escolar do ano letivo de 2021 nas bases do censo escolar/Inep para consulta pública, conforme consulta realizada em 06 de fevereiro de 2022.

Tabela 8: Taxa de reprovação (%) e evasão escolar (%) das escolas enfocadas

Escola	Rede/ Zona	Turmas Ideb	2011		2013		2015		2017		2019	
			*1	*2	*1	*2	*1	*2	*1	*2	*1	*2
Mul. PA Maringá	Mul./ Rural	5º ano	10,7	0	10,7	0	8,7	0	0	0	0	0
		9º ano	15,4	4	-	-	-	-	22,2	0	7,7	0
Est. Atanázio de Moura Seixas	Est./ Rural	5º ano										
		9º ano	-	-	-	-	-	-	9,4	9	13	0
Mul. Prof. Nair	Mul. /Urbana	5º ano	16,7	0	17,1	0	22,3	0	9,6	0	8	0
		9º ano	18,2	0	17	0	-	-	-	-	-	-
Est. Osvaldo Franco	Est./ Urbana	9º ano	15,4	2	12	0	12,9	0	0	2,7	1	0

*1- reprovação; *2- evasão escolar; s/d – sem dados

Fonte: elaborado pela autora (2021)

Na Escola Municipal “PA Maringá”, em 2011 e 2013, no 5º ano, houve 10,7% de reprovação, 9,7% e em 2015, 8,7% dos alunos foram reprovados. No 9º ano, em 2011, 15,4% dos alunos reprovaram e 4% evadiram. Já em 2017, 22,2% dos alunos reprovaram e em 2019, 7,7% de reprovação. Não há dados disponíveis referente aos anos de 2015 e 2017 no sistema do censo escolar/QEdu. Diante dos dados apresentados, pode-se observar altos índices de reprovação.

Na Escola Estadual Atanázio de Mouras Seixas, zona rural, de acordo com os dados disponibilizados, em 2019, é a escola com maior índice de evasão (9%) em comparação com os demais anos de Ideb e demais escolas.

A Escola Municipal Professora Nair Duarte é a escola com maior índice de reprovação no período de 2011 a 2015 e no ano de 2019. Vale ressaltar que essa escola, localizada na região central da cidade, recebe alunos dos bairros/setores/aglomerados

populacionais distantes da região central da cidade, de projetos de assentamento e da Ilha de São Vicente (Quilombo).

No que tange à Escola Estadual Osvaldo Franco, em 2011, podemos observar que o índice de reprovação é de 15,4% e de evasão é 2%. Em 2013, a taxa de reprovação é de 12% e 0% de evasão. Em 2015, houve um aumento na taxa de reprovação. Em 2017, não houve reprovação e a evasão foi de 2,7%. Em 2019, taxa de reprovação de 1% e 0% de evasão.

Hoffmann (1993) expõe que há contradições entre o que é exposto sobre avaliação e o que de fato é praticado pelos professores. A autora expõe ainda que as avaliações nas escolas, ainda, são exercidas como classificatória e autoritária, que esse processo avaliativo exercido pelos professores é reflexo da sua história de vida como aluno.

Para cumprir com os objetivos propostos, no âmbito do Saeb, além das provas cognitivas, aplica-se um questionário socioeconômico ao aluno. Nesse sentido, de acordo com a proposta do Inep, a condensação desses indicadores possibilitam que a rede escolar discuta e planeje políticas públicas atreladas aos resultados de proficiência dos alunos.

A LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes da educação nacional. De acordo com o que preconiza a LDB, art. 205, no que diz respeito à organização do sistema educacional brasileiro da educação básica, os sistemas de ensino devem se organizar em regime de colaboração entre os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Neste sentido, cabe à União organizar todo o sistema de ensino. Ao estado, cabe a oferta do ensino médio, porém, em colaboração com a rede municipal, poderá ofertar o ensino fundamental. Quanto à rede municipal de ensino, cabe a responsabilidade de ofertar vagas para creche, educação infantil e ensino fundamental. É importante ressaltar que é de responsabilidade da União subsidiar os estados e os municípios, com intuito de reduzir as desigualdades sócio-espaciais.

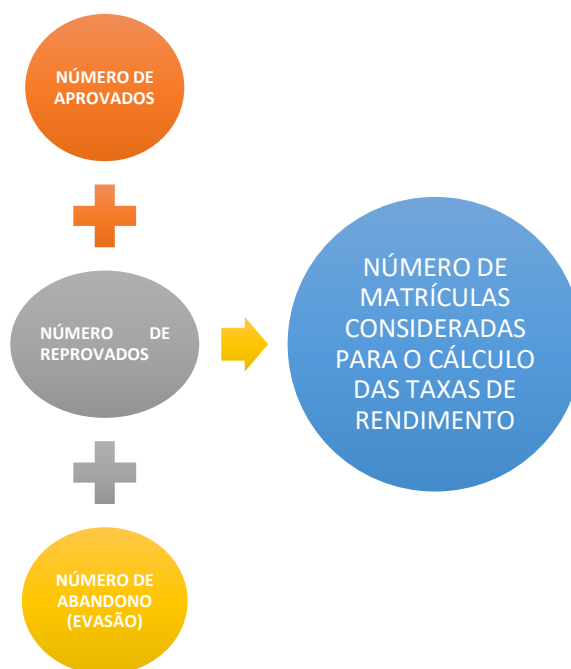
Como mencionado anteriormente, o Ideb é calculado por meio dos resultados da proficiência e do fluxo escolar. É importante enfatizar que o cálculo do Ideb é feito a partir dos dados de aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep: a Prova Brasil (para escolas da rede pública) para turmas com 20 ou mais alunos e a Saeb (escolas da rede pública) para turmas com 10 ou mais alunos.

A Proficiência realizada nas disciplinas de Português e de Matemática obedecem aos critérios mensurados a partir da escala de aprendizado, são elas:

- Avançado: aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível atividades desafiadoras.
- Proficiente: os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomendam-se atividades de aprofundamento.
- Básico: os alunos neste nível precisam melhorar. Sugerem-se atividades de reforço.
- Insuficiente: os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. É necessário a recuperação de conteúdos.

Quanto ao fluxo escolar, este é calculado por meio das taxas de rendimento escolar, indicados pelos indicadores: aprovados, reprovados e abandono (evasão). Eis, a seguir, a figura 31 com um esquema que elaboramos sobre essa taxa:

Figura 31: Fluxo Escolar



Fonte: elaborado pela autora

A seguir exporemos dados, considerados na pesquisa, gritantes de acordo com o esperado na avaliação Saeb. Os dados serão apresentados, com base no QEdu/Inep (2021).

Tabela 9: PROFICIÊNCIA em Português e Matemática das escolas enfocadas

Escola	Zona	Ano	Componente Curricular	2015	2017	2019
1	Rural	5º ano	Português	17%	37%	35%
			Matemática	4%	16%	21%
		9º ano	Português	s/d	30%	s/d
			Matemática	s/d	10%	s/d
2		5º ano	Português	s/d	s/d	s/d
			Matemática	s/d	s/d	s/d
		9º ano	Português	s/d	26%	14%
			Matemática	s/d	7%	5%
3		5º ano	Português	30%	56%	53%
			Matemática	14%	35%	45%
		9º ano	Português	s/d	s/d	s/d
			Matemática	s/d	s/d	s/d
4		9º ano	Português	30%	32%	31%
			Matemática	15%	13%	8%

¹ Escola Mul. PA Maringá; ² Escola Est. Atanázio de Moura Seixas; ³ Escola Mul. Professora Nair Duarte; ⁴ Esc. Estadual Osvaldo Franco

Fonte: adaptado QEdU/Inep (2021)

Os dados nos mostram que as escolas em questão estão bem distantes de atingirem o desempenho esperado, levando-se em consideração os componentes curriculares avaliados, Português e Matemática. A tabela 9 apresenta a taxa percentual dos alunos que realizaram provas do Saeb e que foram considerados proficientes, ou seja, tiveram aprendizado esperado nos componentes curriculares de Português e de Matemática. Não foi possível a análise dos dados dos anos 2011 e 2013 por não estarem disponível para consulta pública. Nesse sentido, levaremos em consideração os dados dos anos de 2015, de 2017 e de 2019.

Com base nos dados do Prova Brasil/Inep (2019), a partir dos resultados, é possível calcular a taxa de aprovação dos alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar, de acordo com o considerado adequado na escala Saeb. Podemos observar, a partir da tabela 9, que apenas, na Escola Municipal Professora Nair Duarte, mais de 50% dos alunos aprenderam o adequado em 2019, em Português, no 5º ano. Porém, a escola regrediu em relação a 2017. Não constam, na base de dados do Inep, dados referentes ao 5º ano da Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas. A Escola Municipal PA Maringá não atingiu 50%.

Tomando como base os anos de 2017 e de 2019, podemos observar que, em relação a 2015, todas as escolas, com dados disponíveis, cresceram o índice na competência de leitura e de interpretação de textos no 5º ano e 9º ano da rede pública de ensino. Porém, em 2019, todas regrediram em relação a 2017.

Em relação à proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano na rede pública de ensino, nenhuma das escolas atingiram 50%, dado preocupante em relação à meta a ser alcançada para 2022, que é de 70% dos alunos devem ser considerados com aprendizagem adequada.

Em relação a competência resolução de problemas, a Escola Municipal PA Maringá e Escola Municipal Professora Nair Duarte, em 2017 e 2019 crescem os índices de aprendizagem em relação a 2015, no 5º ano. Dados em relação a proporção de aprendizagem da Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas não está disponível na base do Inep e a Escola Estadual Osvaldo Franco, regride a proporção de aprendizado em relação a 2017.

Das escolas enfocadas, aquela que possui menor proporção de alunos no 9º ano com aprendizagem adequada é a Escola Estadual Atanázio de Moura Seixas; o equivalente a 7% em 2017 e 5% em 2019. Seguida da Escola Estadual Osvaldo Franco que vem regredindo esta proporção em relação a 2015. Em 2019, a proporção de alunos com aprendizagem considerada adequada foi de 8%.

A meta 7, do PNE 2014-2024, tem como proposta fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades de ensino, com foco na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Nesse contexto, a estratégia 7.2, item a, propõe que, no quinto ano de vigência do PNE, pelo menos 70% dos alunos da educação básica tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento de seu ano de estudo, e, em 50% pelo menos, o nível desejável; O item b, propõe que, no último ano de vigência deste PNE, todos os alunos da educação básica tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento de seu ano de estudo, e que pelo menos 80% tenham alcançado o nível desejável.

A seguir, apresentaremos o Ideb das escolas enfocadas e suas respectivas metas.

Tabela 10: Indicadores Educacionais das escolas enfocadas

Escola	Turma	Ideb observado					Metas Projetadas				
		2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019
1	5º ano	3.2	4.4	3.8	4.9	4.4	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6
	9º ano	2.6			3.9	**	3.7	4.0	4.3	4.6	4.8
2	5º ano	-	-	-	**	**	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5
	9º ano	-	-	-	3.7	3.6	3.0	3.2	3.4	3.8	4.2
3	5º ano	4.1	4.3	4.1	5.3	5.5	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6
	9º ano	3,8	3,6		**	**	3,0	3,5	3,9	4,1	4,4
4	9º ano	3,9	3,9	3,6	4,5	4,7	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2

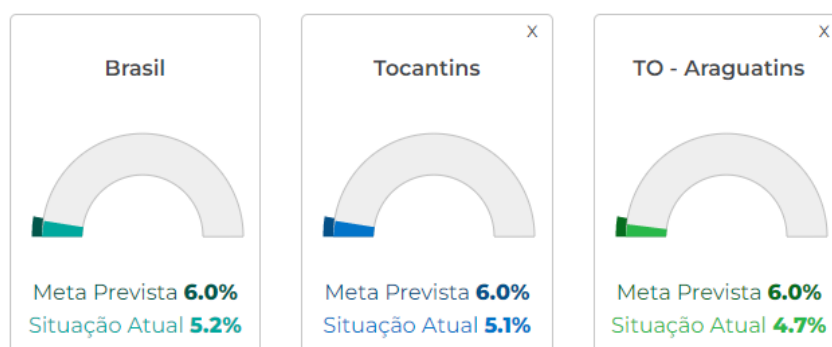
¹ Escola Mul. PA Maringá; ² Escola Est. Atanázio de Moura Seixas; ³ Escola Mul. Professora Nair Duarte; ⁴ Esc. Estadual Osvaldo Franco

Fonte: adaptado Censo escolar/Inep (2021)

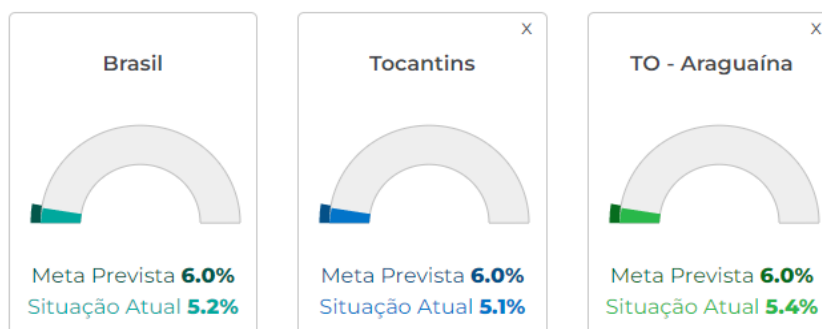
Das escolas foco da pesquisa que ofertam o 5º ano (anos iniciais), a Escola Municipal Professora Nair Duarte, obteve melhor desempenho e taxa de aprovação, conseguiu superar as metas projetadas pelo Inep. Mesmo sendo a escola com melhor desempenho (aprendizagem) das escolas enfocadas, no 9º ano (anos finais), a Escola Estadual Osvaldo Franco, nos anos de 2013 a 2019, não conseguiu atingir as metas projetadas pelo Inep. Não foi possível análise dos dados do Ideb do ano de 2021, pois estes, ainda não foram divulgados.

As metas do PNE têm como objetivo constituir instrumentos de avaliação que orientem as dimensões que devam ser fortalecidas e que se planeje a melhoria contínua da qualidade do ensino na educação básica.

De acordo o PNE, meta 7, o Brasil, o Tocantins e o município de Araguatins, possuem como meta dos anos iniciais do ensino fundamental atingir as seguintes metas (figura 32).

Figura 32: Meta para os anos iniciais do ensino fundamental

Fonte: [simec/mec](#) (2022)



Fonte: [simec/mec](#) (2022)

Pelo fato de o município de Araguatins fazer parte da Região Imediata de Araguaína/TO, traçaremos, neste ponto, um comparativo das metas a serem alcançadas pelos dois municípios.

Como podemos observar, a partir dos dados disponibilizados de 2019, o município de Araguatins atingiu 4,7% dos 6% previstos para atingir em 2022. Enquanto Araguaína, atingiu 5,4% dos 6% da meta prevista pelo MEC, nos anos iniciais. O município de Araguatins superou as metas projetadas para o Brasil e estado do Tocantins.

Figura 33: Meta para os anos finais do ensino fundamental – Araguatins/TO

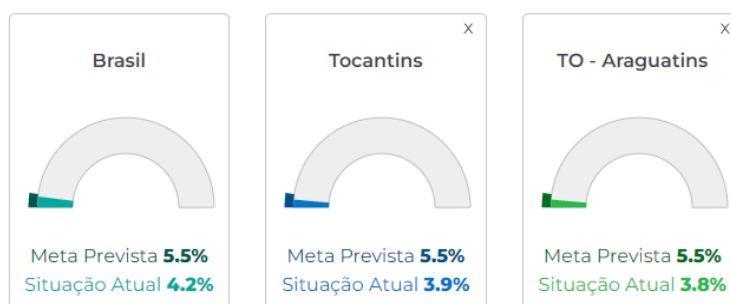
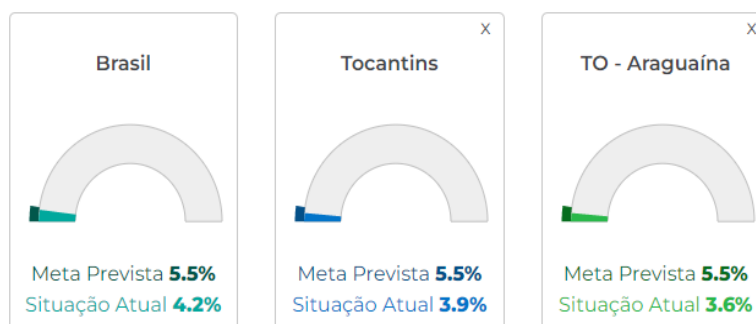
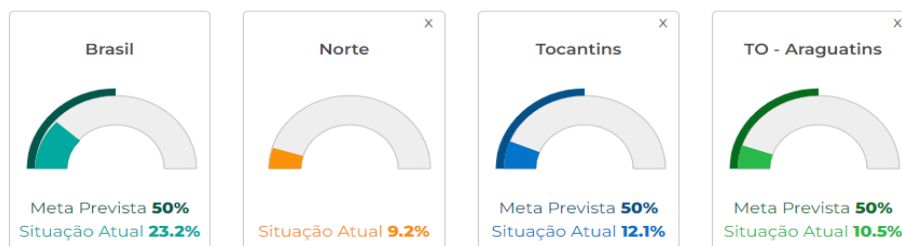


Figura 34: Meta para os anos finais do ensino fundamental – Araguaína/TO



Em relação às metas projetadas para os anos finais do ensino fundamental, dos 5,5% projetados, Araguaatins atingiu 3,8%, enquanto o município de Araguaína atingiu 3,6% da meta projetada nos anos finais.

Figura 35: Comparativo das metas projetadas e alcançadas



Fonte: [simec/mec](#) (2022)

Para 2019, a meta projetada em nível de aprendizagem era de 50%. Como podemos observar, a partir dos dados apresentados em nível de país, de região, de estado e de município, a situação atual, em nível de aprendizagem de cada ente, não atinge 50% das metas previstas pelo MEC.

Os resultados do Ideb devem colaborar para pensarmos políticas públicas educacionais que influenciem nas decisões a serem tomadas pelos gestores locais a respeito dos investimentos educacionais e como serão as ações desses gestores para atingir os objetivos propostos. Acreditamos que o principal objetivo do Ideb é mobilizar a sociedade quanto ao modo de intervenção nos resultados negativos ou não da escola. É preciso que as escolas saibam ler os resultados do Ideb, que como dito em sessão anterior, envolve a taxa de rendimento e a média da proficiência. No contexto educacional contemporâneo, todos (profissionais da educação, professores, pais/familiares, comunidade local) são responsabilizados pelos gestores pelos resultados obtidos pelas escolas, ficando desta forma, descompromissados de pôr em prática suas responsabilidades enquanto gestores.

O Art. 3º da LDB nº 9394/96 estabelece os princípios básicos para o ensino. Dentre eles, o inciso I estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; inciso IX – garantia de padrão de qualidade. Diante dos dados apresentados, percebemos os mecanismos responsáveis pelas diferenças do desempenho dos alunos pertencentes a diferentes grupos sociais.

As oportunidades educacionais estão correlacionadas com as políticas públicas implantadas nos grandes centros urbanos e, diretamente, ligadas às segregações espaciais.

O fato de a escola está localizada em um local mais afastado de casa, isto é, está localizada na zona rural, na zona urbana ou em projetos de assentamento; o fato de os alunos não terem acesso ao transporte escolar que atenda às especificidades de cada comunidade; o fato de o espaço físico ser inadequado; o fato de os alunos não terem acesso e possibilidade de permanência na escola; o fato de haver a transferência dos alunos e haver repasses de recursos financeiros insuficientes às escolas, podem colocar as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade escolar.

Além dos fatores supracitados, as oportunidades educacionais estão relacionadas a diversos outros fatores: familiares, políticos, social e econômico. Cabe ressaltar que o poder público é o grande responsável por essa fragmentação urbana, quando ele prioriza atender algumas demandas de determinados setores. Diante das teorizações apresentadas, concluímos que o processo de urbanização e de planejamento das cidades caracteriza-se como importante fator de atendimento às demandas do comércio, do lazer, da educação, da saúde; entra em jogo, nesse processo, a concentração da maior parte da renda.

Nesse contexto, podemos afirmar que o contexto sócio-espacial se dá de forma desigual para parte dos sujeitos. A perspectiva de que partimos, qual seja: compreender em que medida o contexto sócio-espacial das escolas, sob a jurisdição do estado e do município em Araguatins/Tocantins produz implicações para a correlação de indicadores educacionais, coloca-nos no lugar de ter de pensar que a escola, na condição de instituição, está localizada em uma territorialidade que acaba por produzir efeitos para a relação do aluno em si com essa instituição.

No contexto educacional no município de Araguatins/Tocantins, quando passamos a conhecer a realidade de cada escola, cada lugar e dos sujeitos inseridos no processo educacional, entendemos, a partir das teorizações de Harvey (2015), que o planejamento das cidades estão relacionadas ao atendimento das demandas dos sujeitos pertencentes ao lugar de origem: saúde, educação, lazer, concentração de renda, moradia dentre outros fatores. Todo capital, seja ele qual for, está relacionado de domínio, de apropriação/desapropriação.

O urbano estruturalmente se contrapõe ao rural. Pensarmos o direito à cidade, não é simplesmente pensarmos o que nela existe, este por sua vez refere-se a uma totalidade. O direito a cidade significa dizer dos sujeitos e das relações sociais dos grupos que se constituem. O campo, como lugar de vida simples, natureza e ar puro, se opõe a cidade, lugar de produção que vai além das necessidades de subsistência dos sujeitos.

Harvey (2014) parte do legado de Henri Lefebvre, que, em 1968, publicado no Brasil em 2019, escreveu o livro “O direito à cidade”, defendem que precisamos refletir sobre a relação urbanidade-ruralidade: modos de vida, sociabilidades e modos espaciais. aponta que a ruralidade está presente na cidade, e que a relação urbano-rural não desaparece, intensifica-se. A relação urbano-rural transcende unicamente o processo produtivo (determinações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas), ou seja, o urbano e o rural são modos de vida e modos espaciais.

É possível um mundo além da construção de uma humanidade para além do capital e de uma sociedade capitalista. É possível, também, um outro mundo que dependa dos valores sociais que contraponham a integração do capitalismo em razão da perda da essência humana.

Pela perspectiva de Harvey (2014), o acúmulo de riqueza por parte da população está no fundamento da segregação espacial. As diferenciações sócio-espaciais e as desigualdades sócio-espaciais não podem ser superadas apenas por meio da educação. Logo, garantir o acesso e a permanência à escola não significa garantir o princípio da igualdade. É necessário (re)pensar a capacidade da escola no processo de desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Araguatins-Tocantins, durante décadas, foi palco de conflitos agrários e contexto de desigualdades sociais agravadas pelo difícil acesso aos “grandes” centros comerciais. A partir da construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) e, anos depois, pavimentação asfáltica que interligou os municípios do estado e outros estados em si, esse cenário tem mudado. A formulação de políticas regionais implica a participação dos sujeitos na formulação e na implantação de políticas públicas. Percebemos que a implementação de ações específicas como maior investimentos na educação (construção de unidades escolares cada vez mais adequadas tanto da rede municipal, estadual e federal), com vistas à promoção das dimensões social, afetiva, física, cognitiva, etc., dos alunos e das condições condignas de trabalho para os professores, bem como na saúde (construção de unidades básicas de saúde, equipe multidisciplinar, SAMU, Hospital Regional), e seguridade social (programas habitacionais urbanos e rurais), entre outros, tem impulsionado o processo de desenvolvimento regional.

Se olharmos em retrospecto neste trabalho, objetivamos e perguntávamos como o contexto sócio-espacial das escolas públicas da cidade de Araguatins e as relações que ele materializa, em termos de oportunidade educacional, produzem implicações para indicadores educacionais das escolas enfocadas. Após um percurso teórico, metodológico e analítico, podemos dizer que a pergunta de pesquisa foi respondida. Nesses termos, os dados apresentados evidenciam-nos a necessidade de políticas públicas mais pontuais e sistemáticas, voltadas para a contínua melhoria da infraestrutura e da valorização dos profissionais da educação (remuneração condigna, formação inicial e continuada, jornada de trabalho adequada) para avançarmos no que diz respeito à qualidade do ensino público das redes de ensino municipal e estadual, bem como no enfrentamento das desigualdades de toda natureza. Para tanto, parece-nos indispensável pensar os espaços e suas demandas nascidas no seio das comunidades/bairros/cidades.

Neste balanço, em relação aos objetivos específicos, podemos destacar que eles foram atendidos nos seguintes sentidos: analisamos o modo como os núcleos populacionais fixam moradia nos bairros/setores na cidade de Araguatins; analisamos a localização das escolas, os indicadores educacionais, as taxas de rendimento e a proficiência escolar das escolas da rede municipal e estadual das 4 escolas enfocadas na pesquisa participantes do Ideb.

Diante das hipóteses apresentadas, inicialmente, foi verificado que:

(1) as escolas localizadas em bairros mais afastados da região central da cidade possuem os indicadores educacionais mais frágeis por apresentar características sociais (local que residem, situação econômica e cultural) desfavorável em relação às desigualdades sócio-espacial;

(2) as escolas mais distantes da região central da cidade, possuem maior índice de evasão escolar e em relação à taxa de reprovação;

(3) as escolas localizadas em bairros mais distantes da região central da cidade possuem menos alunos matriculados e, por essa razão, menos vagas ocupadas em função da produção da desigualdade escolar relativa aos fenômenos relacionados à vulnerabilidade social e à desigualdade escolar, associados ao fato de esses alunos residirem em bairros mais distantes, na zona rural ou em assentamentos.

Os critérios utilizados para análise de dados se mostraram eficientes, tendo em vista que foi possível analisarmos o contexto sócio-espacial das escolas pesquisadas e seus respectivos indicadores educacionais.

Considerando a teoria de David Harvey (2006, 2014, 2015), observamos, por meio dos dados analisados e apresentados nesta dissertação, que as desigualdades sociais não estão relacionadas somente a uma variável. O espaço se apresenta em evidentes continuidades e descontinuidades manifestadas nos processos de produção e reprodução do espaço. Nesse sentido, os dados mostram-nos que os efeitos do território ou das vizinhanças sobre as oportunidades educacionais não se esgotam. Ademais, as diferenças que se estabelecem a partir dos indicadores educacionais são marcadas pelas desigualdades que as escolas centrais ou mais próximas do centro; dadas as projeções do Ideb, são mais expressivas, diferentemente, das projeções referentes às escolas localizadas em assentamentos e na zona rural em geral.

Antes de encerrarmos estas considerações finais, vamos abordar os limites teóricos, metodológicos e analíticos com os quais tivemos que lidar em nosso percurso. Encontramos algumas dificuldades no decorrer da pesquisa: deslocamento e acesso às escolas (estradas, localização); contato com gestores, muitos por residirem em outros municípios e/ou pela ineficiência de serviços da internet e sinais telefônico; incoerência nos dados do censo escolar x dados apresentados pelas escolas, o que demandou a constante consulta aos gestores das escolas e referenciar dados sobre Araguatins por falta de literatura.

Por fim, observamos que há, em Araguatins, diferentes movimentos e diferentes relações entre os sujeitos, marcadas pelas desigualdades sociais, culturais, econômicas, etc. Dados como o acesso e permanência na escola nas redes de ensino pesquisadas, apontados na análise de dados, as classes mais vulneráveis, os invisíveis para a sociedade, são os sujeitos de baixa renda que não tiveram oportunidade educacional na idade certa, nem acesso à saúde, à moradia digna, a serviços básicos dentro da seguridade social, dentre outros. Não há políticas públicas que busca reparar essas desigualdades sócio-espaciais resvalando no aspecto de negatividade dos indicadores educacionais.

Ciente da importância de pesquisarmos o contexto sócio-espacial e suas relações com os indicadores educacionais, cabe ainda destacar, para futuras investigações, a necessidade de investigar outras categorias e variáveis: econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais e familiares, condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição tipos de equipamentos nas residências, renda familiar, formação de professores, dentre outros que interferem diretamente no arcabouço das oportunidades educacionais, bem como nos fatores de desigualdades sócio-espaciais e diferenciações sócio-espaciais.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. **A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar.** In: BROOKE, Nigel; SOARES, Francisco. (orgs.) Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. pp.482-500.

ANDRADE, Artur Leonardo; Alves Flamarion Dutra. As representações socioespaciais da relação campo-cidade, rural-urbano na Geografia agrária brasileira: **análise do período entre 1998 e 2012.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 166-193, abr., 2014 Artur Araújo – de São Paulo.

ANDRADE, E. D. V.; CARNEIRO, A. F. T. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo.** Bol. Ciênc. Geod., sec. Artigos, Curitiba, 2009, v. 15, no 3, p.410-427, jul-set.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação.** In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL - Constituição da República Federativa do Brasil. **Constituição (1988).** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2020.** http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/araguatins_to. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo. Contexto, 2018.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimento.** Campinas: Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino da geografia para a vida urbana cotidiana.** 3ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. Conscientização: **Teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 4. ed. São Paulo: Moraes, 2006.

GARCIA, P. S. **Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 137-159, set./dez. 2014.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

HARVEY, David. **Até agora, o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria**. Revista IPEA: Desafios do Desenvolvimento. Ano 9 . Edição 71 - 08/05/2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2015 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2005 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE**, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguatins/panorama>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: 2019** : resumo técnico [recurso eletrônico]. – Brasília : Inep, 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019** [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. xx p. : il.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ipea; IBGE, 2014. https://www.ipea.gov.br/presenca/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=13. Acesso em: 26 agost. 2020.

KAZTMAN, R., Retamoso, A. (2008). Aprendendo juntos. Desafios na educação a partir dos processos de segregação urbana, em L. C. Q Ribeiro & R. Kaztman, (Eds.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

KOSLINSKI, Mariane Campelo. ALVES, Fátima Wolfram. LANGE, Johannes. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: **um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro**. Educ. Soc. vol.34 no.125 Campinas Oct./Dec. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2019.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MINAYO, M.C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ª ed. petrópolis: vozes, 2001.

OQ - Observatório Quilombola e Territórios Negros. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/comunidade-%C3%A9-reconhecida-como-remanescente-de-quilombo-pelo-incra.html>. Acesso em: 22 set. 2020.

QEDU. **Aprendizado dos alunos**: Brasil. 2019, s. p. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/brasil/aprendizado>. Acesso em: 10 out. 2021.

QEDU. **Proficiência**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/3472-araguatins/proficiencia>. Acesso em: 14 agost. 2021.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. KOSLINSKI, Mariane C. Revista Contemporânea de Educação. **A cidade contra a escola? o caso do município do Rio de Janeiro**. v. 4, nº 8. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1590>. Acesso em: 30 set. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília, DF. 2007. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4494:td-1267-a-infra-estrutura-das-escolas-brasileiras-de-ensino-fundamental-umes%20tudo-com-base-nos-censos-escolares-de-1997-a%202005&catid=307:2007&directory=1. Acesso em: 02 nov. 2020.

SEDUC – Secretaria de Educação, Juventude e Esporte. Disponível em: <https://educ.to.gov.br/estatisticas/censo-escolar/>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

Sem autor.: Cidade. **Prefeitura Municipal de Araguatins**. <http://www.araguatins.to.gov.br/index.php/cidade/>. Acesso em: 22 set. 2020.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**. São Paulo: contexto, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Revista Cidades: Ativismos sociais e o espaço urbano. v. 6 n. 9 (2009): Disponível: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/158>. Acesso em: 23 agost. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil**. – Brasília: UNESCO, 2019. 122 p.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368757?posInSet=1&queryId=7990941a-c4d6-47cc-94a7-f163404e5ce8>